

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Mestrado em Comunicação

EVERSON UMADA MONTEIRO

**OS CIBERMEIOS E A REPRESENTAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS
KAIOWÁ E GUARANI EM MATO GROSSO DO SUL:**
Estudo de caso da retomada do território indígena *Yvy Katu*

CAMPO GRANDE - MS
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Mestrado em Comunicação

EVERSON UMADA MONTEIRO

**OS CIBERMEIOS E A REPRESENTAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS
KAIOWÁ E GUARANI EM MATO GROSSO DO SUL:**
Estudo de caso da retomada do território indígena *Yvy Katu*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Mestrado em Comunicação – da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) para a obtenção do título de Mestre em Comunicação. Área de Concentração: Mídia e Representação Social.

Orientação: Prof. Dr. Gerson Luiz Martins

CAMPO GRANDE - MS
2017

EVERSON UMADA MONTEIRO

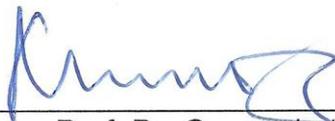
**OS CIBERMEIOS E A REPRESENTAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS
KAIOWÁ E GUARANIS EM MATO GROSSO DO SUL:**

Estudo de caso da retomada do território indígena *Yvy Katu*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Mestrado em Comunicação – da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Campo Grande, MS, 22 de maio de 2017

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Gerson Luiz Martins
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Prof. Dr. Antonio Hilário Aguilera Urquiza
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Profa. Dr.ª Daniela Bertocchi
Universidade de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço aos meus pais, por me permitirem ingressar nessa nova jornada, em busca de minha realização pessoal e profissional. Este trabalho só se concretizou graças ao amparo e apoio incondicional de vocês, Miriam e Amauri.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, por proporcionar a reflexão e o desenvolvimento do meu trabalho e, também, de minha pessoa. Agradeço aos professores Marcos Paulo da Silva, Márcia Gomes, Tais Tellaroli e Greicy Mara, pelas aulas. Agradeço ao meu orientador, Gerson Luiz Martins, pela paciência, dedicação e auxílio nos dois anos da pesquisa. Ao Grupo de Pesquisa em Ciberjornalismo, pelos debates nos encontros mensais. Aos alunos da graduação, com os quais convivi tanto na organização dos congressos quanto no estágio docência. Também agradeço aos colegas e amigos que o mestrado me trouxe: Paula, Bruno, Moema, Ado, Michele, Karoline, e em especial, Amanda e Caroline.

Ao professor Antonio Hilário Aguilera Urquiza, pelas aulas na disciplina de sociedades indígenas. À professora Rosa Collman, da Universidade Federal da Grande Dourados, que colaborou com a sua obra e com o auxílio para meu encontro com os indígenas de *Yvy Katu*. Aos Guarani de *Yvy Katu*, que aceitaram serem entrevistados e, assim, permitiram o enriquecimento da obra com seus saberes indígenas: *Guarani Ete Miri*, *Ava Tupa Baraka*, *Kunumi Uraija* e *Guira Awa Tape*.

Ao Governo legítimo da presidenta Dilma Rousseff, por me conceder uma bolsa de estudos, por meio da Capes, e, também, por proporcionar a vivência na cidade de São Paulo para estudar na ECA-USP, com as professoras Cremilda Medina e Mayra Gomes, pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica.

Aos meus amigos, que tanto me incentivaram e auxiliaram nessa jornada. Ao Tiago Botelho, por ler, reler, indicar e, principalmente, não me deixar desistir nessa busca pelo conhecimento. À Miriam Moreira, pelas conversas e contatos de professores que trabalham com indígenas. A Amanda Guedes, Otávia da Cunha, Lucas Melo, Rennan Rojas, Rafael Lima, Flávia Alves, Schimene Weber, Felipe Umada e Myla Machado, por me ampararem nos momentos de estresse e angústia.

A todos, obrigado por doarem um pouco de vocês a mim!

"Ser índio, para mim, é viver e enfrentar desafios todo dia. Seria enfrentar preconceito [...]. Ser índio é ter orgulho de você, de valorizar seu conhecimento tradicional e buscar conhecimento. Então, para mim, ser índio é um desafio. Desafio que a gente sonha ainda mostrar a nossa realidade de ser índio".

(Ava Tupa Mbaraka, Guarani Ñandeva de Yvy Katu)

RESUMO

O estudo apresenta uma análise das notícias veiculadas em cibermeios de Mato Grosso do Sul sobre os povos indígenas *Kaiowá* e Guarani, em conflitos de terra com fazendeiros, pela posse do território. A análise partiu da premissa de que essas representações são realizadas sobre uma perspectiva de pensamento etnocêntrico, capitalista e colonial, que inferioriza os saberes dos indígenas e os excluem das discussões. A pesquisa também buscou compreender como as características do ciberjornalismo interferem no modo de produção e consumo das notícias veiculadas no ciberespaço. A partir do modelo teórico de narrativas sistêmicas de Bertocchi (2013) e da análise de conteúdo de Bardin (2004), analisaram-se as notícias dos cibermeios Campo Grande News e O Progresso relacionadas aos conflitos de terra ocorridos no território indígena *Yvy Katu*, na cidade de Japorã, sul do estado de Mato Grosso do Sul, na ocupação do território por *Kaiowá* e Guarani da aldeia Porto Lindo, em outubro de 2013. O território abrange 14 propriedades rurais e o fato foi foco dos noticiários locais. A análise abordou as notícias veiculadas nos cibermeios no intervalo de 14 de outubro de 2013 a 1º de fevereiro de 2014. Sobre a análise estrutural, verificou-se pouco uso das características do ciberjornalismo para descrever o fato. A análise do conteúdo demonstrou uma visão estereotipada do indígena, construída desde o início da colonização do estado e do país, e expôs a ausência de perspectivas indígenas, o que resultou na construção de narrativas pelos pontos de vista de ruralistas. Como resultado, ambos os cibermeios representaram os indígenas e seus atos como selvagens, atrasados e violentos.

Palavras-chave: Ciberjornalismo. *Kaiowá* e Guarani. Representação. Narrativas digitais.

ABSTRACT

This study shows an analysis of news broadcasted in cybermedia of Mato Grosso do Sul about Kaiowá and Guarani indigenous peoples and their land property conflicts with farmers because of territorial ownership. This analysis came from the premise that these representations are carried out based on an ethnocentric thinking perspective, capitalist and colonial-oriented, which denigrates the knowledge of indigenous people and excludes them from discussions. The research also aims to comprehend how the characteristics of cyberjournalism interfere with the production and consumption of news broadcasted in the cyberspace. Based on the theoretical model of systemic narratives proposed by Bertocchi (2013) and on Bardin's content analysis (2004), the news disclosed in October 2013 by the cybermedia "Campo Grande News" and "O progresso" were analyzed, specifically those related to land conflicts which occurred in the indigenous territory of Yvy Katu, located in the city of Japorã, in the south of Mato Grosso do Sul, between Kaiowá and Guarani from the Porto Lindo village and farmers. The mentioned territory contains 14 rural properties and the fact was the focus of local newscasts. The analysis investigated news broadcasted in cybermedia between October 14th 2013 and February 1st 2014. Regarding the structural analysis, it was verified that there has been little use of cyberjournalism characteristics in order to describe the fact. The content analysis demonstrated a stereotyped vision of indigenous groups, constructed since the period of colonization of the state and the country, and exposed an absence of indigenous perspectives, resulting in the construction of narratives based on farmers' point of view. As a result, both evaluated cybermedia provided a distorted image of the indigenous groups and classified their acts as wild, archaic and violent.

Keywords: Cyberjournalism. Kaiowá and Guarani. Representation. Digital narratives.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diferenças entre interatividade seletiva e comunicativa	33
Quadro 2 – Proposta de valores-notícia para operacionalizar análises de acontecimentos noticiáveis/noticiados	41
Quadro 3 – Critérios utilizados para a definição de indígena	57
Quadro 4 – Notícias veiculadas no Campo Grande News sobre a retomada em <i>Yvy Katu</i> , entre 14/10/2013 e 1º/2/2014	96
Quadro 5 – Relação dos sujeitos e suas ações nos títulos das notícias do Campo Grande News sobre a retomada em <i>Yvy Katu</i> , entre 14/10/2013 e 1º/2/2014	108
Quadro 6 – Termos relacionados ao indígena nas notícias do Campo Grande News sobre a retomada em <i>Yvy Katu</i> , entre 14/10/2013 e 1º/2/2014	112
Quadro 7 – Notícias veiculadas no O Progresso sobre a retomada de <i>Yvy Katu</i> , entre 14/10/2013 e 1º/2/2014	117
Quadro 8 – Relação dos sujeitos e suas ações nos títulos das notícias do O Progresso sobre a retomada de <i>Yvy Katu</i> , entre 14/10/2013 e 1º/2/2014	125
Quadro 9 – Declarações de ruralistas nas notícias do O Progresso sobre a retomada de <i>Yvy Katu</i> , entre 14/10/2013 e 1º/2/2014	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Recursos multimídias nas notícias do Campo Grande News sobre a retomada em <i>Yvy Katu</i> , entre 14/10/2013 e 1º/2/2014	104
Tabela 2 – Comentários nas notícias do Campo Grande News sobre a retomada em <i>Yvy Katu</i> , entre 14/10/2013 e 1º/2/2014	105
Tabela 3 – Fontes apuradas para descrever os fatos nas notícias do Campo Grande News sobre a retomada em <i>Yvy Katu</i> , entre 14/10/2013 e 1º/2/2014	111
Tabela 4 – Presença de contextualização histórica e cultural nas notícias do Campo Grande News sobre a retomada em <i>Yvy Katu</i> , entre 14/10/2013 e 1º/2/2014	113
Tabela 5 – Fontes apuradas para a descrição dos fatos nas notícias do O Progresso sobre a retomada de <i>Yvy Katu</i> , entre 14/10/2013 e 1º/2/2014	127
Tabela 6 – Posicionamentos das fontes nas notícias do O Progresso sobre a retomada de <i>Yvy Katu</i> , entre 14/10/2013 e 1º/2/2014	131
Tabela 7 – Presença de contextualização histórica e cultural nas notícias veiculadas no O Progresso sobre a retomada de <i>Yvy Katu</i> , entre 14/10/2013 e 1º/2/2014	132

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo teórico do sistema narrativo no jornalismo digital	49
Figura 2 – Gráfico da população indígena no Brasil dividida por estado	62
Figura 3 – Áreas indígenas <i>Kaiowá</i> e Guarani em Mato Grosso do Sul	63
Figura 4 – Terra indígena Jakarey/Porto Lindo (em vermelho) e território <i>Yvy Katu</i> (em amarelo)	74
Figura 5 – Representação do “contrato de comunicação” de Charaudeau	81
Figura 6 – Página inicial do Campo Grande News na versão <i>desktop</i>	100
Figura 7 – Página inicial do Campo Grande News na versão <i>mobile</i>	101
Figura 8 – Página inicial do Campo Grande News no aplicativo para IOs	102
Figura 9 – Página do Sistema de Gerenciamento de Conteúdo do jornal O Progresso	120
Figura 10 – Página inicial do O Progresso com o menu lateral aberto	121
Figura 11 – Topo da página inicial do O Progresso	122
Figura 12 – Versão <i>mobile</i> da página do O Progresso	123

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
METODOLOGIA	20
CAPÍTULO 1 – A NOTÍCIA NO CONTEXTO DIGITAL	26
1.1 Ciberjornalismo	27
1.1.1 Terminologias e conceitos	27
1.1.2 Gerações de conteúdos no ciberjornalismo	29
1.1.3 Características do ciberjornalismo	30
1.2 Notícia e sua construção	36
1.2.1 Conceitos de notícia, acontecimento e verdade jornalística	36
1.2.2 Critérios de noticiabilidade e valores-notícia	39
1.2.3 A fonte na construção da notícia	43
1.2.4 A narrativa jornalística no contexto digital	45
1.2.5 O senso comum e as representações sociais como interferentes nas notícias	50
CAPÍTULO 2 – OS POVOS INDÍGENAS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	55
2.1 Alguns conceitos relacionados aos povos indígenas	56
2.2 Os <i>Kaiowá</i> e Guarani em Mato Grosso do Sul	61
2.3 A perda do território e o processo de confinamento dos <i>Kaiowá</i> e Guarani	65
2.3.1 Colonização do estado de Mato Grosso do Sul e a expropriação das terras indígenas	65
2.3.2 As demarcações de reservas e as lutas pela retomada	68
2.4 A reserva de Porto Lindo e a reocupação de <i>Yvy Katu</i>	72
2.4.1 A retomada de todo o território indígena <i>Yvy Katu</i>	75
CAPÍTULO 3 – MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES DOS POVOS INDÍGENAS	78
3.1 A formação do discurso nas mídias	79
3.2 As epistemologias do norte na construção das representações dos povos indígenas	83
3.3 A voz indígena para a superação dos estereótipos	86
3.4 Contextualização no ciberjornalismo	91
CAPÍTULO 4 – A RETOMADA DE YVY KATU PELOS KAIOWÁ E GUARANI NA COBERTURA DOS CIBERMEIOS DE MATO GROSSO DO SUL	95
4.1 Campo Grande News	95

4.1.1 Recorte do objeto de pesquisa	96
4.1.2 Análise estrutural	98
4.1.2.1 Antenarração dos dados e metadados	98
4.1.2.2 Formatos no ecrã	99
4.1.2.3 Características do ciberjornalismo.....	103
4.1.2.4 Considerações sobre os resultados da análise estrutural	107
4.1.3 Análise do conteúdo	108
4.1.3.1 Análise dos títulos das notícias	108
4.1.3.2 Análise da descrição dos indígenas pelo Campo Grande News	110
4.1.3.3 Contextualização	113
4.1.3.4 A narrativa do Campo Grande News sobre o caso	113
4.2 O Progresso	116
4.2.1 Recorte do objeto de pesquisa	117
4.2.2 Análise estrutural	119
4.2.2.1 Antenarrativa dos dados.....	119
4.2.2.2 Antenarrativa dos metadados.....	120
4.2.2.3 Formatos no ecrã	121
4.2.2.4 Características do ciberjornalismo.....	123
4.2.2.5 Considerações sobre os resultados da análise estrutural	125
4.2.3 Análise de Conteúdo.....	125
4.2.3.1 Análise dos títulos das notícias	125
4.2.3.2 Análise da descrição dos indígenas pelo O Progresso	126
4.2.3.3 Contextualização	132
4.2.3.4 A narrativa do O Progresso sobre o caso.....	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS.....	143
APÊNDICES	154

INTRODUÇÃO

A internet modificou os paradigmas social e econômico da sociedade contemporânea. Este mundo interligado, formatado pela rede mundial de computadores, possibilitou a qualquer pessoa a potencialidade de emitir e/ou receber conteúdo de maneira instantânea e em uma escala global. Nesse cenário, as mídias tradicionais, que antes possuíam o monopólio da emissão da mensagem dos meios de comunicação, se depararam com uma nova realidade, na qual seus produtos competem com aqueles criados pelos consumidores, o que expõe a necessidade de repensar as suas práticas.

É importante ressaltar que, embora a internet tenha modificado as estruturas da comunicação, o seu acesso ainda é restrito para a maioria da população mundial e, também, no Brasil, onde, mesmo como o terceiro meio de comunicação mais utilizado (42%), 51% de seus habitantes ainda não a usam¹.

Dentre os que possuem acesso, 76% a acessam todos os dias, em uma média diária de 4h59, de segunda a sexta-feira, e 4h24 nos fins de semana.

No país, a internet é utilizada com fins de buscar informações (67%), diversão e entretenimento (67%), para passar o tempo (38%) ou para estudos e aprendizagem (24%). Assim, embora o acesso à rede mundial de computadores por toda a população não seja uma realidade, o estudo da internet demonstra grande importância para reflexão das mudanças por ela causadas nos meios de comunicação e que afetam uma parcela considerável e exponencialmente crescente da sociedade.

A comunicação digital é estruturada em formato de rede, com estrutura aberta e capacidade de expansão ilimitada e global. Esta estrutura social demonstra-se aberta, dinâmica e suscetível a inovações sem ameaçar o equilíbrio do sistema (CASTELLS, 1999, p. 499). Nesse contexto, a participação de cada indivíduo como consumidor e produtor de conteúdo atua em congruência para a formação de uma "inteligência coletiva", distribuída por toda parte, continuamente valorizada, coordenada em tempo real e que, como consequência, produz uma mobilização efetiva das competências (LÉVY, 2003, p. 28). Assim, cada pessoa inserida no

¹ Dados da Pesquisa Brasileira de Mídia realizada em 2015 pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf/view>>. Acesso em: 27 out. 2016.

ciberespaço tem a oportunidade de auxiliar na emancipação dos saberes plurais, isto é, na multiplicidade de conteúdos que buscam ampliar a compreensão da realidade.

Essa mudança no perfil do receptor modificou não apenas o modo de produção e distribuição de conteúdo, mas também o perfil do usuário. Como emissores de conteúdo, os telespectadores, leitores, ouvintes ou outros consumidores finais dos produtos midiáticos estabelecem uma conexão em uma interface de proximidade que modifica a relação com a comunicação tradicional (unidirecional, linear e com transmissão da informação de maneira autoritária). Esta nova proposta é baseada em uma política que valoriza mais a cooperação entre diversos projetos pequenos que as complicadas estruturas dos grandes aparatos da tecnologia e da gestão (MARTIN-BARBERO, 2014, p. 28). Em outras palavras, a relação entre os indivíduos passa a ter um peso maior se comparada à comunicação de massa tradicional, na qual o modo de interação com o conteúdo passa de uma estrutura de leitura linear para uma perspectiva em rede, o que possibilita maior autonomia do leitor para escolher o quê, quando, onde e como consumir o conteúdo.

Outra característica encontra-se em suas particularidades inseridas em uma realidade de convergência midiática. De acordo com Santaella (2004, p. 60), devido à digitalização e à compreensão dos dados nos meios digitais, qualquer mídia pode ser manipulada, armazenada, distribuída digitalmente. Assim, ao transformar os objetos em códigos, os computadores tornaram possível a conversação entre as diferentes plataformas midiáticas, elemento que traz a oportunidade de produções narrativas nas quais sua contextualização pode ser realizada por meio de diversos tipos de conteúdo (áudio, vídeo, texto, etc.).

Diante dessa realidade, o jornalismo se depara com essa nova perspectiva do indivíduo, com autonomia para escolher, produzir e selecionar aquilo que é de seu interesse. Portanto, não há mais a possibilidade de ofertar produtos jornalísticos enraizados no modelo tradicional de produção devido à complexidade, fluidez e intangibilidade do ambiente digital (BERTOCCHI, 2013, p. 1). Na concepção de Martin-Barbero (2014, p. 32), estamos diante de um novo cenário cultural e político, que pode funcionar estrategicamente para modificar dois fatos: primeiro, transformar o sistema educativo excludente tanto quantitativamente quanto qualitativamente, com aprofundamento anacrônico em relação às mudanças que perpassam as culturas cotidianas; e, segundo, para que a cultura das majorias alcance sua

democratização, fato que trará às populações o empoderamento de suas próprias culturas, dos novos saberes, linguagens e escrituras.

Embora tenha esta propriedade mais democrática e participativa, é importante salientar que, mesmo com tais possibilidades, tanto o jornalismo realizado na comunicação de massa quanto o do meio digital ainda estão presos aos paradigmas sociais criados desde o início da colonização do Brasil. Nesse contexto, pode-se argumentar que as classes minoritárias ainda possuem pouca visibilidade nos noticiários, mesmo quando o assunto abordado os tem como protagonistas. É nessa realidade que se inserem os povos indígenas, populações historicamente inferiorizadas e que ainda se deparam com o descaso e desrespeito da sociedade perante sua cultura e, principalmente, seus direitos.

A atualidade social das populações indígenas é de total descaso pelo Estado e pela população não índia, mesmo em regiões onde a presença dos índios é relativamente considerável, como em Mato Grosso do Sul, que abriga a segunda maior população indígena do país. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ² (IBGE), 77.025 pessoas indígenas residem no estado, o que representa 9% da população indígena do Brasil.

Atualmente, o maior desafio enfrentado por esses povos encontra-se na falta de posse do seu território tradicional. É importante evidenciar que as terras originárias são vistas, na cultura dos povos indígenas da etnia *Kaiowá* e Guarani como um elemento sagrado e necessário para a sua existência, diferente da visão do lucro pregada pelo sistema global capitalista. Portanto, se para os não indígenas a terra possui uma relação predominantemente econômica, para os povos tradicionais a terra está relacionada ao seu grau de pertencimento.

A perda dos territórios tradicionais teve início na colonização do sul de Mato Grosso, antes da divisão do estado, por não índios no século 18. Este fato fez com que as comunidades indígenas fossem expropriadas de suas terras e alocadas em áreas demarcadas não tradicionais a esses povos. Com a redemocratização do Brasil, a Constituição Federal de 1988 assegurou o direito originário às terras indígenas. Porém, o processo de demarcação é moroso, o que acirra ainda mais os conflitos entre indígenas e proprietários de terras. Diante dos acontecimentos, o

² Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ms&tema=censodemog2010_indig_univer>. Acesso em: 10 out. 2016.

tema cotidianamente é foco em noticiários regionais e, em muitos casos, nacionais e internacionais. Neste cenário, imprescindível se faz o desenvolvimento de pesquisas que analisem a abordagem que os meios de comunicação de massa realizam frente a questões sociais, para, assim, contribuir para que a comunicação social não seja mais um elemento que reforce todos os preconceitos existentes a respeito das populações indígenas.

Logo, estudar como a mídia aborda as ocupações e os conflitos de terras é uma missão necessária, pois, ao viver em um milênio no qual existem tantos fatos no mundo a se criticar, tornou-se difícil produzir uma teoria crítica e é preciso entender o que causou essa dificuldade. Por “teoria crítica” entende-se tudo aquilo que não limita a realidade àquilo que está posto. A realidade, qualquer que seja o modo como é concebida, nada mais é que um campo de possibilidades (SANTOS, 1999, p. 197). Assim, o trabalho busca, por meio da realidade apresentada pelos portais de notícia locais, encontrar no não esgotamento das possibilidades novas análises de como a mídia expõe os conflitos que envolvem povos indígenas.

Nesta pesquisa, a teoria crítica se funda na perspectiva de que, mesmo com a conquista pelos indígenas do direito às suas terras pela Constituição Federal, suas demarcações ainda são insuficientes. De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (2016, p. 49), das 1.113 terras indígenas reconhecidas, em processo de reconhecimento ou reivindicadas pelas comunidades, 398 foram registradas pela União até agosto de 2016, o que corresponde a 58,7% dos territórios indígenas. Com a omissão da União frente ao problema, comunidades indígenas acabaram isoladas em reservas pequenas ou em barracos ao lado de rodovias, ambas em condições precárias de subsistência. Em consequência de tal atitude, as ocupações tornaram-se constantes, já que as mesmas são vistas pelos indígenas como única forma de reaver este elemento constitutivo de sua cultura: o território.

Com a constante exposição do tema, a mídia acaba por exercer influência na formação das opiniões, dos valores e estilos de vida da sociedade. Por intermédio de seu conteúdo, as mídias criam representações que influenciam no julgamento da população. Por “representação” compreende-se um conjunto de estímulos humanos com o intuito de substituir um som ou sinal que não pode ocorrer de maneira natural (BOWER apud MOSCOVICI, 2000, p. 32). O termo engloba os sistemas simbólicos e as práticas de significação que envolvem a produção dos significados para posicionar os indivíduos como sujeitos. Por meio dessas significações, produzidas

pelas representações, cria-se sentido para as experiências e para aquilo que constitui o ser (WOODWARD, 2000, p. 17). Nesse contexto, as representações criam os sistemas simbólicos na sociedade, o que permite a construção de sua identidade com base em um paradigma.

Por isso, as representações expostas pelos meios de comunicação ampliam a percepção de um indivíduo ou grupo. As representações sociais amparadas pelas influências sociais da comunicação edificam a realidade da vida cotidiana e servem como principal referência para estabelecer associações que ligam os indivíduos (MOSCOVICI, 2000, p. 8). Assim, as representações sociais nos fazem perceber o mundo tal como é por meio de uma perspectiva já moldada pela sociedade, fato que determina aquilo que é socialmente aceito ou rejeitado. Além disso, o discurso dos meios de comunicação pode influenciar nas representações sociais que uma população tem sobre o assunto, o que pode implicar em ações políticas com base nas concepções vinculadas na imprensa.

O problema das notícias na construção do imaginário coletivo sobre a questão indígena encontra-se no desvirtuamento das informações ali abordadas. De acordo com Gallois (2004, p.37), a abordagem da mídia sobre os conflitos entre índios e ocupantes não indígenas enfoca sua caracterização no intuito de provar a sua “aculturação” por meio do engajamento dos índios em atividades antes monopolizadas pelos não índios ou por sua articulação à economia da região. Portanto, apesar de denunciar as tensões entre proprietários de terras e índios, as matérias não apresentam uma perspectiva histórica dos conflitos, ou seja, não remetem às suas origens e fundamentos. Ainda, utilizam-se termos pejorativos, como “invasão”, “selvagens”, “violentos”, entre outros, que direcionam o julgamento do leitor para um determinado posicionamento, dificultam a reflexão sobre o assunto e, como afirma Santos (1999), prejudicam a produção de uma teoria crítica.

Por entrar em conflito com a visão etnocêntrica, predominante no mundo ocidental, os índios representam, para uma parcela expressiva da sociedade, um atraso social e, principalmente, econômico. Desde 1500, com a instalação dos portugueses e outros europeus no Brasil, os habitantes nativos sofreram diferentes percepções e julgamentos sobre suas características, comportamentos, capacidades e natureza biológica e espiritual (LUCIANO, 2006, p. 34). Assim, os índios ainda são mal interpretados por parte da sociedade, que os considera selvagens, preguiçosos e, até mesmo, um empecilho para o desenvolvimento.

Este conceito ideológico sobre as populações indígenas percorre a história do Brasil desde a época de sua colonização. Por intermédio de uma visão europeia, criou-se a ideia de que a raça indígena é inferior e deve ser integrada para que não perturbe o progresso. Loureiro (2009, p. 126) afirma que essa visão inferiorizou o índio e, por ser inferior, os europeus poderiam, então, “civilizá-los” por meio de diversas intervenções colonizadoras, como as missões, os trabalhos forçados, a escravização, a exploração comercial, o genocídios e a morte cultural. Esta percepção estereotipada não desapareceu até os dias atuais, o que demonstra a hegemonia das culturas colonizadoras frente aos colonizados.

Esta disparidade também é exposta por Arbex Júnior (2010, p. 385), o qual observa que o monopólio midiático não permite que ocorra um debate de maneira plural e democrática, o que invisibiliza atores e movimentos sociais, padroniza comportamentos, constrói consensos de acordo com critério e métodos não claros. Dessa maneira, os meios de comunicação podem ditar pensamentos e, conseqüentemente, comportamentos que discriminam e enfraquecem os discursos das minorias.

Assim, quando um grupo predominante obtém o aval da sociedade sobre uma ideologia, esta adquire a permissão semântica para ser pletora de pontos de vista, visões de mundo, articulações de senso comum e representações sociais encaminhadas para um determinado sentido (SODRÉ, 2010, p. 22). Com isto, desenvolve-se uma hegemonia epistêmica que suprime e exclui diversidades culturais e de saberes.

As conseqüências de tal fato são refletidas nas representações sociais de um povo, uma vez que a construção de estereótipos desvirtua e direciona as pessoas a um determinado julgamento. Assim, quaisquer sistemas classificatórios, imagens ou descrições que circulam em uma sociedade estão ligadas a sistemas e imagens previamente criados, ou seja, refletem um conhecimento existente, que quebra as amarras das informações presentes (MOSCOVICI, 2000, p. 37).

Esta perspectiva é reforçada pela teoria das Epistemologias do Sul, de Meneses e Santos (2009, p. 7), que consiste: na denúncia de um conjunto de intervenções epistemológicas que suprem os saberes por meio da norma dominante; na valorização dos saberes que se mantiveram com êxito e das reflexões que ainda produzem; e na averiguação das condições para que ocorra um diálogo horizontal entre os conhecimentos. Isto demonstra que a diversidade cultural diariamente

passa por uma tentativa de supressão, de “epistemicídio”, pelas perspectivas capitalista e colonialista ao longo da história.

Diante da proposta descrita por Meneses e Santos (2009), que preconiza a superação do característico modelo de pensamento moderno ocidental, o presente estudo tem como objetivo analisar como os cibermeios abordam os conflitos de terra que envolvem povos indígenas e produtores rurais. A pesquisa tem por base a hipótese de que o tema em questão é tratado em uma perspectiva de pensamento etnocêntrico, capitalista e colonial, que inferioriza os saberes indígenas e os excluem da discussão sobre fatos que os envolvem. A escolha de um conflito de terra como tema da análise se justifica por dois motivos: o primeiro é em decorrência da ausência de conteúdos sobre povos indígenas na rotina dos jornais locais, o que preconiza sua aparição somente em períodos de conflitos, fatos violentos ou em datas comemorativas; e o segundo decorre da importância do assunto tanto para a manutenção da identidade dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul quanto para expor a situação para a sociedade, no intuito de compreender e buscar soluções para o caso.

Assim, a escolha do marco temporal considerou um período de conflito de terras indígenas em Mato Grosso do Sul que teve relevante repercussão nos cibermeios locais. Inseriu-se nesse contexto o conflito de terra ocorrido em outubro de 2013 no sul do estado, na cidade de Japorã, e, por isso, tornou-se o período da análise do estudo.

Sobre o conflito, as ocupações realizadas por índios *Kaiowá* e Guarani tinham como intuito retomar o território indígena de *Yvy Katu*, que abrange 14 propriedades rurais no município. O território indígena, que foi demarcado pelo governo federal desde 2006, mas espera por sua homologação pela Presidência da República, foi ocupado pelos habitantes da reserva de Porto Lindo, ao lado da terra indígena, no intuito de tentar reavê-la. O fato ocorreu entre os dias 25 e 28 de outubro de 2013.

Os acontecimentos em Japorã em outubro de 2013 colocaram as questões indígenas em evidência nas mídias locais, além de demonstrarem as supressões descritas por Meneses e Santos (2009), como pode ser observado em diversas matérias publicadas pelo cibermeio Campo Grande News, que apresentam já em

seus títulos termos como “invadem”³ ou “criam novo foco de tensão”⁴, o que induz o leitor à interpretação de que não são os índios a ter direito a essas terras, mas sim os não índios. Assim, as notícias não situam o leitor no contexto histórico das atitudes dos indígenas, que foram expulsos de suas terras pelos colonizadores e, há mais de 10 anos, reivindicam sua posse. Desse modo, as notícias não dão margens a interpretações dos atos como única forma de protesto para os índios reaverem os seus direitos.

Para alcançar o objetivo proposto, o estudo analisará a representação social da comunidade indígena *Kaiowá* e Guarani de Japorã por meio do conteúdo produzido por dois portais de notícias do estado: “Campo Grande News”⁵ e “O Progresso”⁶. Os seguintes objetivos específicos foram definidos:

- a) Apresentar o contexto histórico que acarretou a realidade atual da comunidade indígena *Kaiowá* e Guarani da terra indígena de *Yvy Katu*, na cidade de Japorã, no sul do estado de Mato Grosso do Sul;
- b) Compreender as características do ciberjornalismo, bem como expor as possibilidades dos recursos das mídias digitais na construção das notícias analisadas, além de verificar se foram ou não utilizados para melhor expor o conteúdo;
- c) Analisar o posicionamento e a relação dos povos indígenas da terra de *Yvy Katu* com as mídias e com as notícias sobre a questão indígena;
- d) Realizar inferência a partir dos textos dos cibermeios estudados que tratam do conflito de terra, por meio da análise de conteúdo das notícias veiculadas sobre o ocorrido.

O primeiro capítulo dedica-se a demonstrar e discutir a prática jornalística no meio digital, com abordagens sobre os conceitos, características e fases do ciberjornalismo. Nesse contexto, discutem-se, também, as propriedades do jornalismo em si que estão envolvidas na construção da notícia, como os conceitos da própria notícia, critério de noticiabilidade, valor-notícia, fontes no jornalismo,

³ Termos utilizados nos títulos e textos das matérias: “Índigenas invadem mais duas propriedades de Mato Grosso do Sul”, “Índios invadem mais 2 fazendas em Japorã e ateiam fogo em uma delas”, entre outros.

⁴ Termo utilizado no título e texto da matéria: “Índios invadem mais 12 fazendas e criam novo foco de tensão no Estado”.

⁵ Portal de notícias de Campo Grande - MS. Disponível em: <www.campograndenews.com.br>.

⁶ Portal do jornal impresso de Dourados - MS. Disponível em: <www.progresso.com.br>.

mudanças na prática narrativa no contexto digital e senso comum como interferente na produção de conteúdo midiático.

No segundo capítulo, aborda-se o fato do objeto de pesquisa e trazem-se para a discussão os fatores histórico e antropológico sobre os povos *Kaiowá* e Guaraní residentes na região da cidade de Japorã, interior do estado de Mato Grosso do Sul, que levaram estas comunidades à realidade atual. O capítulo discorre sobre o processo de colonização do sul do estado de Mato Grosso do Sul e como este interferiu para a perda do território e da autonomia dos povos indígenas.

O terceiro capítulo apresenta a relação da mídia com o índio, e vice-versa. Nesta etapa, discute-se como a ausência de fontes indígenas, de contexto histórico e cultural e de uma perspectiva que ultrapasse a visão estereotipada do índio pode trazer para as narrativas uma deturpação da realidade, que enfraquece o entendimento do fato nas notícias veiculadas.

O quarto capítulo traz as análises realizadas nos dois cibermeios estudados, com o detalhamento da pesquisa de cada um dos sítios *web* e a discussão dos resultados com base na revisão bibliográfica levantada nos capítulos anteriores.

Para melhor compreender a relação dos povos indígenas com a mídia, o trabalho utilizou-se de entrevistas com indígenas de *Yvy Katu*, no intuito de apresentar e avaliar as perspectivas e as relações com os meios de comunicação e as notícias. Foram entrevistados quatro homens, da etnia Guaraní *Ñandeva*, residentes na terra indígena de *Yvy Katu*, que fazem curso de docência na Faculdade Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), na cidade de Dourados - MS. O roteiro das entrevistas foi realizado com base no modelo construído por Urquiza (2013) em sua dissertação de mestrado, na qual a autora entrevistou professores indígenas de Mato Grosso do Sul no intuito de compreender a relação dos povos indígenas com o conteúdo jornalístico. O roteiro das perguntas e a descrição das entrevistas encontram-se nos Apêndices A e B.

METODOLOGIA

O trabalho busca evidenciar as possibilidades que a escrita ciberjornalística oferece ao profissional, como também busca avaliar a utilização dos recursos das mídias digitais e, também, a abordagem do caso pelos dois cibermeios em estudo.

Para alcançar tal objetivo, a análise foi realizada em duas vertentes: avaliação estrutural dos cibermeios e do conteúdo encontrado nas notícias veiculadas.

a) Análise estrutural

Na primeira vertente, verificou-se como as notícias sobre o caso foram estruturadas conforme as potencialidades do ciberjornalismo, isto é, como os recursos das mídias digitais foram utilizados para divulgar o fato e como a presença ou ausência de algum elemento pode influenciar na compreensão dos acontecimentos de Japorã. Esta etapa dividiu-se em duas partes: na primeira, observou-se a forma da narrativa digital com base no modelo teórico de narrativas digitais proposto por Bertocchi (2013); na segunda, verificou-se a presença das principais características do ciberjornalismo nas produções midiáticas dos cibermeios em análise.

Inicialmente, as narrativas digitais foram avaliadas no contexto do modelo teórico apresentado por Bertocchi (2013), que propõe a narrativa digital em um modelo sistêmico, isto é, aberto, complexo e adaptativo. O modelo apresenta três atos constitutivos na construção da narrativa digital: antenarração dos dados, antenarração dos metadados e a narrativa no ecrã. Nesta etapa, foram observados os três atos da narrativa digital e suas interferências para a narrativa do fato. A análise baseou-se nos seguintes critérios:

- Antenarração dos dados

Análise da estrutura do Sistema de Gerenciamento de Conteúdo (SGC – também conhecido como *Content Management System*, CMS), com base nas opções que o *software* oferece ao jornalista, e sua influência no produto final (notícia).

- Antenarração dos metadados

Observação do modo de categorização oferecido pelo CMS e verificação de sua influência no resultado das seções que utilizam algoritmos para a apresentação de conteúdo, como nas seções “Saiba mais” e “Veja também”.

- Formatos no ecrã

Verificação se os cibermeios em estudo oferecem um *design* responsivo ou uma plataforma *mobile*⁷ para a visualização em outros dispositivos; análise da interface da página dos cibermeios tanto na plataforma *desktop* quanto em dispositivo móvel, no intuito de avaliar a experiência narrativa das notícias que a interface digital do cibermeio propõe.

Na segunda fase, buscou-se evidenciar as particularidades da escrita no âmbito digital, já que a plataforma modificou a forma de se apurar, produzir e publicar notícias. Para isso, analisou-se a presença das características do ciberjornalismo descritas e conceituadas por diversos pesquisadores em ciberjornalismo, como Palacios (2003), Pavlik (2014), Bardoel e Deuze (2001), Salaverría (2014), Rost (2014), Zamith (2011), Canavilhas (2006, 2014), Schwingel (2008), Mielniczuk (2000), Lévy (2003) e Bradshaw (2014). As características analisadas foram: multimidialidade ou convergência, interatividade, hipertextualidade, customização do conteúdo ou personalização, memória e instantaneidade ou atualização. Estas foram avaliadas com base nas seguintes definições:

- a) Multimidialidade: recursos multimídia (texto, fotografia, gráficos, iconografia, ilustrações estáticas, vídeo, animação digital, discurso oral, música e efeitos sonoros e vibração) utilizados em cada notícia;
- b) Interatividade: número de comentários, curtidas, compartilhamentos em redes sociais indicados pelos marcadores do cibermeio e notícias realizadas com conteúdo enviado pelos leitores;
- c) Hipertextualidade: utilização de *hiperlinks* na escrita ciberjornalística;
- d) Customização do conteúdo: busca de ferramentas e/ou opções para que o usuário faça a escolha de como quer fazer a leitura das notícias;
- e) Memória: número de reutilização de conteúdos por intermédio de *hiperlinks*, sugestões de conteúdos sobre o mesmo tema, notícias ou informações construídas com conteúdos contidos na memória dos cibermeios;
- f) Instantaneidade: frequência de termos que evidencia a característica instantânea do meio, como dados ainda incertos.

⁷ Existem dois modelos de cibermeios utilizados para melhorar a navegação em dispositivos móveis: o responsivo e o *site mobile*. O *site* responsivo possui um sistema no qual seu conteúdo se adequa ao tamanho da tela do navegador. Já a plataforma *mobile* é um tipo de sítio *web* elaborado para os dispositivos móveis cujo *layout* é pensado para a navegação em *tablets* e celulares.

Por ser uma característica intrínseca ao ciberjornalismo, a ubiquidade não foi abordada.

b) Análise do conteúdo

Nesta fase, tomam-se como metodologia de pesquisa os conceitos de análise de conteúdo descritos por Bardin (2004). Segundo a autora, “[...] a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análises das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2004, p. 33). Busca-se, então, por meio da técnica, evidenciar os propósitos não prontamente observáveis das notícias publicadas.

A escolha do método se justifica pela sua característica de evidenciar as intenções dos indivíduos por meio de inferências sobre o conteúdo abordado. Esta inferência traz à pesquisa a possibilidade de responder a dois tipos de problemas: “a) O que conduziu a determinado enunciado (causas ou antecedentes das mensagens)?; e b) Quais as consequências que determinado enunciado vai provavelmente provocar (possíveis efeitos das mensagens)?” (BARDIN, 2004, p. 34). No âmbito da pesquisa, pode-se dizer que o método traz a oportunidade de averiguar a forma da abordagem realizada pelos cibermeios, a causa de se utilizar de tal descrição dos fatos e, também, evidenciar quais as possíveis consequências da utilização de determinado posicionamento.

A análise de conteúdo tem em sua especificidade duas funções básicas: enriquecer a tentativa exploratória e, conseqüentemente, a pesquisa (função heurística) e, também, servir de diretriz para confirmação das hipóteses formadas (função de administração de provas) (BARDIN, 2004, p. 30). Nesse contexto, o método foi utilizado para testar duas hipóteses: a) a questão da não emancipação do ciberjornalismo nos portais de notícia de Mato Grosso do Sul, onde as diversas características do meio e suas potencialidades ainda não são refletidas na escrita dos ciberjornalistas, mesmo em casos de jornais que nasceram nesta plataforma; e b) como as “epistemologias do norte”, que reduzem ou tornam invisíveis as minorias sociais, ainda estão presentes nas representações sociais dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul nos conteúdos jornalísticos. Além disso, o método pode trazer à pesquisa descobertas referentes ao campo semântico criado sobre as comunidades

indígenas e como tal pode auxiliar para fortalecer a visão estereotipada destes povos (visão de povo atrasado, violento, preguiçoso, etc.).

O método será empregado com base nas três fases descritas por Bardin (2004): a pré-análise, a exploração do material e o tratamento do material. Na pré-análise, ocorre a organização do material, que tem por objetivo “tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (BARDIN, 2004, p. 95). Assim, nesta fase será realizada a escolha dos documentos, formulação das hipóteses e objetivos que fundamentam a interpretação final do material. A exploração do material é a prática da administração sistemática das decisões tomadas na fase anterior. O tratamento dos resultados obtidos e interpretação é a última fase, na qual os materiais coletados são submetidos a provas estatísticas e, também, a testes de validação. Após a organização do material, o mesmo será confrontado pelo embasamento teórico formulado ao decorrer da dissertação.

A escolha dos cibermeios deste trabalho tem por base a importância dos ciberjornais para a população de Mato Grosso do Sul e, também, busca comparar as diferenças entre as narrativas de cibermeios nascidos na *web* e daqueles que migraram do jornalismo impresso. Nesse contexto, foram escolhidos os seguintes portais:

- “Campo Grande News”, que se justifica por ser o primeiro portal de notícias *on-line* criado exclusivamente para o ciberespaço, além de ser o cibermeio local mais acessado do estado nesta categoria⁸;
- “O Progresso”, a versão *on-line* do jornal mais antigo do estado e o maior jornal impresso da região de Dourados, cidade próxima a Japorã;

O recorte temporal será realizado em dias antecedentes ao fato e, também, em meses subsequentes. O intervalo da análise encontra-se entre os dias 1º de outubro de 2013 e 1º de fevereiro de 2014. O recorte tem como intuito identificar todas as notícias publicadas sobre o ocorrido e, também, suas consequências.

As categorias de análise buscam expor as hipóteses da pesquisa. Sendo assim, esta parte da pesquisa busca quantificar:

- a) Termos que demonstrem os indígenas como seres naturalmente violentos;

⁸ De acordo com o *site* SimilarWeb.com, o *sítio web* ocupa a posição 893 no *ranking* nacional. Comparado aos outros cibermeios concorrentes, encontra-se na primeira posição entre os portais de notícia de Campo Grande - MS.

- b) Número de fontes utilizadas para a descrição dos fatos;
- c) Presença de conteúdos que trazem uma contextualização histórica e cultural para a compreensão do ocorrido.

Para analisar a narrativa do fato como um todo, o estudo toma como *corpus* de análise o conjunto das notícias criadas no decorrer do período, de forma que cada uma delas torna-se parte da narrativa. Assim, o conceito de “narrativa” aqui empregado está de acordo com a perspectiva de Motta (2005, p. 3), na qual se propõe a integração das notícias isoladas em um conjunto significativo solidário. Em outras palavras, a proposta analisa o conjunto de notícias como uma única narrativa sobre o acontecimento. Nesse contexto,

[...] a realidade criada adquire então nova estrutura, clímax e desfechos de histórias que se encaixam em uma narrativa inédita e completa. As notícias unitárias passam a ser parte de um acontecimento integral. É assim que percebemos e construímos, através da memória, a nossa realidade no mundo da vida: a vida se transforma em arte (em narrativas dramáticas) e a arte se converte em um veículo através do qual a realidade se torna manifesta. Construímos então as nossas identidades, a nossa biografia, a nossa história, o nosso passado, presente e futuro. (MOTTA, 2005, p. 3)

Diante dessa proposta, o conjunto de notícias de cada cibermeio será reescrito em um texto único e, assim, analisado como tal. Assim, será observada a relação existente entre as narrativas e suas intencionalidades e quais inferências podem ser relacionadas.

Ao final da análise dos dois cibermeios, será realizada uma comparação dos dados de ambos, no intuito de averiguar como cada portal de notícia realizou a cobertura do fato e se existem elementos textuais que trouxeram ao texto uma caracterização do índio por meio de uma perspectiva estereotipada e negativa.

CAPÍTULO 1 – A NOTÍCIA NO CONTEXTO DIGITAL

A revolução das tecnologias da informação proporcionou a formação de uma comunicação em rede que transformou o paradigma social e econômico da sociedade contemporânea. Este mundo interligado permitiu reduzir as fronteiras entre produtores e receptores da informação, o que trouxe um perfil mais democrático e participativo nas mídias em relação aos meios tradicionais. Esta nova perspectiva substituiu o modelo comunicacional de um-todos para uma vertente todos-todos, como proposto por Lévy (1999). Para o autor, existem três categorias de dispositivos comunicacionais: “um-todos”, em que um emissor envia uma mensagem a um grande número de pessoas; “um-um”, que seria a relação entre indivíduo-indivíduo; e “todos-todos”, que permite a cooperação mútua de um mesmo contexto (LÉVY, 1999, p. 63). Assim, a internet, inserida no modelo multidirecional (todos-todos), permite a comunicação entre milhares de pessoas, de maneira instantânea e em uma estrutura de rede, fato que propõe uma nova maneira de produzir, publicar e consumir conteúdos midiáticos.

A comunicação digital possibilitou aos usuários uma publicação e acesso a conteúdo de maneira instantânea. Diante desta nova realidade, coloca-se em questão a diferença entre o conteúdo jornalístico e as divulgações feitas pelos indivíduos. Inicialmente, é necessário expor o teor reducionista de tal proposição, pois nesta perspectiva o papel do jornalista se resumiria a um mero replicador de fatos e o isentaria de todo o processo de construção de notícia realizado na prática profissional. Schwingel (2012, p. 13) afirma que a modalidade jornalística decorre de uma prática herdada de forma conjunta com a industrialização mundial e que tem “[...] nas especificidades de seu processo de produção – com apuração, produção e circulação – o grande diferencial”. Para Sodré (2009, p. 25), mesmo com a vigência da mídia eletrônica de massa, tem-se a consciência de que a notícia não resulta de apenas uma representação ou transmissão de aspectos da realidade, mas de que “ela é também capaz de constituir uma realidade própria. Isto não quer dizer que todo e qualquer acontecimento seja um mero artefato midiático, independente da dinâmica social, e sim que a mídia também produz efeito de real”. Portanto, é um erro reduzir o papel do jornalismo a um mero replicador de fatos da realidade, já que

o que ocorre é, na verdade, uma produção simbólica dos acontecimentos por meio de um trabalho de apuração e interpretação dos fatos.

A partir destes pressupostos, este capítulo busca apresentar brevemente uma revisão bibliográfica sobre as particularidades do jornalismo realizado no âmbito digital e o processo de construção de notícia, que arquiteta e hierarquiza a prática jornalística.

1.1 Ciberjornalismo

O jornalismo realizado no meio digital é um fenômeno recente e que teve seu crescimento concomitantemente relacionado com a expansão da internet. De acordo com Alves (2004, p. 6), o conceito de jornalismo digital designa:

[...] todo processo discursivo que permite a multiseqüencialidade; que constrói a realidade por meio da singularidade dos eventos que podem ou não ser instantâneos e atualizáveis; que tem como suporte de circulação as redes telemáticas de alcance mundial ou qualquer outro tipo de tecnologia por onde se transmitam sinais numéricos; que incorpore a interação com os usuários ao longo do processo produtivo; que tenha a possibilidade de utilizar formatos em texto, áudio, imagem fotografada ou em movimento, sendo dessa forma, multimídia, o que demanda novos desenhos e retórica; e que, por fim, disponha de ferramentas que permitam a personalização do processo por parte de todos os atores envolvidos no processo de produção.

Neste formato, o jornalismo se depara em uma realidade mais interativa com o público e ultrapassa as fronteiras físicas e temporais existentes nos meios impressos.

Apesar de sua popularidade, ainda não existe um consenso tanto para os pesquisadores quanto para os profissionais da área em relação à terminologia adotada para a prática jornalística na internet. Por consequência deste fato, é necessário, inicialmente, discorrer sobre a diversidade de termos existentes no campo e seus significados para, assim, definir a escolha do termo que satisfaça as prerrogativas deste trabalho.

1.1.1 Terminologias e conceitos

Em seu estudo, Schwingel (2008, p. 69) apresenta as principais nomenclaturas utilizadas nas pesquisas científicas:

Autores de língua inglesa, como Hall (2001), De Wolk (2001), Ward (2002), utilizam o termo jornalismo *online*. E são seguidos por pesquisadores de língua hispânica, portuguesa, italiana e alemã (como Cabrera, Veloso, Palomo Torres, Squirra, Sousa e Aroso, Contaldo e Di Fabio, Fabbiani,

Papuzzi, Hoffacker e Lackerbauer). Já o termo jornalismo em rede é utilizado em espanhol por Estevez e em italiano por Carelli. Jornalismo na internet é aplicado em espanhol por Díaz Noci e Meso e em português por Pinho (2003). Jornalismo Eletrônico é usado na Espanha por Armañanzas, Armentia e Lopez Garcia (1996) e em Portugal por Bastos (2000). Jornalismo multimídia é aplicado pelos espanhóis Alvarez Marcos e Pescador; pelo francês Laubier; e pelo italiano Pratellesi. Jornalismo Digital é o termo mais difundido mundialmente, e está sendo utilizado em espanhol por Armentia, Canga Larequi, Garcia Gallo; em português por Fidalgo e Serra (2003), Ferrari (2003), Machado e Palacios (2002). Ciberjornalismo seria nos últimos anos a terminologia mais adotada pelos pesquisadores espanhóis, de acordo com esta sistematização (SALAVERRÍA, 2005), e é usado por Gómez e Leal, Flores Vivar e Arruti, Zalberg, Islas e Gutiérrez, Díaz Noci e Salaverría, Parra Valcarce e Alvarez Marcos, Granada, Ferrari, Agostini, Martin-Lagardette, Scanlan, Dube e De Wolk. No GJOL, Silva Júnior (2001) denominou esta prática de jornalismo hipermidiático. Mielniczuk (2003) adota a terminologia webjornalismo, em conformidade com Canavilhas (1999) [...].

Sobre as definições, Mielniczuk (2003) categoriza alguns termos conforme suas práticas de produção e disseminação de conteúdo. Para a autora, o termo “jornalismo *on-line*” designa “[...] a pesquisa realizada em redes, onde as informações circulam, em tempo real e cujo objetivo é a apuração jornalística (pesquisa de conteúdo, recolha de informações e contato com fontes)” (MIELNICZUK, 2003, p. 24). O jornalismo digital emprega tecnologia digital a “todo e qualquer procedimento jornalístico que implica no tratamento de dados em forma de *bits*” (MIELNICZUK, 2003, p. 27). O conceito de “jornalismo eletrônico” é definido como aquele que utiliza-se de aparelhos e recursos eletrônicos e o termo “*webjornalismo*” é relacionado apenas a uma parte específica da internet, a *web* (MIELNICZUK, 2003, p. 27). O “ciberjornalismo” designa a prática jornalística que envolve tecnologias que utilizam o ciberespaço, ou, como definido por Salaverría (apud SCHWINGEL, 2008, p. 71), “*la especialidade del periodismo que emplea el ciberespacio para investigar, producir y, sobre todo, difundir contenidos periodísticos*”⁹.

Diante desses pressupostos, o termo jornalismo *on-line* torna-se inadequado por abordar uma prática baseada na pesquisa em tempo real e excluir das práticas as tecnologias digitais *off-line*, como as imagens de câmeras digitais, áudios de gravadores, *softwares* de edição, entre outros recursos que também são utilizados na prática. Em relação ao “jornalismo eletrônico”, desconsidera-se sua utilização em detrimento de o jornalismo televisivo e radiofônico também englobar a utilização de aparatos eletrônicos, ou seja, a definição envolve elementos que vão além da rede

⁹ Tradução do autor: “a especialidade do jornalismo que emprega o ciberespaço para investigar, produzir e, sobretudo, difundir conteúdos jornalísticos”.

mundial de computadores. *Webjornalismo*, por se deter apenas à *web*, desconsidera outros protocolos usados na internet, como *e-mail* e mensagens eletrônicas, o que restringe a sua abrangência.

Os termos jornalismo digital e ciberjornalismo possuem semelhanças em suas definições, pois ambas propõem uma prática do jornalismo com a utilização de ferramentas do mundo virtual, o ciberespaço. Tais definições propõem maior compreensão da prática jornalística nos meios digitais por não limitarem os aparatos tecnológicos utilizados nesta plataforma. Diante desses pressupostos, as duas concepções se encaixam no estudo. Entretanto, o termo ciberjornalismo compreende o prefixo *ciber*, que, segundo Salaverría (apud SCHWINGEL, 2008, p. 72), apresenta vantagens estilísticas que facilitam a criação de todo um campo semântico para a prática. Portanto, este estudo adota a terminologia ciberjornalismo devido a essas duas características.

1.1.2 Gerações de conteúdos no ciberjornalismo

O desenvolvimento dos conteúdos do ciberjornalismo foi descrito por Mielniczuk (2003) em três gerações; a primeira consistia em reproduções de partes dos grandes jornais impressos (transposição); a segunda decorria de uma metáfora do impresso, isto é, mesmo atreladas ao modelo impresso, as notícias iniciam experiências na tentativa de exploração das características ofertadas pela *web*; e a terceira, na qual ocorre maior exploração e aplicação dos recursos ofertados pela internet para os fins jornalísticos.

Schwingel (2008; 2012) apresenta quatro gerações de conteúdo, com as três primeiras a dialogar com a proposta de Mielniczuk (2003):

- a) Em um primeiro momento, após 1992, os produtos jornalísticos eram, em sua maioria, cópias para a *web* das versões impressas dos jornais, de modo que não ocorriam diferenciações que os caracterizassem.
- b) A segunda geração surge a partir de 1995, quando a criação de conteúdos aderiu a algumas características oferecidas pela rede, como o *hiperlink*, a personalização e a interatividade. Porém, sua utilização foi baseada em metáforas dos veículos impressos, isto é, com ideias relacionadas ao impresso.

- c) Após 1999, surge a terceira geração, na qual ocorre maior exploração e aplicação das potencialidades ofertadas pelo ciberespaço, e os conteúdos produzidos são voltados para as plataformas *on-line*. Neste período, o jornalismo apropria-se dos mecanismos de interação e sistemas de gerações de conteúdos começam a ser utilizados.
- d) A quarta geração ocorre a partir de 2002, na qual os conteúdos seriam “[...] concebidos e implementados utilizando sistemas automatizados com banco de dados próprios, com o uso de metadados, com a incorporação do usuário no processo de produção através de ferramentas colaborativas [...]” (SCHWINGEL, 2012, p. 49). Este modelo consolidaria um “modelo produtivo diferenciado” que distingue, definitivamente, o sistema de produção do ciberjornalismo (SCHWINGEL, 2008, p. 65).

Existe, ainda, uma definição de quinta geração descrita por Barbosa (2013, p. 34), na qual as mídias móveis, em especial os *tablets* e *smartphones*, atuam como “agentes propulsores de um novo ciclo de inovação”. Assim, tais plataformas reconfigurariam o modo de produção, publicação, circulação, recirculação, distribuição, consumo e recepção dos conteúdos jornalísticos.

Vale salientar que as etapas de desenvolvimento no ciberjornalismo não ocorrem de maneira uniforme para todos os cibermeios jornalísticos. De acordo com Barbosa (2011, p. 10), o surgimento de uma nova geração não é um fenômeno excludente, ou seja, “[...] em um mesmo produto é possível se encontrar elementos característicos de todas as gerações, com preponderância maior para uma ou outra(s)”. Diante disso, pode-se, ainda, observar produtos ciberjornalísticos que pouco usufruem dos recursos da plataforma digital, o que pode influenciar no resultado final dos conteúdos.

1.1.3 Características do ciberjornalismo

O ciberjornalismo tem, em sua essência, diversos atributos que permitem ao jornalista pesquisar e apresentar narrativas com conteúdo mais dinâmico e multimidiático. Sobre as características, Bardoel e Deuze (2001) apresentam quatro elementos essenciais: interatividade, customização de conteúdo, hipertextualidade e multimídia. Já Palacios (2003, p. 17-20), aponta seis aspectos básicos: multimídia ou convergência, interatividade, hipertextualidade, customização do

conteúdo ou personalização, memória e instantaneidade ou atualização. Pavlik (2014) ainda fala de uma sétima característica do ciberjornalismo, a ubiquidade. A seguir, serão discutidas as seis características descritas por Palacios (2003) e, também, a ubiquidade.

A multimídia decorre do processo de confluência dos formatos das mídias tradicionais (imagem, texto e som) na narrativa jornalística. Segundo Palacios (2003, p. 3), “a convergência torna-se possível em função do processo de digitalização da informação e sua posterior circulação e/ou disponibilização em múltiplas plataformas e suportes, numa situação de agregação e complementaridade”. Desse modo, observa-se que os diversos formatos midiáticos são utilizados para possibilitar maior exposição do conteúdo.

De acordo com Salaverría (2014, p.26), existem três principais acepções para o conceito de multimídia: como multiplataforma, na qual distintos meios coordenam estratégias para conseguir um melhor resultado em conjunto; como polivalência, nos casos em que os ciberjornalistas acumulam diversas tarefas que outrora eram realizadas por diversas pessoas; e como combinações de línguas, que significa que “utiliza conjunta e simultaneamente diversos meios, como imagens, sons e texto, na transmissão de uma informação”. Segundo o autor, para um conteúdo ser designado como multimídia, basta que este apresente, no mínimo, dois tipos de linguagens em uma mensagem (SALAVERRÍA, 2014, p.30). Nesta perspectiva, observa-se que a internet não pode ser apresentada como a única ferramenta multimídia, já que os outros meios de comunicação, como a televisão (que une texto, áudio e vídeo), o jornal (texto e imagem), cinema (texto, áudio e vídeo), etc., também possuem esta característica. No entanto,

[...] face às limitações de multimedialidade dos meios analógicos anteriores, a *Web* oferece uma plataforma de enorme versatilidade para a integração de formatos textuais, gráficos e audiovisuais. Não é, portanto, de estranhar que após a irrupção da internet o conceito de jornalismo multimédia tenha alcançado especial protagonismo. De facto, graças à *Web* multiplicaram-se as possibilidades para o crescimento da narrativa multimédia (SALAVERRÍA, 2014, p. 32).

Assim, a internet possibilitou uma plataforma na qual a combinação dos diferentes formatos midiáticos pudesse criar novas construções narrativas.

Existem oito elementos que podem compor os conteúdos multimidiáticos: “1) texto; 2) fotografia; 3) gráficos, iconografia e ilustrações estáticas; 4) vídeo; 5) animação digital; 6) discurso oral; 7) música e efeitos sonoros; 8) vibração”

(SALAVERRÍA, 2014, p. 33). É importante ressaltar que tais elementos devem ser organizados conforme uma “sintaxe multimídia”, regras para encontrar o equilíbrio na comunicação multimídia com base nas relações de justaposição, coordenação e subordinação dos elementos utilizados (SALAVERRÍA, 2014, p. 33).

A segunda característica do ciberjornalismo, a interatividade, possibilita ao leitor/usuário sentir-se mais diretamente envolvido com o processo jornalístico. Pode ser entendida como a capacidade “[...] que um meio de comunicação tem para dar maior poder aos utilizadores tanto na seleção de conteúdo [...] como em possibilidades de expressão e comunicação [...]” (ROST, 2014). Embora o público tenha um viés mais participativo, vale salientar que sua interação está longe de implicar uma total horizontalidade na participação do conteúdo jornalístico, pois, mesmo com a capacidade de escolher, discutir, compartilhar ou comentar as notícias, estes ainda possuem a moderação dos *medias*.

No ciberespaço, a interatividade apresenta maior potencialidade, se comparada às outras mídias. Segundo Zamith (2011, p. 28),

[...] na Internet, as possibilidades de interação dos visitantes/utilizadores, quer entre si quer com os jornalistas, são muito maiores, podendo assumir a forma de, por exemplo, comentários publicados junto às notícias, troca de *emails* entre utilizadores e jornalistas, fóruns de discussão, salas de comunicação instantânea, inquéritos ou sistemas de votação/avaliação dos conteúdos. Paralelamente, o cibermeio pode permitir que o utilizador participe ativamente no processo de construção noticiosa, nomeadamente através do envio ou publicação de informações, correções, notícias ou reportagens, em texto, fotografia e/ou vídeo.

Assim, o meio permite ao leitor uma interação com a notícia de maneira mais ativa, além de possibilitar maior apuração do retorno da audiência frente ao impacto do conteúdo.

De acordo com Rost (2014, p. 56), existem dois tipos de interatividade: a seletiva e a comunicativa. A interatividade seletiva tem a ver com a possibilidade de o leitor “eleger o ritmo e a sequência das mensagens”, já a interatividade comunicativa decorre da possibilidade de o leitor gerar conteúdo que se tornará público (ROST, 2014, p. 58). O Quadro 1 demonstra as diferenças entre os dois tipos de interatividade.

Quadro 1 – Diferenças entre interatividade seletiva e comunicativa

	Interatividade Seletiva	Interatividade Comunicativa
Interatuantes	A interação das pessoas com os conteúdos (ou com a máquina ou com o sistema)	Interação entre pessoas
Em que consiste a interação	Um indivíduo escolhe uma opção e o sistema responde	Há emissores e receptores que podem trocar de papéis
Papel do leitor	O utilizador é um receptor (interativo) de conteúdos	O utilizador é também produtor de conteúdos
Previsibilidade das respostas	Número de possibilidades de resposta limitado	Infinitas possibilidades de resposta
Dimensão da interatividade	A participação do leitor não adquire relevância pública: só tem uma dimensão individual	O resultado da participação do utilizador toma uma dimensão pública
Opções interativas	Ligações hipertextuais, motores de busca, infografias, modalidades de personalização, RSS	Comentários, blogues, fóruns, entrevistas abertas, <i>chats</i> , envio de notas/fotografias/vídeos

FONTE: Rost (2014).

A hipertextualidade, terceira característica do ciberjornalismo, permite a conexão de textos ou imagens por meio de *hiperlink*. A palavra “hipertexto” surgiu na década de 60, por Theodor Nelson, e tem por definição “uma escrita não sequencial, um texto com várias opções de leitura que permite ao leitor efetuar uma escolha” (CANAVILHAS, 2014, p. 4). Nesta perspectiva, o hipertexto propõe uma leitura não linear das narrativas, de forma que diversos itinerários de leitura podem ser feitos. De acordo com Schwingel (2008, p. 76), a hipertextualidade “[...] permite trabalhar conteúdos em termos de contexto e profundidade, ou seja, desdobrando informações em outras estruturas informativas para aprofundar assuntos, enfoques, pontos de vista”. Assim, por meio dos *hiperlinks*, o ciberjornalismo pode trazer aos conteúdos informações além das apresentadas, em blocos informativos que auxiliam na exposição do conteúdo e permitem uma nova forma de interação com os produtos ciberjornalísticos, como afirma Mielniczuk (2000, p. 5): “[...] diante desta forma de organização da informação, o leitor/usuário participa de uma situação de interatividade ao poder escolher, dentre a malha hipertextual, aqueles *links* que ele deseja e que lhe darão a continuidade da informação”. Além disso, os hipertextos podem auxiliar para trazer conteúdo armazenado na base de dados do ciberespaço, o que amplia a oportunidade de contextualização da informação.

A quarta característica, a customização do conteúdo ou personalização, trouxe a opção de configuração, pelo leitor, dos produtos jornalísticos conforme sua necessidade. Segundo Palacios (2003, p. 19), customização do conteúdo “[...] consiste na opção oferecida ao Usuário para configurar os produtos jornalísticos de

acordo com seus interesses individuais”. Schwingel (2008, p. 76) afirma que “[...] customizar relaciona-se à escolha prévia, à opção de leitura e acesso, portanto, através desta característica, o usuário pode alterar os critérios editoriais do produto”. No entanto, Bardoel e Deuze (2001, p. 95) salientam que a customização dos conteúdos não significa produzir conteúdos jornalísticos para atender um determinado público:

The technology of the Internet not only allows for fast interaction between journalist, organisation and user, but also for customisation of that particular interaction (especially by the user). This would not mean adapting the paper or the program to the perceived needs and wants of a faceless audience probed by marketing research firms. This means putting a journalistic product together to cater for the individual citizen¹⁰.

Assim, a customização de conteúdo possibilita ao usuário realizar uma leitura de acordo com suas escolhas, o que predispõe ao jornalista uma maior preocupação com a arquitetura da informação, já que o modo de navegação irá modificar a percepção da notícia.

A memória, por ser mais viável técnica e economicamente no ciberjornalismo, traz para o meio uma acumulação de conteúdos de maneira mais vantajosa. De acordo com Zamith (2011, p. 36), “[...] a Internet tem uma capacidade de acumulação de conteúdos praticamente ilimitada. Nunca antes foi possível aos *media* guardar, reutilizar e disponibilizar todo o seu arquivo num único local acessível a qualquer momento e em qualquer ponto do planeta”. Ao associar este fator à facilidade de produção de conteúdo devido à oferta de acessíveis plataformas de publicação de conteúdo, vê-se multiplicar a quantidade de testemunhos que ficarão registrados na memória em rede.

Como consequência, Palacios (2014, p. 97) afirma que esta nova maneira de se armazenar e acessar conteúdo trouxe mais facilidade de consultas e incorporação de dados históricos na cobertura jornalística; incorporou elementos de memórias nos negócios do jornalismo *on-line*; novas formas de produção de narrativas com a utilização de dados de memória em diferentes formatos (áudio, vídeo, foto, etc.); além de uma nova forma de interação com o usuário, que permitiu

¹⁰ Tradução do autor: A tecnologia da internet não só permite a rápida interação entre jornalista, organização e usuário, como também a customização da interação particular (especialmente pelo usuário). Isto não significaria adaptar o jornal ou o programa às necessidades e aos desejos identificados de uma audiência anônima sondada por uma empresa de pesquisa de *marketing*. Isto significa agrupar produto jornalístico para atender cada cidadão.

a este a possibilidade de investigar aspectos históricos/memorialísticos dos materiais já produzidos nos cibermeios.

Assim, a memória possibilita ao ciberjornalismo uma nova forma de construção coletiva de conhecimento. Esta inteligência coletiva disponibiliza no ciberespaço conteúdos de diversas fontes e de fácil acesso para qualquer usuário. De acordo com Canavilhas (2006, p. 5), a memória traz elementos que permitem ampliar a qualidade da informação abordada, pois “a possibilidade de ligar uma nova notícia aos seus antecedentes permite o enriquecimento do jornalismo graças à contextualização dos fenômenos”. Desta maneira, o conteúdo já existente sobre um determinado tema pode acrescentar elementos que melhoram a compreensão dos fatos.

A instantaneidade ou atualização, proporcionada pela rapidez e facilidade da internet, permitiu ao jornalismo extrema agilidade na atualização dos materiais jornalísticos. De acordo com Bradshaw (2014, p. 112), a instantaneidade não afetou somente a velocidade de publicação de materiais, mas também influenciou no modo de consumo e distribuição das notícias. Assim, o consumo das notícias associado ao irrestrito espaço para publicação criou uma qualidade de “imediatez” no ciberjornalismo, que teve como consequência “uma pressão para simplificar o processo editorial e o número de estágios que o repórter precisa passar até a publicação/distribuição” (BRADSHAW, 2014, p. 116). Para Mielniczuk (2003, p. 54), as seções chamadas ‘últimas notícias’ ou ‘*breaking news*’ são decorrentes da exploração dessa possibilidade.

A ubiquidade, no contexto midiático,

[...] implica que qualquer um, em qualquer lugar, tem acesso potencial a uma rede de comunicação interativa em tempo real. Quer dizer que todos podem não apenas acessar notícias e entretenimento, mas participar e fornecer sua própria contribuição com conteúdos para compartilhamento e distribuição global (PAVLIK, 2014, p. 160).

Esta, segundo o autor, trará, futuramente, quatro consequências para o ciberjornalismo: 1) emergência do jornalismo cidadão; 2) crescimento das novas formas narrativas geolocalizadas e imersivas; 3) jornalismo orientado por dados; e 4) ascensão da vigilância estatal e declínio da privacidade (PAVLIK, 2014, p. 160). Na perspectiva de Zamith (2011, p. 36), embora o cibermeio tenha um público-alvo localizado em uma área geográfica específica, “o ciberjornalista tem de ter sempre presente que está a produzir para um meio que permite que o seu trabalho possa

ser acessado a qualquer hora em qualquer parte do Mundo”. Por isso, alguns sítios *web* já fornecem conteúdos em outras línguas ou substituem advérbios de tempo (como ontem, hoje, amanhã) pelos respectivos dias da semana no intuito de melhor aproveitamento da potencialidade ubíqua da internet.

Como observado, estas características demonstram uma nova forma de interação do usuário com o conteúdo e, conseqüentemente, uma nova maneira de se fazer jornalismo. Porém, para melhor compreender a dinâmica do trabalho jornalístico, serão abordados, a seguir, conceitos de notícia e fatores interferentes em sua produção, com o intuito de melhor explanação do tema.

1.2 Notícia e sua construção

1.2.1 Conceitos de notícia, acontecimento e verdade jornalística

Primeiramente, abre-se a discussão sobre o que vem a ser notícia. De acordo com Sousa (1999, p. 2), o termo pode ser definido como artefatos linguísticos pelos quais se procura representar a realidade por meio de pressupostos que abrangem fatores pessoais, sociais, ideológicos, culturais e do meio físico/tecnológico e que são difundidos pelos meios de comunicação.

A notícia também é classificada quanto ao gênero jornalístico, isto é, definida conforme sua aptidão para agrupar diferentes formatos e, também, pela sua função social (ASSIS; MELO, 2016, p. 49). Nessa perspectiva, a notícia é caracterizada como um gênero do tipo informativo, que tem o intuito de vigilância social e é tratada como um

[...] relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. Contém necessariamente respostas às perguntas de Quintiliano (quem? o que? quando? como? onde? por quê?), transformadas em fórmula jornalística (3Q + CO + PQ). Narrado em “pirâmide invertida”, compõe-se de duas partes: “cabeça” (*lead*) e “corpo” (*body*). (COSTA, 2010, p.55).

Para Gomes (2009, p. 29), notícia pode ser encarada como “textos em que se fala de fatos”. Esta afirmação traz consigo uma importante diferenciação entre dois termos que se assemelham, mas não são iguais: notícia e fato. Enquanto notícias são textos elaborados com sentido e que expõem um acontecimento; os fatos são dados da realidade apresentados em formas de eventos (GOMES, 2009, p. 29). A distinção é fundamental para compreender a notícia como uma interpretação da realidade, isto é, perpassa por fatores subjetivos ao fato. Portanto, “[...] a notícia se

refere aos fatos, ela não passa de um conjunto de asserções acerca de fatos, por conseguinte, deve poder ser julgada a partir de sua capacidade de dar a conhecer o fato, levá-lo ao conhecimento dos seus leitores/espectadores/ouvintes” (GOMES, 2009, p. 34).

Mas o que viria a ser um acontecimento e quais pressupostos o definiriam como algo a ser noticiado e de interesse público? Na perspectiva de Alsina (2009, p. 114), os acontecimentos possuem três fatores que os caracterizam: 1) são gerados a partir de fenômenos externos para o sujeito; 2) não fazem sentido longe dos sujeitos, já que são eles que lhe conferem sentido; 3) os fenômenos externos tornam-se acontecimentos aos sujeitos devido a sua ação sobre estes. O autor discrimina a diferença entre os termos ‘acontecimento’ e ‘notícia’: “o acontecimento é a mensagem recebida enquanto que a notícia é uma mensagem emitida” (ALSINA, 2009, p. 133). Nesta perspectiva, o acontecimento seria um fenômeno percebido no sistema enquanto a notícia decorre de uma informação produzida, ou seja, passível de variação conforme quem a observa.

Ao longo da história da comunicação, os acontecimentos sociais percorreram perspectivas diferentes. Alsina (2009, p. 118) distingue três importantes períodos transcorridos pela mídia, os quais transformaram o modo de tipificar o que era notícia: os acontecimentos antes da imprensa de massa (meados do século 15 até meados do século 19); os acontecimentos durante a imprensa de massa (meados do século 19 até meados do século 20) e; os acontecimentos com a comunicação de massa (meados do século 20 até a atualidade).

Na primeira fase, antes da imprensa de massa, os conhecimentos do acontecer eram privilégios das classes dominantes, já que a massa era, em sua maioria, analfabeta. Por isso, as notícias englobavam informações que tinham funções comerciais, financeiras, e assuntos relacionados aos políticos (ALSINA, 2009, p. 118-119).

No segundo período, época da grande imprensa de massa, o jornalismo tornou-se a principal fonte de transmissão de acontecimentos para os cidadãos. Nesta fase, o modo de narrar os fatos tornou-se mais ativo, pois a imprensa não apenas recebia e comentava as informações, mas buscava descobrir o ocorrido. É nesta época que surge o jornalismo sensacionalista, com exageros e falsificações de acontecimentos, que são realizados em busca de maiores vendas dos jornais (ALSINA, 2009, p.123-126).

Por fim, o último período foi marcado pelo aumento na quantidade de abordagens distintas, o que elevou o número de notícias divulgadas. Ainda, ocorreu uma maior democratização dos acontecimentos associados a sua espetacularidade, fato que gerou uma sensação de participação afetiva do público, mas que ocorria de maneira alheia aos fatos (ALSINA, 2009, p. 126-130).

A evolução do modo de tipificar os acontecimentos demonstra a influência do local em que os ecossistemas sociais estão inseridos. Sendo assim, se aquilo que é exposto pela mídia é uma narrativa a partir de uma perspectiva, os relatos jornalísticos podem ser tomados como discursos verídicos e imparciais da realidade? Na prática, a isenção de parcialidade pode ser encarada como um ideal inatingível, como afirma Sodré (2009, p. 39):

[...] por mais veraz que seja, a representação dos fatos põe em jogo crenças ou pressupostos tendentes a validar essa mesma veracidade. De tal modo, o discurso não é meramente informativo, mas também autoconfirmativo, gerador de uma circularidade capaz de modificar os fatos que são objetos da informação.

O autor também afirma que o enquadramento dado pela mídia decorre de um amplo “consenso entre atores midiáticos” (SODRÉ, 2009, p. 41), ou seja, as informações contidas nas notícias são as conclusões acerca dos relatos de diversos atores envolvidos no acontecimento. Gomes (2009, p. 63) discorre sobre a verdade jornalística e afirma que “[...] deve ser entendida como a interpretação última a que se chegaria numa argumentação sobre a qual se pode exercitar a coerção da comunidade de sentido”. Desse modo, para chegar a um relato mais próximo do real, cabe ao jornalista o dever de esgotar todas as fontes e possibilidades de um acontecimento para, assim, concluir algo que possa ser tomado como verdade.

Alsina (2009, p.296) questiona a veracidade das notícias, “já que existem notícias falsas e, mesmo assim, não deixam de ser notícia”. Para ele, “o conceito de notícia não deve levar implícito o conceito de verdade em sua definição”, já que, segundo Moles (apud ALSINA, 2009, p. 296), “a notícia é a narração de um acontecimento, de uma parte da vida individual ou coletiva, de algo verdadeiro ou fingido, prova ou não (boato)”. Coutinho (2004, p. 15) afirma que “apesar da impossibilidade de um relato impessoal, os jornais são apresentados e recebidos por significativa parcela de seu público como um instrumento de descrição da realidade, o que oferece *status* de verdadeiro a seu conteúdo impresso”. De acordo com Motta (2002, p. 14), “as notícias são uma forma de transmissão cultural, na qual o

fundamento é a reiteração”, ou seja, a recorrência de conteúdo faz com que sejam reforçadas as percepções culturais e arquétipos do senso comum. Ainda, segundo Ponte (2004, p. 12), a mídia influencia na dinâmica social, sobretudo “nos processos de identificação e de projeção, de pertença social e de legitimação política”. Deste modo, o papel do jornalista frente ao seu ofício traz consigo uma importante função na formação da opinião pública sobre determinado fato.

Diante dessa importante função de mediador social, as notícias adquirem considerável relevância na sociedade para o conhecimento da contemporaneidade. Em relação às comunidades indígenas, que possuem valores, crenças e culturas diferentes da sociedade não índia, as notícias adquirem um papel fundamental para a compreensão de fatos que os envolvem, principalmente por estas apresentarem uma representação estereotipada e, em sua maioria, negativa. Sendo assim, as notícias acabam por tornar-se fonte de consulta, o que permite a criação de julgamentos sobre os indígenas conforme aquilo que é exposto. Nesse sentido, torna-se importante observar como é feita a abordagem midiática desses povos, já que seus relatos refletem diretamente na percepção da sociedade sobre seus atos.

1.2.2 Critérios de noticiabilidade e valores-notícia

É fato que os jornais não são capazes de abordar todos os acontecimentos ocorridos no dia a dia. A partir deste pressuposto, observa-se que determinados acontecimentos chegam ao conhecimento do grande público e outros são ignorados pelos meios de comunicação. Surge, então, o questionamento sobre o que é levado em consideração para que determinado fato seja tratado como algo importante a ser noticiado, e outro não. Neste contexto, pode-se dizer que o que separa um acontecimento de uma notícia circula em torno de sua característica de noticiabilidade. O conceito de noticiabilidade pode ser entendido como:

[...] todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção de notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais dos jornalistas, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais. (SILVA, 2005, p. 96).

Desta maneira, quanto mais um acontecimento englobar atributos que motivem o interesse dos envolvidos na notícia, do jornalista ao leitor, maior será seu valor para ser publicado.

Os critérios de noticiabilidade, por sua natureza classificatória, hierarquizam os fatos e determinam quais possuem maior predisposição para atender o interesse do público. Entretanto, a seleção das notícias não pode ser realizada de maneira tecnicista, mas sim por intermédio de um consenso entre os fatos e fatores, tanto internos quanto externos, que determinam aquilo que é mais importante para ser divulgado. Por isso, os valores que sustentam a noticiabilidade de um determinado fato podem variar de acordo com o local, circunstâncias do ocorrido, importância pública e categoria editorial do meio de comunicação que o divulga (SODRÉ, 2009, p. 21-22).

Um fator que obscurece o entendimento sobre o processo de seleção da notícia encontra-se na falta de consenso sobre a definição do tema. De acordo com Silva (2005, p. 97), restringir noticiabilidade como elemento utilizado pelas empresas jornalísticas para administrar a quantidade e o tipo de acontecimentos que serão divulgados ou como fatores de um evento que apresentem aptidão ou potencial para ser noticiado é um ato reducionista. Para a autora, esta demarcação deve ser estabelecida com objetivo de atingir, no mínimo, três instâncias ou conjuntos diferenciados de critérios de noticiabilidade: a) a origem dos fatos (seleção primária dos fatos por meio de atributos próprios ou características típicas do jornalista ou veículo/valores-notícia); b) o tratamento dos fatos (seleção hierárquica dos fatos por fatores inseridos dentro e fora da organização ou do exercício da profissão); e, por fim, c) a visão dos fatos (baseada em fundamentos éticos, filosóficos e epistemológicos do jornalismo) (SILVA, 2005, p. 96). Nesta perspectiva, demonstram-se as diferenças entre noticiabilidade, valores-notícia e seleção noticiosa, sendo que o primeiro pode ser entendido como mais amplo e, assim, engloba os seguintes.

Os valores-notícia são definidos como uma seleção primária dos acontecimentos e estão ligados diretamente às características do fato. Silva (2005) discorda da conceituação de valores-notícia dada por Wolf (1999, p. 196), que os trata como “critérios de relevância espalhados ao longo de todo o processo de produção; isto é, não estão presentes apenas na seleção das notícias, participam também nas operações posteriores, embora com um relevo diferente”. Para a autora, apesar de agir tanto na seleção primária (triagem) quanto na seleção hierárquica (linhas-guia para o tratamento das matérias), os “valores-notícia devem ser definidos como as qualidades dos eventos e não ‘da sua construção jornalística’”

(SILVA, 2005, p. 99). Assim, os valores-notícia participam do tratamento dos fatos, porém são apenas parte do processo, pois outros critérios de noticiabilidade também interferem na produção das notícias.

Silva (2005) descreve as categorias de valores-notícia para possibilitar análises de acontecimentos noticiosos selecionados/selecionáveis em diversos veículos de imprensa.

Quadro 2 – Proposta de valores-notícia para operacionalizar análises de acontecimentos noticiáveis / noticiados

Valor-notícia	Definição
Impacto	Número de pessoas envolvidas (no fato), número de pessoas afetadas (pelo fato) e grandes quantias (dinheiro).
Conflito	Guerra, rivalidade, disputa, briga, greve, reivindicação.
Polêmica	Controvérsia e escândalo.
Raridade	Incomum, original e inusitado.
Proeminência	Notoriedade, celebridade, posição hierárquica, elite (indivíduo, instituição, país) e sucesso/herói.
Entretenimento/curiosidade	Aventura, divertimento, esporte e comemoração.
Conhecimento/cultura	Descobertas, invenções, pesquisas, progresso, atividades e valores culturais e religião.
Proximidade	Geográfica e cultural.

FONTE: Silva (2005).

Embora tais categorizações ampliem o conhecimento sobre como os critérios noticiosos atuam e facilitem uma categorização pragmática dos valores-notícia em diferentes acontecimentos, é importante salientar que seu uso não denota um valor decisivo na construção da notícia, já que “[...] o noticiável nos acontecimentos é uma valorização socialmente assumida, embora não seja necessariamente compartilhada” (ALSINA, 2009, p. 153). Pode-se dizer, então, que o conteúdo dos veículos de comunicação representa uma realidade culturalmente construída e aceita, que acarreta uma complexa dinâmica de escolhas e influências ditadas pela sociedade na qual o acontecimento ocorre.

A seleção noticiosa é iniciada no interior das redações, que, além de escolher o que será publicado, realiza um processo de hierarquização no qual cada fato ganha uma valorização em uma escala vertical. Nesse contexto, editores, fontes, qualidade do material, linha editorial, etc., todos possuem relevância na escolha dos fatos e, conseqüentemente, no resultado final da cobertura. Para Wolf (1999, p. 196), o modo estrutural que as organizações jornalísticas possuem cria uma “distorção involuntária” no trabalho final do jornalista. Esta característica engloba o modo como é organizada, institucionalizada e desempenhada a profissão do jornalista. Darnton (1990, p. 97) também demonstra esta influência do ambiente ao

afirmar que “[...] o contexto do trabalho modela o conteúdo da notícia, e as matérias também adquirem forma sob a influência de técnicas herdadas de contar histórias”. Assim, esta característica cria um padrão na produção do jornalista que se modifica de acordo com as rotinas e os parâmetros adotados por cada veículo.

Outro fator interferente, encontrado na rotina das redações, é a busca constante pelo ineditismo e exclusividade das notícias, que traz uma homogeneidade discursiva nos meios, a qual resulta em uma uniformização das abordagens jornalísticas. De acordo com Bourdieu (1997, p. 27), o fator causal desta realidade encontra-se na constante busca pelo “furo” jornalístico: “[...] para ser o primeiro a ver e a fazer alguma coisa, está-se disposto a quase tudo, e como se copia mutuamente visando a deixar os outros para trás, fazer antes dos outros, acaba-se por fazerem todos a mesma coisa [...]”. Deste modo, a procura pela novidade produz padrões que influenciam na busca pelos mesmos conteúdos, o que resulta no inverso daquilo que inicialmente se propõe.

No âmbito do ciberjornalismo, os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia podem se demonstrar ineficientes devido ao âmbito da pré-narrativa que envolve o meio. Na internet, o jornalismo se depara com a base de dados, ou seja, por meio da memória, o jornalista tem a possibilidade de guardar e recuperar dados que possam gerar pautas e visualizações posteriores. Nesse contexto, os critérios de noticiabilidade atuam apenas nas camadas mais superficiais (escolha dos títulos, imagens, uso de *hiperlinks*, etc.), fato limitante e insuficiente, pois “[...] incide apenas em uma parte da modelagem narrativa, e não no sistema como um todo” (BERTOCCHI, 2013, p. 60).

Por isso, repensar os critérios de noticiabilidade é observar as possibilidades do meio com intuito de ampliar tanto a qualidade quanto o espectro de pautas para o ciberjornalismo. “É nas camadas mais profundas e subterrâneas do contexto digital que são levadas a cabo as decisões e aplicadas estratégias pouco familiares aos jornalistas” (BERTOCCHI, 2013, p. 59).

Diante destes fatores, pode-se observar o importante papel que o jornalismo possui na criação do senso comum e, também, na percepção dos indivíduos envolvidos. Em relação às comunidades indígenas, o que pode ser observado é que estes se tornam notícias somente quando seus atos interferem de maneira negativa na sociedade não índia. Este fato delimita aos leitores uma perspectiva na qual os indígenas sempre se apresentam como perturbadores da ordem social, o que

acarreta um valor negativo que alimenta preconceitos e, ao mesmo tempo, impede a superação dos mesmos. Por isso, o processo de seleção daquilo que é notícia é de suma importância, já que a hierarquização daquilo que é ou não notícia seleciona e afeta o entendimento da sociedade sobre a realidade.

1.2.3 A fonte na construção da notícia

A construção da notícia interage diretamente com os atores relacionados com o caso abordado, seja por meio de descrições de eventos não presenciados pelos jornalistas ou por registros materiais ou de opiniões/avaliações sobre o fato. Deste modo, a fonte no jornalismo corrobora com a construção de sentido do mundo para as narrativas jornalísticas. A utilização de fontes no jornalismo surgiu juntamente com o chamado “jornalismo de informação”, no final do século 19, nos Estados Unidos. Nesse período, o campo jornalístico se consolidou no formato que é conhecido até hoje, com objetivo informativo e não publicista, ou seja, com foco no fato, na busca da verdade, independência, objetividade e como um prestador de serviço público (SCHMITZ, 2011, p. 7). Assim, o jornalismo passou a articular com os campos políticos, econômicos e sociais, com sujeição às relações comerciais, pressões do público, interesses sociais, políticos e culturais (SCHMITZ, 2011, p. 8).

Existe uma distinção entre fonte de informação e fonte de notícia, que, inicialmente, deve ser esclarecida para melhor compreensão. Enquanto fonte de informação decorre de qualquer informação que esteja disponível para alguém, a fonte de notícia tem a necessidade de ser exposta por meio de um veículo de transmissão, ou seja, por um mediador que permita sua circulação (SCHMITZ, 2011, p. 9). Sobre fontes de notícias, definem-se como:

[...] pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia. (SCHMITZ, 2011, p. 9).

Deste modo, as fontes interferem no entendimento do fato e, também, no modo pelo qual é feita sua abordagem. De acordo com Mesquita (2008, p. 33), as fontes são o primeiro passo para uma reportagem, pois é a característica inicial dos enquadramentos textuais que pré-anuncia a orientação que a narrativa seguirá. No

entanto, embora esta afirmativa demonstre a importância da fonte para o trabalho jornalístico, vale lembrar que estes atores sociais não possuem valor determinante para impor seus enquadramentos sobre o fato.

As fontes possuem diversas origens, desde relatos de pessoas que presenciaram o fato até informações fornecidas por agências de notícias. Esta característica abre a discussão sobre como tais dados são selecionados e como ocorre sua escolha na construção das notícias. Wolf (1999, p. 223) afirma que esta articulação entre as fontes não é realizada de maneira casual ou arbitrária, pelo contrário,

[...] a rede de fontes que os órgãos de informação estabelecem como instrumento essencial para o seu funcionamento, reflecte, por um lado, a estrutura social e de poder existente e, por outro, organiza-se a partir das exigências dos procedimentos produtivos. As fontes que se situam à margem destas duas determinações, muito dificilmente podem influir, de forma eficaz, na cobertura informativa.

Sendo assim, a possibilidade de fontes ligadas a grupos sociais de menor participação ou representação na sociedade expõem seus pontos de vista é inferior em relação a grupos dominantes, caso este das comunidades indígenas em Mato Grosso do Sul. Por estarem afastados tanto geograficamente quanto socialmente da sociedade ocidental, os povos indígenas são narrados, inclusive em fatos que os têm como protagonistas, por perspectivas de outros grupos sociais, e não por membros de sua comunidade. Gans (apud WOLF, 1999, p. 116) afirma que existem quatro fatores relevantes que determinam a força entre as fontes para ter acesso aos jornalistas: a) os incentivos; b) o poder da fonte; c) a sua capacidade de fornecer informações credíveis; e d) a proximidade social e geográfica em relação aos jornalistas. Destes quatro fatores, o autor afirma que o último é determinante e os outros são complementares para esta escolha. As fontes mais correspondentes a esses quesitos encontram-se em instituições, organismos oficiais, grupos de poder, etc. (WOLF, 1999, p. 224). Assim, a voz dos povos indígenas é silenciada tanto pela distância física entre as comunidades indígenas e os meios de comunicação quanto pela perspectiva inferiorizada do saber indígena presente na sociedade.

Com relação à credibilidade, Wolf (1999, p. 225) afirma que “as fontes devem ser tão credíveis que a informação fornecida exija o mínimo possível de controle. Caso contrário, a notícia teria de ser verificada a partir de, pelo menos, duas fontes diferentes [...]”. Em decorrência disto, os jornalistas optam por fontes que tenham maior credibilidade na sociedade, o que faz com que seja evitada a utilização das

não conhecidas. Nesse quesito, as comunidades indígenas acabam por ser deixadas de lado em decorrência, principalmente, de uma visão de inferioridade que predomina na sociedade, o que acarreta uma descrença de seus relatos. Existe um conjunto de fatores, ligados diretamente à forma do profissionalismo, em partes inerentes ligadas aos valores culturais partilhados, que causam uma tendência para “sub-representar” ou até mesmo representar de uma maneira descuidada as fontes não confirmadas (WOLF, 1999, p. 229). Assim, estas motivações podem vir a causar uma distorção na informação não de maneira consciente, mas sim em decorrência dessa prática.

1.2.4 A narrativa jornalística no contexto digital

No intuito de representar a realidade, demonstrar pensamentos ou estabelecer a comunicação entre indivíduos, o uso da narrativa se constitui como ponto-chave para o entendimento do homem sobre a sociedade e, também, da sociedade sobre o homem. “A narrativa traduz o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo (o conhecimento sobre a natureza física, as relações humanas, as identidades, as crenças, valores e mitos, etc.) em relatos” (MOTTA, 2005, p. 2). Por meio de uma sequência lógica, que organiza e coloca ordem cronológica nos fatos, a narração organiza as experiências sociais e promove a construção do alicerce social, político e ideológico de uma população.

A linguagem narrativa expressa o mundo e revela a realidade. Essa realidade é a própria linguagem que lhe dá sentido. Isto é, a narrativa e o discurso representam a realidade e lhe servem, ao mesmo tempo, de luz para a compreensão do tempo passado e do presente da comunidade. (SILVA, 2007, p. 50).

Na concepção da linguagem, a narrativa compreende-se como “[...] a representação de um acontecimento”, que “[...] implica numa transformação ou mudança de estado de coisas” (SILVA, 2007, p. 50). Ou seja, a narrativa transmite os fatos reais ou fictícios e dá sentido às coisas e/ou atos por meio da linguagem.

As narrativas midiáticas discorrem sobre uma estratégia comunicacional que, por intermédio do discurso, cria métodos linguísticos com fins de produzir efeitos na sociedade. Por isso, as narrativas demonstram uma pretensão por parte do narrador, no intuito de expor uma determinada interpretação ao destinatário. Assim, os profissionais de comunicação (jornalistas, produtores e diretores de televisão e cinema, publicitários, etc.), por terem conhecimento sobre a necessidade do homem

de viver narrativamente seu mundo, isto é, de construir temporalmente suas experiências, exploram o discurso narrativo para causar determinado efeito de sentido para o público (MOTTA, 2005, p. 2).

Ao criar efeito de real, as narrativas jornalísticas trazem uma vertente da realidade que influencia tanto na percepção de mundo quanto nas representações sociais existentes na sociedade, como afirma Castells (2010, p. 414):

A comunicação, decididamente, molda a cultura porque, como afirma Postman “nós não vemos... a realidade... como ‘ela’ é, mas como são nossas linguagens. E nossas linguagens são nossos meios de comunicação. Nossos meios de comunicação são nossas metáforas. Nossas metáforas criam o conteúdo de nossa cultura”.

Sendo assim, os meios de comunicação apresentam uma percepção de mundo conforme a narrativa que se faz.

No contexto do ciberjornalismo, as narrativas se perpetuam por um meio cujas características trazem possibilidades que interferem na produção. Diante da importância das narrativas jornalísticas sobre a sociedade, principalmente no âmbito cultural, coloca-se em questão o modo como a narrativa jornalística se comporta ao se confrontar com o mundo digital, no qual predomina uma relação de convergência de conteúdos e interatividade.

Neste meio, as narrativas acabam por atuar em subordinação às características mais livres. Esta flexibilidade da linguagem digital foi permitida por meio da redução das mídias em códigos, como afirma Manovich (2005, p. 29): “as novas mídias reduzem-se a dados digitais que podem ser manipulados por *softwares* como quaisquer outros dados. Isso permite automatizar muitas das operações das mídias, gerar múltiplas versões do mesmo objeto, etc”. Desta maneira, repensar o modo de se produzir conteúdo em cibermeios torna-se um fator essencial para melhor aproveitar as possibilidades existentes e, também, para tornar seu conteúdo mais interessante e eficaz na comunicação.

Na perspectiva de Bertocchi (2013, p. 39), as narrativas digitais podem ser compreendidas como “[...] um processo dinâmico, em constante manifestação e transformação no tempo e espaço digitais”. Para a autora, a narrativa jornalística deve ser observada além da definição clássica de agenciamento dos fatos e ser colocada como um agenciamento coletivo entre os estratos do sistema narrativo. Esse agenciamento engloba a interferência de diversos profissionais (jornalistas, engenheiros, *designers*, robôs, algoritmos, etc.) para a construção da informação.

Assim, as narrativas jornalísticas apresentam-se como um sistema adaptativo complexo, isto é, abertas e com “[...] características adaptativas, onde a criação, a elaboração e a modificação das estruturas são tidas como pré-requisitos para permanecerem viáveis como sistemas operantes” (BERTOCCHI, 2013, p. 39).

Nesse contexto, a narrativa digital não mais se apresenta como apenas textos e imagens estaticamente diagramados em um ecrã (produto final e fechado), mas sim como um processo dinâmico que se encontra em constante transformação no tempo e no espaço digital (BERTOCCHI, 2013, p. 39). Diante dessa nova forma de se fazer narrativa, o jornalista necessita se familiarizar com todo o processo de construção, que vai desde o que é visto nas telas (*frontend*¹¹) até os processos que envolvem os bastidores (*backend*¹²), no intuito de não limitar-se. Nessa perspectiva,

O jornalista é potencialmente um *designer* de experiência: ele não apenas “escreve o texto”, mas é a figura também capaz de modelar as narrativas em camadas, com equipes humanas e robôs, tendo como objetivo uma experiência narrativa centrada nos usuários. (BERTOCCHI, 2013, p. 211).

Assim, a compreensão de todo o processo de construção de narrativa digital amplia a oportunidade do jornalista de aprofundamento das notícias.

Para fomentar esta nova compreensão da escrita jornalística para o profissional, Bertocchi (2013) propõe um modelo triádico de narrativa aplicada ao jornalismo digital, com base em três paradigmas teóricos: o modelo de narratologia pós-clássica, a moderna teoria dos sistemas e o modelo de Jornalismo Digital de Base de Dados (JDBD).

A narratologia pós-clássica compreende uma outra dimensão da narrativa, que passa a ser apresentada em uma perspectiva como fluxo, e não mais como objeto. Nesse sentido, sua amplitude crítica e contextual possui menor preocupação com as características estilísticas ou textuais e maior foco nos ambientes e formações sociais e culturais que as produzem e consomem, assim como os usos culturais aos quais as práticas narrativas permitem ser aplicadas (PAGE; THOMAS, 2011, p. 6).

Na perspectiva da teoria dos sistemas, a narrativa passa a ser encarada como um sistema aberto, adaptativo, complexo, para se adaptar sua estrutura em

¹¹ Interface da narrativa que interage com os usuários finais do produto jornalístico (BERTOCCHI, 2013, p. 120).

¹² Interface administrativa dos dados e metadados, na qual ocorre o agenciamento das camadas do sistema narrativo. Normalmente, o usuário final não possui acesso (BERTOCCHI, 2013, p. 128).

relação aos diversos sistemas com que ele interage, tudo dependente do propósito do observador (BERTOCCHI, 2013, p. 31).

O terceiro paradigma envolve a teoria sobre o JDBD, no qual se preconizam as bases de dados para a construção, gestão, estruturação e apresentação dos produtos jornalísticos digitais (BARBOSA, 2011, p. 5).

Diante desses pilares, o modelo de narrativa digital divide-se em três atos: 1) antenarração dos dados; 2) antenarração dos metadados e; 3) narração dos formatos.

A antenarração dos dados corresponde ao ato de seleção e cadastro dos dados em um *software* específico, para que os mesmos sejam organizados e publicados (BERTOCCHI, 2013, p. 83). Estes *softwares* facilitam a maneira de guardar, organizar e gerenciar os dados por intermédio de interfaces que automatizam o processo. Entre os *softwares* mais conhecidos, encontram-se os Sistemas de Gerenciamento de Conteúdo (SGC ou CMS), como o *WordPress*¹³, *Blogger*¹⁴, etc.

No segundo ato, a reflexão sobre os metadados (dados sobre os dados) atua na classificação e rotulação dos dados cadastrados para explicitá-los (BERTOCCHI, 2013, p. 116). Este processo tem por intuito trazer significados aos dados para o entendimento das máquinas, ou seja, “explicitar o seu papel no mundo”. Neste contexto, o processo de etiquetamento semântico ou “tagueamento” (*tagging*) organiza os conteúdos de maneira a facilitar a navegação, a apresentação e a recuperação dos dados digitais. Sua realização pode ocorrer pelo livre etiquetamento realizado pelos usuários (*folksomia*), pela taxonomia, identificada por meio de um vocabulário controlado, e pela prática do tagueamento misto, no qual ocorrem os dois modelos supracitados (BERTOCCHI, 2013, p. 117-118). Este segundo ato auxilia, então, na otimização do processo de *web* semântica, que é a criação de uma camada semântica para que as máquinas otimizem a compreensão dos dados inseridos para, assim, aperfeiçoar os sistemas de automatização na rede.

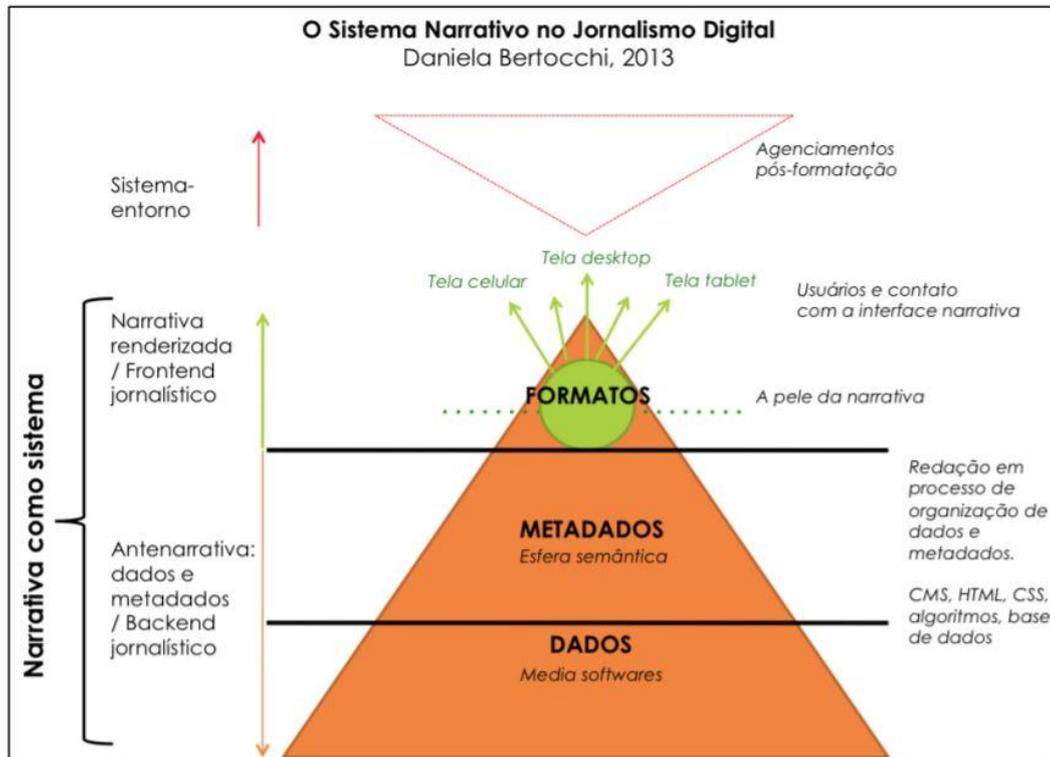
Por fim, o ato de narração dos formatos no ecrã tem por objetivo a organização da narrativa na interface gráfica das telas para que, assim, ocorra o acesso pelo usuário final. Nesta etapa, considera-se a maneira como a navegação do conteúdo será realizada e sua arquitetura necessita focar-se na melhor forma de

¹³ Aplicativo de sistema de gerenciamento de conteúdo para *web*.

¹⁴ Plataforma gratuita do Google para criação de blogues.

exploração da narrativa. Assim, a informação deve ser pensada além de sua organização em uma tela, “[...] é preciso desenhar a experiência completa que o usuário possa vir a ter com a narrativa digital jornalística em múltiplos canais” (BERTOCCHI, 2013, p. 202).

Figura 1 – Modelo teórico do sistema narrativo no jornalismo digital



FONTE: Bertocchi (2013).

O modelo teórico apresentado por Bertocchi (2013) demonstra as etapas que envolvem as narrativas digitais em todo o seu âmbito. Refletir sobre tal lógica traz ao jornalista maior percepção sobre o processo de criação, que envolve a alimentação dos bancos de dados, organização, classificação e renderização do conteúdo, de acordo com as diversas interfaces presentes. Este entendimento fomenta a oportunidade de realização de estratégias comunicacionais que podem otimizar o conteúdo das notícias. Por isso, o papel do jornalista acaba por ser não apenas de escritor dos textos, mas também de arquiteto da informação, para que o usuário final tenha uma experiência narrativa mais aprofundada.

Sobre os índios, por conter uma cultura e, também, uma realidade distinta da sociedade em geral, as narrativas digitais podem auxiliar para a compreensão de seu modo de ser e viver por meio da otimização de utilização de dados existentes. Além disso, a possibilidade de apresentação de diversos conteúdos multimídia abre o espaço para um diálogo social mais democrático e esclarecedor. Por isso,

compreender todo o processo de construção noticiosa nos meios digitais é essencial para um bom resultado no ciberjornalismo.

1.2.5 O senso comum e as representações sociais como interferentes nas notícias

Embora os meios de comunicação possuam poder de persuasão, vale salientar que a interpretação de seus produtos depende diretamente do público e do ambiente em que ocorrem. Para Lull (1997, p. 168), “[...] *las interpretaciones ideológicas y los efectos sociales están necesariamente – y de manera muy variada – sujetos a la influencia del contexto*”¹⁵. Darnton (1990, p. 96) também expõe este pressuposto ao afirmar que as matérias jornalísticas “[...] precisam caber em concepções culturais prévias relacionadas com a notícia”. Por isso, a disparidade entre uma notícia e o ambiente político, econômico ou cultural no qual está inserida pode acarretar a não aceitação da notícia como verdade ou a não seleção desta para ser noticiada.

Diante disto, observa-se que o ambiente social no qual a notícia se insere interfere de maneira direta nas notícias. Por isso, os estudos sobre o senso comum e sua construção social são cruciais para o entendimento daquilo que é narrado pela mídia. Para Alsina (2009, p. 299) a notícia nada mais é que uma representação social de nosso dia a dia, que é produzida institucionalmente e que se manifesta na “construção de um mundo possível”. O termo citado pelo autor discorre sobre a perspectiva de Eco (1979, p. 137), que define mundo possível como:

[...] um estado de coisas expresso por um conjunto de preposições [...]. Como tal, um mundo consiste num conjunto de indivíduos dotados de propriedades. Como algumas dessas propriedades ou predicados são ações, um mundo possível deveria ser visto também como um curso de acontecimentos. Como este curso de acontecimentos não é real, mas precisamente possível, deve depender das atitudes proposicionais de alguém que o afirma, o crê, o sonha, o deseja, o prevê, etc.

Nesse contexto, o mundo possível pode ser entendido como resultado de uma construção; sua criação ocorre com base em uma realidade conhecida, ou seja, suas propriedades estão intrinsecamente ligadas ao sistema cultural do local. Deste modo, como diz Alsina (2009, p. 304), “[...] o jornalista adota um modelo interpretativo a partir de um mundo de referência. Esse mundo de referência vai lhe permitir construir um mundo possível que, por sua vez, será sua versão da realidade

¹⁵ Tradução do autor: [...] as interpretações ideológicas e os efeitos sociais estão necessariamente – e de maneira muito variada – sujeitos à influência do contexto.

descrita”. Assim, o mundo possível, construído pelas narrativas jornalísticas, dialoga com as referências do senso comum existente no mundo real.

Sobre o senso comum, Martins (2010, p. 54) afirma que este “[...] é comum não porque seja banal ou mero e exterior conhecimento. Mas porque é conhecimento compartilhado entre os sujeitos da relação social”. Deste modo, a criação do bom senso sobre um determinado assunto nada mais é que uma sabedoria coloquial estabelecida e aceita pela sociedade. Assim,

[...] se o bom senso é uma interpretação da realidade imediata, uma espécie de polimento desta realidade, como o mito, a pintura, a epistemologia, ou outras coisas semelhantes, então, como essas outras áreas, será também construído historicamente e, portanto, sujeito a padrões de juízo historicamente definidos. (GEERTZ, 2007, p. 116).

Por isso, aquilo que é visto como “normal” ou “comum” hoje foi, antes, algo pré-determinado por padrões hegemônicos e mantido historicamente na sociedade pelos processos de interação social.

Estes postulados criaram um processo dominante de pensamento, cuja influência determina e constrói hierarquias de valores. Uma vez que um conteúdo é aceito e difundido, torna-se “parte de nós mesmos, de nossas inter-relações com outros, de nossa maneira de julgá-los e de nos relacionarmos com eles; e isto até mesmo define nossa posição na hierarquia social e nossos valores” (MOSCOVICI, 2000, p. 39). Seguindo a mesma premissa, Gomes (2009, p. 59) diz que “os atos perceptivos singulares, na verdade, refazem percursos já instituídos por uma comunidade de sentido, experimentando as suas classificações, pertinentizações etc. como fossem coisas naturais [...]”. Desta maneira, tais valores acarretam uma forma de enxergar o mundo, que determina e prevê nossas formas de interpretar a realidade.

Esta perspectiva traz, também, ideias e conceitos que direcionam o julgamento com base nessas representações. Deste modo, as representações “alimentam-se não só das teorias científicas, mas também dos grandes eixos culturais, das ideologias formalizadas, das experiências e das comunicações cotidianas” (VALA, 1993, p. 354). Por isto, pode-se dizer que o referencial de mundo formata o modo de interagir por intermédio de paradigmas sociais existentes na realidade.

Entre os fatores que direcionam nosso modo de encarar a realidade, a hegemonia ideológica possui determinante influência nas representações sociais. O

conceito de hegemonia aqui abordado discorre sobre os pressupostos elaborados por Gramsci (apud MORAES, 2010, p. 65). Para o autor, ela é resultado não apenas de interesses ligados à estrutura econômica e à organização política, mas também de expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridades que procuram a universalização e legitimação de causa própria. E para tal, a classe dominante necessita manter e consolidar suas influências ideológicas para a sua conservação e permanência no quadro social.

Sobre ideologia, Chauí (2008, p. 24) afirma que ela é o ocultamento da realidade social, quando ideias ou representações por meio das quais os homens procuram explicar e compreender sua própria vida e as suas relações naturais e sobrenaturais escondem o modo real como estas foram produzidas e originadas. Para a autora, a ideologia é resultante da luta de classes, uma força difícil de ser quebrada devido à ocultação constante de seu poder de dominação sobre as minorias (CHAUÍ, 2008, p. 82). Deste modo, tais pressupostos designam símbolos no imaginário coletivo que ditam e regulam os pensamentos com base em uma perspectiva previamente aceita, o que acarreta a hegemonia de interesses de apenas parte da sociedade. Estas ideologias se fazem presentes tanto na fala quanto no comportamento de uma sociedade. Os signos criados por um grupo organizado por meio de relações sociais são resultados de uma consciência mútua que os faz adquirir forma e existência (BAKHTIN, 2012, p. 35-36). É a partir destas construções que os símbolos alimentam a consciência individual e se refletem, então, em suas lógicas e leis. Logo, ao analisar as interações comunicacionais e sua ideologia, entende-se como a lógica de uma sociedade se constitui.

A hegemonia ideológica e a disparidade nas abordagens jornalísticas sobre grupos sociais menos favorecidos podem ser mais bem compreendidas pelas teorias de Boaventura de Sousa Santos (2007), que denunciam por que temas que os envolvem são tratados de forma a reforçar forças coloniais. De acordo com o autor, apesar de a modernidade transparecer uma superação do colonialismo, pouco mudou, principalmente quando se fala de exclusão social: “[...] esta realidade é tão verdadeira hoje como era no período colonial” (SANTOS, 2007, p. 76). Os entendimentos “abissais”¹⁶ que predominaram nas eras coloniais ainda “[...] subsistem estruturalmente no pensamento moderno ocidental e permanecem

¹⁶ Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis que dividem a realidade social, no qual as invisíveis fundamentam as visíveis.

constitutivas das relações políticas e culturais excludentes mantidas no sistema mundial contemporâneo” (SANTOS, 2007, p. 71). Portanto, as mídias podem e devem pensar para o que Santos (2007, p. 71) diz ser para além do pensamento abissal, de modo que a realidade social não precise ser dividida “[...] em dois universos distintos: o ‘deste lado da linha’ e o ‘do outro lado da linha’”, pois tal pressuposto cria “[...] a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha”. Desta maneira, o pensamento abissal não permite que posicionamentos contrários às classes dominantes sejam enxergados, o que torna invisíveis novas possibilidades de interpretação dos fatos.

Diante desta realidade, pensar uma nova forma de ir além do pensamento abissal é imprescindível. Santos (1999) propõe a construção de uma nova teoria crítica que não limite a realidade àquilo que está dado. Para ele, a realidade que nos é dada nada mais é que uma das muitas possibilidades: “O desconforto, o inconformismo ou a indignação ao que existe suscitam impulso para teorizar sua superação” (SANTOS, 1999, p. 197). Para Moscovici (2000, p. 66), todos os preconceitos existentes em uma sociedade “[...] somente podem ser superados pela mudança de nossas representações sociais da cultura, da ‘natureza humana’ e assim por diante”. O autor também sustenta que “classes dominantes e dominadas não possuem uma representação igual à do mundo que elas compartilham, mas os que veem com olhos diferentes, julgam-no de acordo com critérios específicos [...]” (MOSCOVICI, 2000, p. 87). Isto demonstra que as mídias, ao darem voz a apenas uma vertente, não permitem uma maior interpretação dos fatos, o que pode agravar estereótipos e dificultar a real compreensão do ocorrido.

Neste contexto, a comunicação pode servir como meio de influências sociais ocasionadas pela divulgação de conteúdos midiáticos que sustentem as representações sociais formatadas por grupos hegemônicos. Como afirma Moscovici (2000, p. 36), “[...] nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagens ou cultura”. Deste modo, as respostas aos estímulos do ambiente em que se vive decorrem de associações com aquilo que se toma como base para observar e julgar.

Assim, pode-se observar que tais fatores influenciam e interferem na percepção dos fatos e, conseqüentemente, na construção das notícias. De acordo com Gadini (1999, p. 14), falar de jornalismo é expor fragmentos da realidade que são resultado de um jogo de fatores e códigos de produção discursiva. Por isso, este

fator coloca em discussão o papel da prática jornalística e se esta discorre sobre aquilo que é inserido na ética da profissão, ou seja, se o jornalista descreve a realidade conforme o fato ocorrido e da maneira mais imparcial possível ou se o senso comum interfere nas narrativas jornalísticas ao ponto de destituí-la de sua função inicial, que é informar.

Ao permanecer preso aos preceitos do senso comum, o jornalista pode transformar-se em um mero reprodutor da realidade, o que o afasta do papel de instrumento de esclarecimento da realidade. Silva Júnior (2003, p. 154) afirma que quanto melhor aparelhado cognitivamente o jornalista estiver, “[...] maior a sua capacidade para identificar os fatos, os problemas a ele relacionados, as implicações, enfim, maior a capacidade para dominar o assunto em pauta e explicá-lo à audiência”. Ou seja, a qualidade da informação apresentada acaba sendo proporcional ao preparo do profissional que aborda o fato.

Diante desses pressupostos, observa-se que uma apuração mais profunda dos fenômenos relacionados ao senso comum pode trazer ao trabalho jornalístico uma maior pluralidade de perspectivas que envolvem o fenômeno e, assim, trazer maiores discussões e entendimentos sobre os fatos narrados.

As notícias relacionadas às comunidades indígenas nos cibermeios de Mato Grosso do Sul demonstram uma abordagem superficial. Embora os conflitos de terras indígenas sejam noticiados constantemente, os relatos não discorrem de maneira aprofundada, nem demonstram os diversos fatores que o fato engloba. Por isso, compreender as mudanças estabelecidas pela prática do jornalismo no âmbito digital, refletir sobre os fatores envolventes na construção de uma notícia e observar como as representações e o senso comum existentes interferem na percepção dos fatos são essenciais para observar as múltiplas vertentes que envolvem o assunto.

CAPÍTULO 2 – OS POVOS INDÍGENAS NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

A realidade dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul é marcada por um processo de colonização no qual o desrespeito às suas formas de ser, fazer e viver forma os alicerces para a sua atual situação de conflito e preconceito. A visão negativa sobre a imagem do índio é refletida nas notícias em que estes surgem como personagens, o que acarreta na comunicação um papel de reforçar os estereótipos formulados que impedem a compreensão e a emancipação desses paradigmas.

Por ser foco de notícias apenas em casos de violência ou de conflitos de terras com proprietários rurais, os povos indígenas acabam por ser representados por meio desses fatos, o que acarreta a percepção do indígena como perturbador da ordem social. A abordagem negativa dos jornais também foi relatada pelos Guarani de *Yvy Katu* entrevistados:

A maioria das notícias que saem sobre a questão indígena é coisa negativa. Por exemplo, só quando sai um assassinato, um suicídio, quando acontece as retomadas. Falam que o índio quer terra, mas não trabalha, quer terra mas que não é deles, então, são coisas negativas (Entrevistado 1).

É, na verdade, passa [notícias sobre indígenas], às vezes, mas não, assim, diário. Só quando acontecem algumas coisas em relação aos povos indígenas. Quando fala de estupro, fala muito. De assassinato, suicídio, então, são coisas que dão uma visão negativa aos povos indígenas (Entrevistado 2).

[...] Mas, assim, o índio entra na notícia só quando acontece alguma coisa mal dele. Sempre acontece assim. Ninguém se interessa na questão indígena para jogar na notícia ou na mídia quando houve alguma coisa positiva. Só coisa ruim mesmo. Então aí a gente acompanha as notícias quando houve suicídio na aldeia, quando houve roubo, alguma coisa assim, ele divulga certo. Só esse momento que divulga, lembra do indígena, na verdade (Entrevistado 3).

São notícias, quando vejo na televisão, só vejo notícia ruim, principalmente na rede Tevê Morena, que passa a notícia... Da nossa região não passa, mas, aqui de Dourados passa, do estupro, assassinato, suicídio, essas coisas. Então, é tudo negativo que passa (Entrevistado 4).

Baseado nesse fato, o estudo busca realizar a análise da representação social feita dos povos indígenas em notícias veiculadas em cibermeios locais. Para isso, foi tomada como marco temporal a ocupação de terra que envolveu povos indígenas *Kaiowá* e Guarani e produtores rurais na cidade de Japorã, sul do estado de Mato Grosso do Sul, em outubro de 2013.

Diante da necessidade de contextualização do fato, este capítulo busca evidenciar o processo histórico de perda e reocupação pelos *Kaiowá* e Guarani do território indígena *Yvy Katu*, onde ocorreu o fato. De início, será realizada uma revisão histórica do processo de colonização e ocupação do estado de Mato Grosso do Sul pela sociedade não índia, para compreender como o fato ocasionou a perda do território, e também da autonomia dos indígenas que ali residem. A escolha deste conflito se justifica pela considerável repercussão do fato nas mídias locais, o que proporcionou material relevante para a análise deste estudo.

2.1 Alguns conceitos relacionados aos povos indígenas

Antes de adentrar o processo histórico que acarretou a realidade indígena dos *Kaiowá* e Guarani de *Yvy Katu*, em Mato Grosso do Sul, é necessário apresentar as diferentes terminologias e conceitos relacionados ao tema.

Inicialmente, é necessário definir o que é “ser índio”. O termo surgiu por meio de um erro náutico de Cristóvão Colombo, que, em viagem no ano de 1492, da Espanha para as Índias, desviou o seu caminho até alcançar terras no continente americano e as confundiu com as Índias (LUCIANO, 2006, p. 29). Dessa maneira, os habitantes deste “novo continente” foram denominados de índios ou indígenas.

O termo “índigena” foi utilizado de maneira generalista pelos colonizadores, de modo que englobava todos os povos que não eram europeus e viviam no continente americano, mesmo se existissem diferenças evidentes de culturas, aspectos físicos, etc. Além de excluir toda a diversidade de povos existentes no continente, o conceito abrangiu uma perspectiva negativa dos indígenas, característica ainda presente nos dias atuais.

Desde a primeira invasão de Cristóvão Colombo ao continente americano, há mais de 508 anos, a denominação de índios dada aos habitantes nativos dessas terras continua até os dias de hoje. Para muitos brasileiros brancos, a denominação tem um sentido pejorativo, resultado de todo o processo histórico de discriminação e preconceito contra os povos nativos da região. Para eles, o índio representa um ser sem civilização, sem cultura, incapaz, selvagem, preguiçoso, traiçoeiro etc. Para outros ainda, o índio é um ser romântico, protetor das florestas, símbolo da pureza, quase um ser como o das lendas e dos romances. (LUCIANO, 2006, p. 30).

O Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/73, art. 3º¹⁷) apresenta o indígena como “[...] todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é

¹⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm>. Acesso em: 16 jan. 2017.

identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional". Este conceito demonstra uma perspectiva integracionista por demonstrar o indígena como um indivíduo estrangeiro.

Para a Organização das Nações Unidas (apud LUCIANO, 2006, p. 27), as comunidades, povos e as nações indígenas são aqueles que se consideram distintos dos outros setores da sociedade, que contam com uma continuidade histórica das sociedades anteriores aos processos de invasão e colonização de seus territórios, e que buscam a conservação, transmissão e desenvolvimento, às futuras gerações, de seus territórios ancestrais e da identidade étnica por intermédio dos próprios padrões culturais, instituições sociais e sistemas jurídicos.

Com relação à classificação de um indivíduo como indígena, diversos critérios foram formulados historicamente, mas a sua maioria demonstrou-se insuficiente, como pode ser observado no Quadro 3.

Quadro 3 – Critérios utilizados para a definição de indígena

Critério	Definição	Limitações
Racial	- Características físicas (biológicas) distintas dos europeus.	- Índios não são uma raça única; - Miscigenação com outros povos.
Legal	- Utilizado na administração colonial; - Toda pessoa que satisfizesse às características definidas por lei como peculiares aos índios.	Não foram apresentadas limitações.
Cultural	- Línguas, costumes, crenças, hábitos, etc.	- Visão dos índios como uma cultura única; - Classifica como indígena o não índio que vive nessas comunidades; - Elimina a classificação de indígenas aos índios que adquiriram costumes da sociedade não índia.
Desenvolvimento econômico	- Considera as deficiências concretas das populações, como renda, população agrícola, taxa de mortalidade, número e localização geográfica, etc.	- Conceito desenvolvimentista, com intuito apenas de classificar regiões subdesenvolvidas; - Visão pessimista do índio, na qual é impossível progredir sem deixar de ser indígena.
Autoidentificação étnica	- Continuidade histórica com sociedades pré-coloniais; - Estreita vinculação com o território; - Sistemas sociais, econômicos e políticos bem	Não foram apresentadas limitações.

	definidos; - Língua, cultura e crenças definidas; - Identificar-se como diferente da sociedade nacional; - Vinculação ou articulação com a rede global dos povos indígenas. ¹⁸	
--	--	--

FONTE: Elaborado pelo autor (2017).

NOTA: Dados consultados em Melatti (1993).

A Fundação Nacional do Índio (Funai)¹⁹, órgão indigenista oficial do Estado Brasileiro, define o indígena baseado na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada integralmente no Brasil pelo Decreto nº 5.051/2004 (BRASIL, 2004), e no Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/73). Dessa maneira, os critérios utilizados pelo órgão são fundamentados na autodeclaração e consciência de sua identidade indígena e no reconhecimento dessa identidade por parte do grupo de origem.

Os Guarani entrevistados nessa pesquisa acreditam que ser indígena está relacionado a uma diferença cultural existente. Eles também relatam o preconceito existente sobre suas comunidades:

Para mim, ser índio não significa ser inferior, somos apenas diferentes. Eu, particularmente, não considero o não indígena nem inferior nem superior. Nem eu posso me considerar que sou superior ou inferior, somos apenas diferentes. Culturalmente, linguisticamente. Somos apenas diferentes, temos outra cosmovisão que diferencia. Isso é índio (Entrevistado 1).

Ser índio, para mim, é viver e enfrentar desafios todo dia. Seria enfrentar preconceito, enfrentar mais que... Ser índio é ter orgulho de você, de valorizar seu conhecimento tradicional e buscar conhecimento. Então, para mim, ser índio é um desafio. Desafio que a gente sonha ainda mostrar a nossa realidade de ser índio (Entrevistado 2).

Para mim, ser índio... eu já sou índio... é fortalecer cultura e língua. Eu acho que é isso que é ser índio. Não perder a língua nem a cultura. Porque existe, aqui nessa região (Dourados) já perdeu muito a cultura. Até língua já está perdendo para cá. Então, a nossa região não, está fortalecendo (Entrevistado 4).

Por considerar a autoidentificação étnica e valorizar a consciência da identidade indígena do grupo, além de apresentar concordância com a autodenominação dos indígenas de *Yvy Katu* entrevistados nesse trabalho, a definição adotada pela Funai torna-se a mais adequada para conceituá-los.

¹⁸ LOUREIRO, 2006, p. 27.

¹⁹ FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Quais os critérios utilizados para a definição de indígena? Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/todos-ouvidoria/23-perguntas-frequentes/97-pergunta-3>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

Com o fortalecimento dos movimentos indígenas na década de 70, emancipou-se a consciência mútua da necessidade de união dos povos indígenas para promover a valorização de sua identidade e combater os estereótipos negativos (LUCIANO, 2006, p. 30). Nesse contexto, surge, então, o tratamento entre os indígenas como parentes. O termo não significa que todos os índios sejam iguais, mas sim indivíduos que compartilham interesses comuns na luta pela autonomia sociocultural frente à sociedade global (LUCIANO, 2006, p. 31).

Na concepção dos Guarani, a relação de parentesco vai além desta definição, pois estas relações sociais estão intrinsecamente ligadas ao senso de propriedade do território, ou seja, a relação de parentesco regula a utilização deste espaço. Na perspectiva de Susnik (apud CAVALCANTE, 2013, p. 58) as famílias extensas, ou *Te'ýu*, eram macrofamílias unidas por laços de parentescos, geralmente de três gerações, que constituíam as suas unidades socioeconômicas básicas. A inserção de novos membros era, assim, realizada por meio de casamentos das mulheres com indivíduos de outra família extensa.

Embora esta relação tenha se modificado no decorrer dos anos, devido à desorganização social causada pela perda do território e da autonomia, ela ainda é determinante para o modo de agrupamento geográfico próximo entre as famílias e pela produção de áreas coletivas a todos os membros (LANDA, 2005, p. 94). Deste modo, a relação da família extensa organiza a estrutura e o uso do espaço pela comunidade.

Sobre produtores rurais, são os empresários rurais proprietários de grandes extensões de terra e, em sua maioria, realizam a prática da monocultura. O termo foi designado pelos próprios empresários e está impregnada, principalmente, por dois sentidos: a ideia de serem responsáveis pela produção de alimentos do país e, por isso, possuem importância social superestimada frente aos demais; e a noção de terra como função social somente se explorada economicamente por meio de produção de *commodities*, o que descarta seu uso para produções sociais e culturais (CAVALCANTE, 2013, p. 306). Às pessoas simpatizantes aos interesses dos produtores rurais, mas que não possuem propriedades, ou seja, que aderem à ideologia da organização fundiária nacional sem serem empresários rurais, dá-se o nome de “ruralistas” (CAVALCANTE, 2013, p. 308). Embora apoiem os proprietários rurais, os ruralistas não defendem todos os possuidores de áreas rurais, principalmente os pequenos e médios proprietários de terra.

Outro conceito importante para a pesquisa está na diferença entre os termos terra e território. Para Aguilera Urquiza e Nascimento (2013, p. 56), “o conceito de terra remete para a noção de um espaço geográfico, com suas características físicas e geomórficas: campos, montanhas, rios, mata, etc.” Já a territorialidade decorre do esforço coletivo realizado por um grupo social com o intuito de ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parte de um ambiente, para, assim, transformá-lo em seu território (LITTLE, 2002, p. 3). Do ponto de vista jurídico e antropológico, Gallois (2004, 39) demonstra a divergência entre os termos:

[...] a noção de “Terra Indígena” diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sobre a égide do Estado, enquanto a de “território” remete à construção e a vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial.

Assim, o que pode ser observado é que a noção de terra é mais apropriada para o discurso das sociedades não indígenas, que demonstra uma noção de propriedade do local adquirido por direito ou determinação do Estado, enquanto território aproxima-se da perspectiva dos indígenas, pois o termo abrange o sentido de construção social de identidade com um determinado espaço físico.

Outra definição necessária é a de reserva indígena. Em decorrência do processo de colonização, os territórios indígenas tradicionais acabaram por ser reduzidos ou extintos de maneira drástica. Com o fim de agrupar os povos indígenas em espaços únicos e liberar as terras para a exploração agropecuária no país, as reservas indígenas foram criadas. “Denomina-se por reserva cada uma das oito áreas que foram destinadas às populações *Ñandeva*/Guarani e *Kaiowá* demarcadas até 1928” (LANDA, 2005, p. 35). De acordo com Oliveira (2003, p. 224), a criação das reservas foi um processo de territorialização imposta aos povos indígenas com fins de controlar estas populações frente aos projetos regionais e governamentais. Este propósito foi ocultado sob argumentos de cunho humanitário, nos quais se buscava a preservação física dessas populações em relação aos interesses contrários do Estado.

Além dessas definições, é importante compreender as terminologias utilizadas para caracterizar o processo de ocupação realizado pelas comunidades indígenas. Enquanto os proprietários rurais abordam o ato como invasão, já que decorre de um processo de ocupação de propriedades privadas, os povos indígenas o encaram como uma retomada.

As retomadas de *Tekoha* divergem do modo de apropriação e uso do território do agrohídronegócio sucroalcooleiro. Para os Guarani e *Kaiowá* o

retorno aos seus territórios parte da necessidade de reprodução de seus modos de viver, em aproximação e comparação ao modo de vida reproduzida pelos antigos e/ou ancestrais em seus *Tekoha*. (MOTA; PEREIRA, 2012, p. 14).

Sendo assim, a retomada é, para eles, uma ação de retorno ao seu território com fins de reconstituir sua identidade e, também, sua autonomia.

As definições aqui abordadas demonstram importância para a compreensão de todo o processo de perda e retomada de território pelos *Kaiowá* e Guarani, além de expor as diferenças socioculturais dos povos indígenas das sociedades não índias.

2.2 Os *Kaiowá* e Guarani em Mato Grosso do Sul

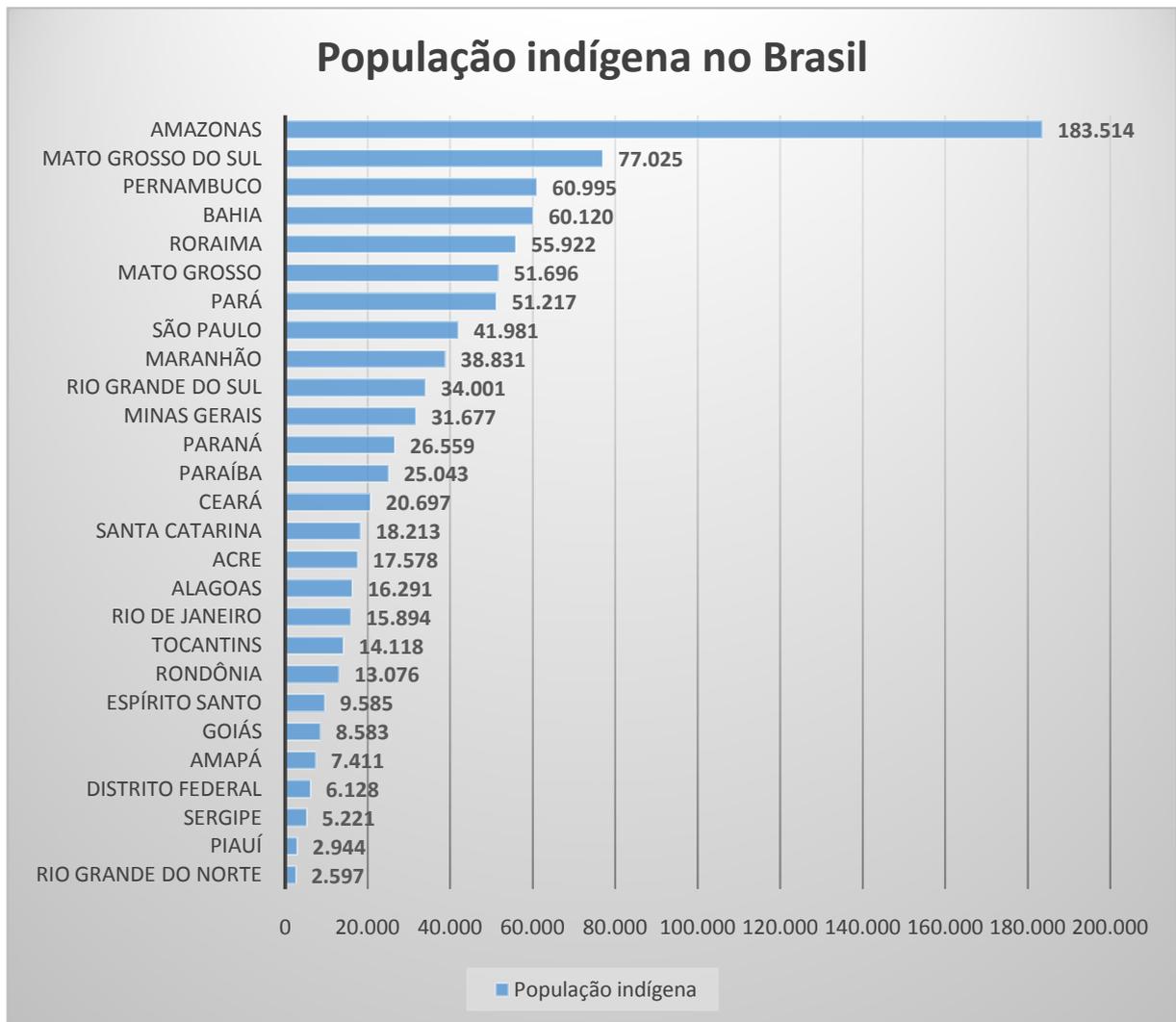
Para compreender minimamente a realidade dos indígenas no Brasil, é necessário discutir sobre a diversidade de etnias existentes no país. De acordo com o último Censo de 2010²⁰, o país possui 896.917 indivíduos que se consideram indígenas, divididos em 305 etnias distintas, dos quais 57,7% moram em terras indígenas oficialmente reconhecidas. Embora exista uma vasta variedade cultural, social, política e de crenças entre as etnias indígenas, esses são geralmente tratados como um povo único, o povo indígena. “Tentar caracterizar em bloco as sociedades indígenas no continente sul-americano [...] é correr o risco de generalizar sobre uma realidade que, apesar de tudo, ainda é altamente diversificada” (RAMOS, 1995, p.11). Portanto, classificá-los como um povo único é uma forma de homogeneizar e, automaticamente, excluir toda a diversidade sociocultural indígena existente.

Em Mato Grosso do Sul, os povos indígenas representam aproximadamente 77.025²¹ pessoas, a segunda maior população índia do país, atrás apenas do estado do Amazonas, que abrange 183.514 indivíduos. No estado, habitam povos indígenas das etnias Guarani *Kaiowá*, Guarani *Ñandeva*, Terena, *Kadiwéu*, *Guató*, *Ofaié*, *Kinikinau*, *Atikum* e *Camba*. Os Guarani e os Terena possuem as maiores populações do estado, em torno de 65 mil pessoas e constituem, em termos quantitativos, as duas mais importantes populações do país (VIEIRA, 2013, p. 20).

²⁰ Fonte: FUNAI; IBGE. Disponível em: <http://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder_indigenas_web.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2016.

²¹ Fonte: IBGE. Disponível em: <http://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/verso_mapa_web.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2016.

Figura 2 – Gráfico da população indígena no Brasil dividida por estado



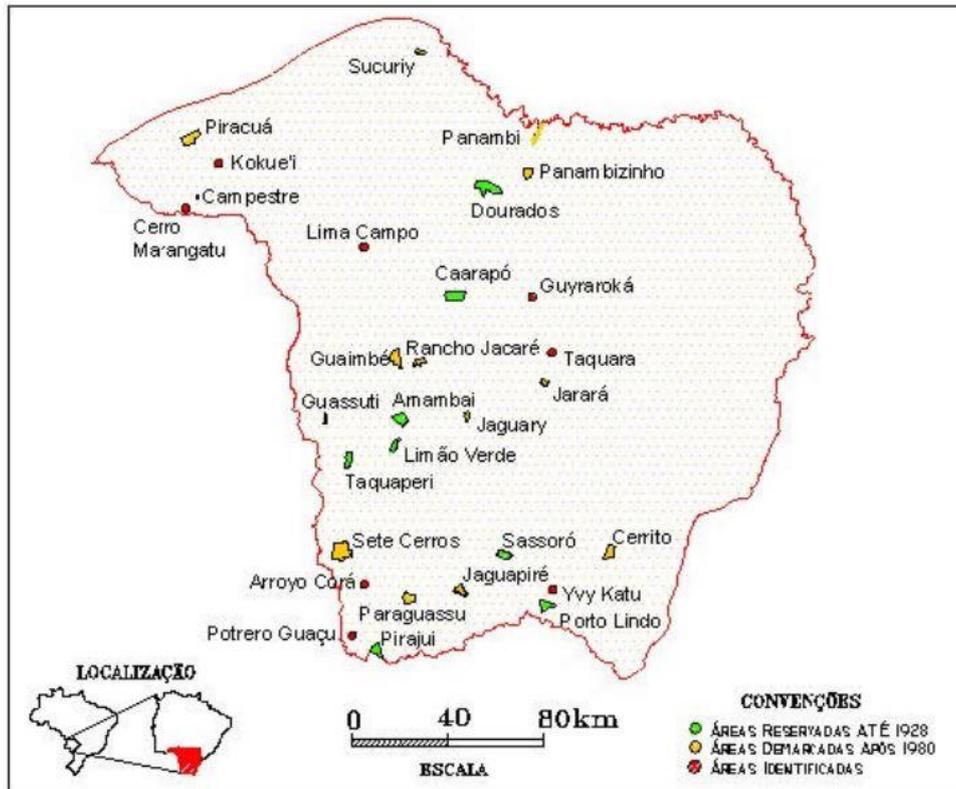
FONTE: Elaborado pelo autor (2017).

NOTA: Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

Os Guarani são a segunda maior etnia indígena do país e fazem parte da família linguística Tupi-Guarani. São classificados em três subgrupos: os Guarani-*Kaiowá* (ou somente *Kaiowá*), os Guarani-Mbya e os Guarani *Ñandeva* (única que se autodenomina Guarani) (MURA; ALMEIDA, 2002, p. 6). Seus territórios abrangem o Paraguai oriental, norte da Argentina e as regiões norte, sul, sudeste e centro-oeste do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Tocantins, Pará e Mato Grosso do Sul). A maior população Guarani do país encontra-se em Mato Grosso do Sul, onde os *Kaiowá* e Guarani possuem aproximadamente 50 mil indivíduos, distribuídos em oito reservas e em áreas retomadas, o que totaliza 22 terras indígenas (VIEIRA, 2013, p. 22). A Figura

3 apresenta o mapa de Mato Grosso do Sul com a localização das terras indígenas *Kaiowá* e Guarani.

Figura 3 – Áreas indígenas *Kaiowá* e Guarani em Mato Grosso do Sul



FONTE: Collman (2007).

Os *Kaiowá* e Guarani sofreram, no decorrer do século 20, um denso processo de perda de seus territórios, o que resultou em seu confinamento em pequenas reservas. Com a ausência da base territorial, estes povos passaram a conviver em um grau variado de fragmentação em seus módulos organizacionais, pois a ausência do território desestruturou as relações no campo de produção das condições materiais de existência, do parentesco, da moradia, da política e das práticas religiosas e festivas que davam sentido à sua organização social (PEREIRA, 2010, p. 119).

Para os indígenas, a ligação com o seu território é um elemento essencial em sua cultura, que torna possível viver conforme seus costumes e crenças. Para eles, “não se trata apenas de um recurso natural, pois é muito mais que isso, é um recurso sociocultural, que tem a ver com a vida coletiva desses grupos” (AGUILERA URQUIZA; NASCIMENTO, 2013, p. 57). Além disso, as sociedades indígenas não possuem a noção de propriedade privada da terra, diferentemente das populações

ocidentais. Mesmo com a reivindicação das populações indígenas pelo direito de posse de suas terras originárias, seu usufruto ainda continua sendo de direito de todo o grupo, e não de apenas um indivíduo. Embora não haja a ideia de limite territorial, na prática existe um consenso mútuo em relação ao respeito aos locais pertencentes a cada aldeia. Assim, ao se utilizarem de recursos presentes em terras de outro povo, os indígenas têm como costume comunicar aos líderes daquele grupo sobre o fato (RAMOS, 1995, p. 16).

Nesta perspectiva, a perda do território tradicional trouxe, como consequência, uma desorganização do modo de viver dos indígenas, o que resultou na dispersão espacial e fragmentação política dos índios. Assim, tal fato comprometeu, e ainda compromete, a reprodução física e cultural da população *Kaiowá* e Guarani (PEREIRA, 2010, p. 118).

Outro fator que contribuiu para os problemas atuais da realidade indígena encontra-se no processo de confinamento dos *Kaiowá* e Guarani em reservas demarcadas no século 20 pelo extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI). O elevado número de famílias confinadas em espaços de reservas insuficientes gerou uma desestruturação dos grupos indígenas, que auxiliou para o aumento da violência e dos conflitos internos, como observado por Pereira (1999, p. 213):

Deixar a terra em que vive [...] implica necessariamente ter que ir viver numa área superlotada demarcada como reserva, e assumir a condição de inferioridade social em relação aos habitantes do local. Estarão como que exilados em terra estranha, seus líderes não serão reconhecidos pelos líderes locais e serão alvo predileto para as acusações de toda ordem.

O agravamento das condições dos *Kaiowá* e Guarani fez com que surgisse o fenômeno do suicídio. De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (2014, p. 117), pelo menos 707 índios cometeram suicídio em Mato Grosso do Sul no período de 2000 a 2014, o que coloca o estado em primeiro lugar no *ranking* nacional. Em 2014, ocorreram 135 casos, sendo que Mato Grosso do Sul registrou 48 (35,5%), a maioria na faixa entre 15 e 19 anos (36%) e 20 e 29 anos (27%). Sobre as causas do fenômeno, a discriminação contínua, as profundas e maçantes alterações no seu meio ambiente, a violação sistemática de seus direitos e as decisões que afetam o seu desenvolvimento são os principais fatores que trouxeram consequências traumáticas individuais e coletivas para este grupo (PARELLADA, 2014, p. 176).

Diante desta realidade, as retomadas tornaram-se a única maneira encontrada de tentar reaver as terras indígenas das quais foram expulsos. Grünberg

(2002, p 28) afirma que “a busca dos guarani por seu espaço de ocupação representa o elemento central de sua cultura”. Por isso, o ato da reocupação das terras representa para os *Kaiowá* e Guarani a única chance de sobrevivência, de viver conforme sua cultura. Neste contexto, o processo de reocupação do território tradicional tem por base a necessidade de recuperar as condições necessárias para a reprodução tanto física quanto cultural de seu povo, pois, em sua concepção, a aldeia “é o espaço para a continuidade do seu modo de ser” (VIEIRA, 2013, p. 23). Tamanha importância pode ser observada no termo utilizado pelos *Kaiowá* e Guarani para designar seu território tradicional: o *tekoha*. A palavra, na língua Guarani, significa “espaço, lugar (*ha*), possível para o modo de ser e de viver (*teko*)” (AGUILERA URQUIZA; NASCIMENTO, 2013, p. 65). A importância da terra pode ser observada no relato do Entrevistado 2:

Terra seria, para nós indígenas, isso se você perguntar eu acho que todo mundoalaria que a terra para nós é nosso modo de viver. É nosso modo de sobrevivência. Sem a terra, a gente não vive. E a gente não se considera o dono da terra, a gente não vê a terra como dinheiro. A gente vê a terra como um modo de a gente sobreviver sem prejudicar. Seria a parte, seria uma parte da nossa família, seria (Entrevistado 2).

Assim, a ausência do *tekoha* traz a impossibilidade de viver conforme sua cultura em decorrência de toda a desestruturação política e social que sua ausência traz para os povos *Kaiowá* e Guarani.

2.3 A perda do território e o processo de confinamento dos *Kaiowá* e Guarani

Os territórios indígenas *Kaiowá* e Guarani em Mato Grosso do Sul sofreram inúmeras invasões por não índios, influenciados por medidas adotadas pelo governo federal para colonizar o antigo sul do estado de Mato Grosso, atual estado de Mato Grosso do Sul. Neste processo, as comunidades que ali habitavam foram tratadas como subalternas, o que permitiu o usufruto de suas terras sem a preocupação com os seus direitos.

2.3.1 Colonização do estado de Mato Grosso do Sul e a expropriação das terras indígenas

O primeiro registro de contato com a terra dos povos *Kaiowá* e Guarani ocorreu em 1524, por Aleixo Garcia, acompanhado por um exército de dois mil soldados, que tentava chegar às minas de prata no Peru (FEENEY *et al.*, 2001, p.

47). O território de preambulação e ocupação tradicional dos Guarani compreende partes do Brasil, Paraguai e Argentina, onde, na região sul do atual estado de Mato Grosso do Sul, viviam os *Kaiowá* e Guarani. De acordo com Brand (2004, p. 139), a maioria das aldeias tinha entre 50 e 200 pessoas e a escolha do território para fixação destes seguia três critérios essenciais: terras com mata, com córrego próximo e boas para a agricultura.

Após a independência do Brasil, em 1822, foi constituída a Província de Mato Grosso, território que também englobava o atual território de Mato Grosso do Sul. A partir de 1830, iniciou-se o período de colonização do estado por não índios, pela ocupação da região de Miranda, serra de Maracaju com acesso pelos rios Parnaíba, Sucuriçu e Taquarussu (1835); chegaram até os campos de Rio Brilhante e Vacaria. Até a década de 1850, houve pouco contato com os indígenas. O cenário se modificou a partir de 1864, período da Guerra do Paraguai, pois o fato auxiliou para a dispersão dos indígenas da região. No final da guerra, em 1870, permaneceram como terras indígenas as matas ao longo dos rios Ivinhema, Brilhante, Dourados e Pardo. As terras ao sul do rio Ivinhema, com matas de ervais nativos, ficaram nas mãos de Thomás Larangeiras (BRAND, 2001, p. 97).

O período pós-guerra do Paraguai foi marcado pela fundação da Cia. Matte Larangeira, quando seu fundador, Thomás Larangeira, obteve do governo federal, por meio do Decreto nº 8.799, de 9 de dezembro de 1882, o arrendamento das terras da região para que fosse explorada a erva-mate nativa. A área concedida para a exploração foi sucessivamente ampliada no decorrer do tempo, o que permitiu à companhia controlar grandes extensões de terra e, conseqüentemente, monopolizar a produção ervateira na região por mais de meio século (MACIEL, 2005, p. 29).

Esta expansão das áreas de exploração da Cia. Matte Larangeira atingiu os territórios habitados por *Kaiowá* e Guarani, principalmente as regiões de Caarapó, Juti, Ramada, Amambai, Campanário e outras localidades. Inclusive, até 1928, diversas reservas foram demarcadas em locais que possuíam acampamentos de indígenas que trabalhavam na empresa.

Embora diversos historiadores apresentem a mão de obra paraguaia como majoritária no engajamento da exploração da erva-mate, ocorreu uma significativa participação dos *Kaiowá* e Guarani neste processo. De acordo com Ferreira (2007, p. 44), esse engajamento é descrito em diversos relatos, que expõem o trabalho indígena, especialmente, em atividades relacionadas com a colheita e o preparo da

erva-mate. O estudo da autora aponta que, devido ao preconceito e à posição submissa imposta aos indígenas, a sua identificação não ocorreu de maneira eficiente. Além disso, por ambos falarem o idioma Guarani e terem costumes próximos, tais características auxiliaram na invisibilidade da mão de obra indígena na empresa (FERREIRA, 2007, p. 99).

O engajamento de aldeias próximas aos locais para a coleta das ervas decorreu da necessidade de um trabalho “assalariado” e pela oferta de produtos como roupas e ferramentas. As aspas no termo assalariado referem-se à pseudo-ideia de assalariamento, pois o que na verdade ocorria era o adiantamento (fornecimento de mercadorias antecipadamente), que, segundo Arruda (apud BRAND, 2001, p. 100), era “uma forma de prender o trabalhador aos ervais através da dívida”. Deste modo, o sistema impedia que os indígenas se desligassem dos serviços devido à relação de dependência criada por este sistema.

Em 1902, a Cia. Matte Larangeira foi adquirida pela Cia. Larangeira & Cia, com sede na Argentina. A partir das políticas da “Marcha para Oeste”, no governo de Getúlio Vargas, foi incorporada uma nova ordem de colonização para a região, com características nacionalistas, o que prejudicou a empresa por ser de domínio de estrangeiros (MACIEL, 2005, p. 30). O plano de Vargas tinha como objetivo incorporar novas terras e aumentar a produção de alimentos e produtos primários para a industrialização do país. Para isto, instituiu a criação de colônias agrícolas que dificultaram ainda mais as renovações de arrendamento das terras da Matte Larangeira. Embora a empresa tenha chegado ao seu auge em 1920, seu monopólio foi reduzido até a anulação dos seus direitos em 1943, ano em que foi criado o Território Federal de Ponta Porã. Com isto, o então governador de Mato Grosso, Arnaldo Estevão Figueiredo, liberou as terras para a colonização (BRAND, 2001, p. 107).

Com o fim da Cia. Matte Larangeira, iniciaram-se, aproximadamente em 1958, as derrubadas e as implantações de empreendimentos agropecuários, atividade que, segundo Brand (2001, p. 107), mais atingiu a vida dos *Kaiowá* até hoje. A diferença entre as duas atividades decorre do “esparramento” causado pela segunda. O termo utilizado por diversos indígenas designa “a dispersão das aldeias e o desmantelamento das famílias extensas” (BRAND, 2001, p. 108). A Matte Larangeira, embora explorasse a mão de obra e as terras indígenas, mantinha as famílias e aldeias reunidas, o que não ocorreu na implantação das fazendas.

A liberação das terras após a criação do território federal provocou uma corrida à região, que elevou a migração, principalmente de empresários do Rio Grande do Sul. Este ato estimulou e oficializou uma das principais invasões do território *Kaiowá* e Guarani (FEENEY *et al.*, 2001, p. 60-61). O ciclo de migrantes para a região declinou após a década de 1970, pois os agricultores descobriram o cerrado como nova área de expansão agrícola.

Após o período de derrubada da mata, entre 1960 e 1970, a mão de obra indígena foi utilizada para roçada dos pastos e plantio de pastagens exóticas. A partir da década de 1980, os índios eram os principais trabalhadores no plantio e colheita da cana nas usinas de álcool. Este período se contrapõe ao período de desmatamento por exigir o confinamento e a concentração dos indígenas em vez do “esparramo”. Entretanto, a presença dos indígenas nas fazendas tornou-se um incômodo aos proprietários, que iniciaram o processo de confinamento em reservas demarcadas pelo SPI. Para Brand (2001, p. 109), ambas as práticas, “esparramo” e confinamento, destruíram as condições para que os *Kaiowá* e Guarani vivessem conforme suas tradições, de modo que “talvez seja possível encontrar elementos explicativos para o crescimento da taxa de suicídio a partir da década de 1980”.

A década de 1980 foi marcada pelos inúmeros deslocamentos de indígenas para as reservas. De acordo com Aguilera Urquiza e Nascimento (2013, p. 66), diversas famílias que ainda habitavam os fundos das fazendas foram forçadas a se retirar e ir para estes locais. Além disso, a maioria das aldeias foi abandonada pelos índios *Kaiowá* e Guarani em decorrência das ameaças dos fazendeiros. Somado a estes fatores, muitos missionários também persuadiram os indígenas para este deslocamento, com indagações sobre a segurança e a melhoria na assistência à saúde que estes receberiam nas reservas. Como consequência, surgiu, nessas áreas, o fenômeno da superpopulação.

2.3.2 As demarcações de reservas e as lutas pela retomada

Diante da realidade indígena, decorrente do processo colonizador do estado de Mato Grosso do Sul, o SPI criou a inspetoria de Campo Grande (5ª inspetoria regional), que seria responsável por atender os índios de Mato Grosso e São Paulo (MONTEIRO, 2003, p. 32). As atividades com os índios *Kaiowá* e Guarani tiveram início 5 anos após esta instalação, em 1915, na região atual da Grande Dourados,

em Mato Grosso do Sul, onde foi demarcada a primeira reserva de terra criada para a população *Kaiowá*, que ocorreu no município de Amambai - MS. No decorrer dos 13 anos seguintes, o SPI demarcou mais sete territórios, um total de 8 reservas criadas para abrigar índios da etnia *Kaiowá* e Guarani, em um espaço que compreende 18.124 hectares (ha). Estes processos demarcatórios encontraram resistência da sociedade não índia e, como consequência, as áreas tiveram redução em seus tamanhos (BRAND, 2001, p. 117).

Embora, oficialmente, as demarcações tivessem como proposta uma melhoria na qualidade de vida dos indígenas, o seu real intuito estava em um processo de desocupação dos indígenas de áreas de interesse de projetos de desenvolvimento e colonização, o que levou, concomitantemente, ao confinamento destes povos em pequenas reservas (BRAND, 2001, p. 119). Tal atitude decorre de uma política integracionista defendida nesse período, em que se acreditava na assimilação dos indígenas na sociedade. Nessa perspectiva, as demarcações não foram feitas pensando nas necessidades futuras das comunidades indígenas, pois “[...] esperava-se que eles fossem assimilados tornando-se trabalhadores rurais assalariados indistintos dos demais trabalhadores braçais e integrados ao mercado regional a partir dos mais baixos níveis” (CAVALCANTE, 2013, p. 85). Assim, o processo de confinamento compulsório permitiu que espaços livres fossem criados para que empresas privadas investissem no local.

O processo de perda do território trouxe como consequência a superpopulação de indígenas nas reservas e a precarização da sustentabilidade destes indivíduos. O elevado número de pessoas em uma mesma reserva reduziu os recursos naturais e obrigou os índios ao serviço assalariado nas fazendas da região. Além disso, a perda territorial também afetou a organização social e religiosa desse povo (BRAND, 2004, p. 141), o que criou uma desestruturação de sua autonomia, como afirma Brand (2011, p. 42):

O processo histórico de redução territorial e confinamento no interior das pequenas extensões de terra reservadas aos *Kaiowá* e Guarani gerou inúmeras mudanças no seu cotidiano, em especial, criou desafios novos para a sua organização social e é apontado por pesquisadores e representantes indígenas como causa de inúmeros problemas hoje por eles vivenciados, em especial o problema da violência e do acirramento da prática do suicídio.

Além disso, a demarcação das reservas não respeitou os territórios tradicionais nem a existência de recursos naturais essenciais à subsistência dos

povos indígenas. Por serem vistos como transitórios, “[...] não houve qualquer preocupação de se escolherem terras de ocupação tradicional, em alguns casos, sequer se preocuparam com o suprimento de água potável, demarcando áreas sem nenhum curso d’água [...]” (CAVALCANTE, 2013, p. 85). Dessa maneira, as reservas contribuíram para a desestruturação sociocultural dos *Kaiowá* e Guarani, além de ampliar os conflitos devido à escassez de recursos naturais.

Com o crescimento populacional nas reservas, agravaram-se, também, os conflitos entre as diferentes famílias, que agora tinham que conviver em um mesmo espaço. Para tentar administrar o processo de “ajuntamento” de índios e aldeias, o SPI criou a figura dos capitães, líderes indígenas que possuíam maior familiaridade com a cultura ocidental e que faziam a mediação com os funcionários do SPI. Os capitães controlavam as áreas ocupadas e tinham como auxílio para a manutenção de controle uma polícia indígena (CORRÊA, 2002, p.134). Estas lideranças desestruturaram a organização social dos grupos indígenas, o que acirrou ainda mais as disputas internas e a violência dentro das reservas.

O processo de confinamento em reservas teve consequências negativas, principalmente, na autonomia destes povos. Devido à política assimilacionista do Estado brasileiro, as populações indígenas acabaram por criar uma dependência das ações estatais, situação que se agrava cada vez mais em decorrência da escassez de terra para manter as tradições e do crescimento populacional (PEREIRA, apud CAVALCANTE, 2013, p. 87). Assim, as reservas interferiram na estrutura social dos *Kaiowá* e Guarani e criaram uma dependência com o Estado.

Os *Kaiowá* e Guarani sempre possuíram uma atitude pacífica frente aos fatos que lhe ocorriam. De acordo com Brand (2001, p. 116),

[...] os *Kaiowá*/Guarani têm evitado os confrontos armados e a violência física. Esta não fazia parte da sua estratégia frente ao avanço dos “nossos contrários”, como se referem aos colonizadores. A estratégia consiste na constante retirada para “fora” do mundo de “nossos contrários”.

Mura e Almeida (2002, p. 21) também destacam esta característica do povo Guarani em procurar isolamento da sociedade não indígena:

Os Guarani são apreciadores das florestas (*ka’aguy*), tudo o que estas representam e contém, seu entorno e suas representações simbólicas. Tanto a literatura como a experiência prática junto a eles revelam uma tendência permanente e contumaz na busca do isolamento e distanciamento tanto quanto possível do *karai* (branco).

Este processo de “fuga” da civilização dos não índios, embora tenham sido registrados alguns embates, teve sua mudança a partir do fim da década de 1970,

em decorrência da inviabilidade causada pelo “cerco” provocado pelo desmatamento e terras ocupadas por fazendas. Os *Kaiowá* e Guarani iniciaram, em 1978, um processo de retomada das terras; a primeira ação decorreu da recuperação da aldeia *Takuaraty-Yvyvkuarusu*, no município de Paranhos. A década de 1980 foi marcada por diversas ações contra a expulsão de suas terras pelos não índios, como ocorrido nas aldeias de *Pirakuá* (no município de Bela Vista), *Jaguapiré* (em Tacuru), *Gasuty* (em Amambai), *Jaguari* (em Aral Moreira), *Cerrito* (em Eldorado), *Sete Cerros* e *Potrero Guasu* (em Paranhos), *Jarará* (em Juti), entre outros (BRAND, 2004, p. 142).

As ocupações eram feitas com base em duas situações: a luta de populações indígenas que viviam no local ou haviam sido recém-expulsas e a realizada por indivíduos que se dispersaram de suas comunidades de origem havia décadas. No segundo caso, Brand (2004, p. 142) destaca a emergência de conflitos entre as famílias envolvidas no processo de reocupação; após a retomada, ocorria um período de estabilidade e, em seguida, iniciavam-se disputas internas. Neste contexto, as retomadas de terras realizadas pelos *Kaiowá* e Guarani trouxeram um importante papel na redução destes conflitos, pois, por seu intermédio, os líderes encontraram espaço para que os grupos familiares exercessem suas autonomias e vivessem, cada um, conforme sua organização sociopolítico-religiosa (BRAND, 2004, p. 144).

Com a Constituição Federal (CF) de 1988, a luta dos indígenas ganhou como aliado o aparato legal de direitos ao seu território e ao seu modo de viver. Entre os direitos adquiridos pelas sociedades indígenas, destacam-se o direito à diferença²² e o direito à posse e usufruto das terras originárias²³. No entanto, a morosidade do processo demarcatório e de sua homologação acentuou os atos de reocupações, o que acirrou ainda mais os conflitos entre índios e fazendeiros. No decorrer dos últimos 20 anos, as reocupações de terras e a luta para manterem-se nos locais onde já habitavam resultaram na recuperação de doze áreas tradicionais (MURA; ALMEIDA, 2002, p. 22).

²² *Caput* do art. 231 da CF de 1988: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

²³ Art. 231 da CF de 1988, § 2º: “As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes”.

Tanto as demarcações de terras após 1980 quanto a aquisição de direitos na Constituição Federal são resultados de lutas protagonizadas por grupos indígenas. Estas ações foram realizadas, em geral, por famílias extensas e de maior articulação, que reuniram um grande número de pessoas pertencentes ao *tekoha*, e pressionaram a Funai para criar um grupo técnico no intuito de identificar a terra tradicional (CAVALCANTE, 2013, p. 104). Esta pressão era realizada, em sua maioria, pelo ato da retomada dos territórios tradicionais.

As retomadas de terras são movimentos em que os indígenas, em geral, depois de ter aguardado por um longo período pela ação do Estado, na ausência dela, mobilizam-se para ocupar parte da terra que reivindicam como sendo de ocupação tradicional indígena. Esta tem sido a principal estratégia de pressão utilizada pelos Guarani e *Kaiowá* em relação ao Estado brasileiro. Os eventos políticos isolados passaram a aglutinar pessoas oriundas de diversas comunidades indígenas, fortalecendo assim as várias ações de retomadas que posteriormente acabaram por obrigar o órgão indigenista a iniciar processos de regularização fundiária. (CAVALCANTE, 2013, p. 269).

Em decorrência da ineficiência da Funai frente às demarcações de terras, as retomadas tornaram-se o único instrumento político de reivindicação dos direitos indígenas, pois foi por meio desses atos que se procedeu ao reconhecimento oficial da maioria das terras indígenas no sul de Mato Grosso do Sul.

A morosidade dos trabalhos realizados pela Funai decorre tanto de ações políticas direcionadas por grupos que assumem o poder central da instituição, quanto do processo de sucateamento do órgão, ocorrido a partir da década de 80 (CAVALCANTE, 2013, p. 97). Além disso, existem diversos processos judiciais nos quais se questionam as ações da Funai e, assim, posterga-se o andamento dos processos de demarcação de terras.

A luta dos povos indígenas, principalmente em decorrência das retomadas, acarretou no reconhecimento de 21 terras indígenas, como o caso da terra indígena de *Yvy Katu*.

2.4 A reserva de Porto Lindo e a reocupação de *Yvy Katu*

A terra indígena de *Yvy Katu* está localizada no município de Japorã e é atualmente habitada majoritariamente por índios da etnia Guarani *Ñandeva* e alguns Guarani *Kaiowá*. Atualmente, este grupo ocupa todo este território devido às últimas ocupações ocorridas no fim do ano de 2013. Para melhor compreender este processo de retomada de *Yvy Katu*, será necessária uma breve contextualização

sobre o processo de reocupação e a criação da reserva de *Jakarey* (Porto Lindo), local onde os indígenas viviam confinados antes das ocupações.

No extremo sul do estado, foram criadas, em 1928, as reservas de *Pirajuí* e *Jakarey* (Porto Lindo) pelo então funcionário do SPI, Pimentel Barboza. As áreas demarcadas teriam como propósito abrigar os índios *Ñandeva* e solucionar as questões fundiárias no local (MURA; ALMEIDA, 2002, p. 19). Desde a sua demarcação, as reservas sofreram reduções drásticas em função de arranjos entre agentes do governo e interesse de colonos e empresas regionais. Nas duas reservas dos índios *Ñandeva*, os 3.600 ha iniciais foram reduzidos, já em 1930, para 2.188 ha, em *Pirajuy*, e 2.000 ha, em *Jakarey*. Estes espaços tinham como propósito fazer o “aldeamento dos índios dispersos”, isto é, reunir os índios que viviam nas terras próximas ao rio Iguatemi e liberá-las para o processo de colonização do estado.

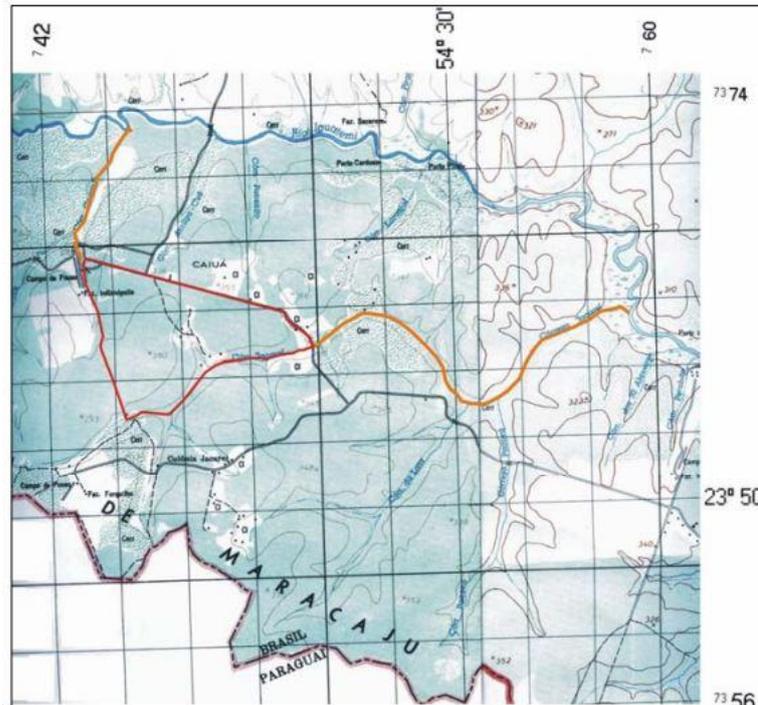
A reserva de *Jakarey* está situada no município de Japorã, na porção meridional do estado de Mato Grosso do Sul. Em seu processo demarcatório, desrespeitou-se o local inicial estipulado em decorrência, principalmente, da presença de ricos ervais e, também, de sua proximidade com o rio Iguatemi, ambos elementos de grande interesse para a exploração e escoamento da erva-mate (MURA; ALMEIDA, 2002, p. 26). Este fato resultou em sua demarcação a uma distância de, aproximadamente, 5 km das margens do rio. Tal desrespeito pode ser observado no relatório de Pimentel Barboza, que demonstra a exata localização inicial da reserva:

Na região de Sacarão, hoje denominada “Patrimônio de Iguatemy” como já disse, há muitos índios dispersos pelos herveas e que necessitam de terras onde possam se localizar e cuidar de suas lavouras.

Por isso, escolhi, também, na margem direita do Iguatemy uma área de 3.600 hectares, com os seguintes limites: ao Nascente pelo córrego denominado ‘Porto Lindo’, pequeno arroio que desemboca próximo do porto desse nome; ao Norte pelo rio Iguatemy; no Poente pelo Corrego Gassory; e ao Sul com terras devolutas. (BARBOZA apud MURA; ALMEIDA, 2002, p. 19).

Como observado, o rio Iguatemi foi utilizado como um dos elementos de demarcação do território de *Jakarey*. Em decorrência do desrespeito do processo, os índios de *Jakarey* foram confinados em um local sem acesso ao rio, o que contribuiu para a escassez de recursos naturais. A reserva de *Jakarey* localiza-se ao lado da terra indígena *Yvy Katu*, como exposto na Figura 4.

Figura 4 – Terra indígena *Jakarey*/Porto Lindo (em vermelho) e território *Yvy Katu* (em amarelo)



FONTE: Collman (2007).

Com a superpopulação da aldeia de *Jakarey*, os Guarani residentes na reserva decidiram, em 17 de dezembro de 2003, retomar a TI *Yvy Katu*. O ato, realizado por aproximadamente 1.500 pessoas, interditou as principais vias de acesso ao local e reocupou uma área que abrangia 14 propriedades rurais. Os indígenas permaneceram no controle de toda a área por um período de dois meses, até 20 de fevereiro de 2004 (COLLMAN, 2007, p. 71). Na perspectiva do *Entrevistado 1*, o processo decorreu de uma necessidade da comunidade para conseguir sobreviver e chamar a atenção do governo para a solução do problema.

Na verdade, assim, a retomada foi uma necessidade, pois quando em 1928 foram criadas as reservas, a gente, era poucas famílias, não tinha muitas famílias. Mas com o passar do tempo, de 1928 para cá, aumentou muito as famílias, cresceu, né? E hoje, na aldeia Porto Lindo, vivem aproximadamente 5 mil indígenas Guarani. E essa área que foi retomada não é por essa necessidade, mas ela já pertencia. Porque, historicamente, ela foi, era uma área onde os nossos antepassados viviam, mas que com a criação de reserva junto com SPI e com, principalmente, com a Cia. Matte Larangeira, que na época estava explorando a erva, fizeram os índios recuar... Fizeram uma reserva para que deixassem essa área para serem explorados. Então, hoje, **é uma necessidade de a gente ter essa terra para a gente continuar vivendo ser diferente.** E eu acho assim, que não é culpa nossa, de estar voltando, nem a culpa dos não indígenas, dos “proprietários”, entre aspas, de entrarem em conflito, mas o culpado de tudo é o próprio governo federal. O governo federal que tem, dá para o índio e tem também que indenizar o fazendeiro que, realmente, também precisa, de uma forma ou de outra, ele adquiriu, de uma forma ou de outra, com seu recurso próprio e que o governo precisa resolver isso. Dos dois lados, tanto do índio como do proprietário. Eu acho que era um caminho que a gente

poderia estar... eu diria assim, que nós não fomos... **se nós não fôssemos ocupar de acordo com a nossa organização, a gente não ampliaria porque o governo também não iria chegar e “não, nós vamos ampliar a terra de vocês”, não falariam.** Então, acho que o governo tem esse descaso dos dois lados, tanto do lado do “proprietário” quanto do lado dos índios (Entrevistado 1, grifo nosso).

Em resposta ao ato, fazendeiros entraram com uma liminar de reintegração de posse na Justiça Federal e o juiz federal Odilon de Oliveira, em 10 de janeiro de 2004, concedeu o pedido e determinou à Funai a retirada dos índios do local. No entanto, o despejo não ocorreu devido à suspensão da reintegração de posse pela desembargadora Consuelo Yoshida, por meio de recurso solicitado pelo procurador da República Ramiro Rochemback (VIEIRA, 2004). Com o acato da decisão pelo governador em exercício, Egon Krakhecke, no dia 26 de janeiro de 2004, foi realizada uma reunião em uma *Aty Guasu*²⁴, ocorrida na aldeia Jaquapiré, em Tacuru, onde 30 lideranças indígenas, o então presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, o procurador da República acima citado e antropólogos fecharam acordo que permitiu a permanência dos indígenas em 10% das principais fazendas ocupadas (São Jorge, Remanso-Guasú e Paloma) até que terminasse o processo de demarcação (COLLMAN, 2007, p. 73).

Em 2005, foi declarada uma área de 9.454 ha da terra de *Yvy Katu* pela Portaria nº 1289 do Ministério da Justiça (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2013). Em julho de 2006, realizou-se a demarcação física dos 7.813 ha da terra indígena, espaço que se somaria com os 1.648 ha da reserva de Porto Lindo. Embora o processo esteja adiantado, sua homologação pela Presidência da República ainda não ocorreu.

2.4.1 A retomada de todo o território indígena Yvy Katu

A retomada ocorrida no final do ano de 2013, período de análise deste estudo, resultou na ocupação total de *Yvy Katu* pelos índios *Kaiowá* e Guarani que habitavam a aldeia de Jakarey. De acordo com o Entrevistado 2, a retomada de todo o território indígena decorreu da ausência da atuação do governo federal frente à homologação da terra:

²⁴ *Aty Guasu* é uma reunião entre lideranças políticas e religiosas de diversas famílias extensas dos territórios habitados pelos Guarani. A palavra vem da língua guarani e é traduzida como “Grande Assembleia” (*Aty*: reunião/encontro, *Guasu*: grande) (BENITES, 2014, p. 250).

[...] na verdade, a gente, em 2013 quando o pessoal começou a retomar... Na verdade, já passava 10 anos, então, a gente esperava que o Estado resolvesse isso. Mas, enfim, eles não resolveram, então a gente começou a agir. A gente começou a conversar com os líderes políticos tradicionais e líderes religiosos, e aí a gente começou a juntar e retomar de novo o que era nosso (Entrevistado 2).

Os relatos a seguir decorrem de dados fornecidos pelo sítio *web* do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)²⁵, organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e que trabalha junto aos povos indígenas pela garantia de seus direitos.

Em março de 2013, a Justiça Federal considerou a nulidade dos títulos de propriedades incidentes sobre o território *Yvy Katu*, ato que atestou a validade do processo demarcatório da área realizada, em julho de 2005, pelo Ministério da Justiça. Em 14 de outubro de 2013, cerca de 30 famílias Guarani *Ñandeva* retomaram parte do território, uma área de 600 ha que estava abandonada pelos antigos proprietários havia 4 anos (CIMI, 2013). Em 31 de outubro de 2013, a Justiça Federal de Naviraí concedeu a reintegração de posse a Luiz Carlos Tormena, proprietário da Fazenda Chaparral (SPOSATI, 2013a). No dia 6 de outubro do mesmo ano, a Polícia Federal tentou realizar a reintegração de posse do local e ameaçou a intervenção da Força Nacional para retirar os indígenas do local. No dia 18 de novembro, a Justiça Federal de Naviraí concedeu outra decisão judicial para a reintegração de posse em favor da Agropecuária Pedra Branca e solicitou a desapropriação no período de até 10 dias (SPOSATI, 2013b).

Como forma de protesto e de tentar reaver suas propriedades, fazendeiros de Mato Grosso do Sul realizaram um leilão denominado “Leilão da Resistência”, que teve como objetivo arrecadar fundos para ações de combate às ocupações de terra por índios no estado. Ainda, no início de novembro, um grupo de fazendeiros acampou próximo à ponte que dá acesso à *Yvy Katu* e ameaçou adotar medidas próprias caso o governo federal não tomasse alguma providência (SPOSATI, 2013c).

Apesar das ameaças e da pressão do governo federal, os indígenas permaneceram no local e entregaram ao Ministério Público Federal uma carta aberta à Presidência da República e ao Ministério da Justiça sobre os fatos, reproduzida, na íntegra, a seguir:

²⁵ Endereço do cibermeio: <www.cimi.org.br>. Acesso em: 10 jul. 2016.

Recebemos a notícia da suspensão da reintegração de posse de uma das 14 fazendas em *Yvy Katu*. Não ficamos nem felizes nem tristes com isso. Isso não muda nada para nós Guarani. Para nós essas 14 fazendas não existem. Toda essa terra faz parte de um mesmo *tekoha*, um mesmo território, chamado *tekoha Yvy Katu*. Nós não ficamos aliviados com essa decisão da Justiça, porque ela não muda nada. **Nós continuamos mobilizados, resistindo contra ações dos latifundiários, e exigindo a demarcação de nosso território.** Nós estamos há mais de 78 dias e 78 noites acampados em nossa própria terra e vamos ficar por mais dois mil anos e depois para sempre. Nós não vamos sair. Terra indígena nunca foi de fazendeiro. Terra indígena sempre foi terra indígena. Se os fazendeiros querem comprar terra, vão comprar em outro lugar. Se querem cobrar pela terra, paguem antes pela floresta que estava aqui e que foi acabada. Nós temos nossa reza e os nossos guerreiros. Estamos esperando os guerreiros dos brancos. **Estamos prontos para morrer. Demarcação agora é guerra.** Nossa reza é quente como se fosse o sol. Nossa reza vem da natureza, do antepassado e do sonho. Nos sonhos, já vimos a terra lutar contra o branco, a árvore lutar contra branco. **Nós, comunidade Yvy Katu e Conselho Aty Guasu, exigimos que a Justiça suspenda todas as reintegrações de posse e o governo federal finalize a demarcação de toda a nossa terra tradicional.** Enquanto isso, vamos continuar lutando, e banhando a terra de sangue, se for necessário. Não existe acordo. Não adianta pressionar. **Não vamos ficar apenas com 10% de Yvy Katu. Agora é 100%. Parece que ninguém está acreditando em nossa luta. Será que estamos falando à toa?** Já carregamos muito indígena Guarani e *Kaiowá* ensanguentado no braço. Vocês estão esperando mais uma morte para se importarem com *Yvy Katu*? (SPOSATI, 2013d, grifo nosso).

O posicionamento dos indígenas de *Yvy Katu* é de permanência até que ocorra a homologação de todo o seu território já demarcado. Durante as ocupações, foram emitidos 14 processos de reintegração de posse ajuizados na área, 9 dos quais já foram extintos pela Justiça (FASOLO, 2014).

CAPÍTULO 3 – MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES DOS POVOS INDÍGENAS

A relação entre os indígenas e a mídia sempre foi marcada por divergências. A principal reclamação relatada tanto pelos índios quanto por órgãos indigenistas provém, principalmente, da representação estereotipada daqueles, como violentos, atrasados e inferiores ao não índio. Tal atitude é relatada, por exemplo, nos estudos de Landa (2005, p. 285) sobre a cobertura jornalística das reocupações da terra indígena *Yvy Katu* ocorridas em 2003:

A forma preconceituosa, equivocada e baseada no senso comum, como foi apresentado o conflito na mídia escrita, representada pelos jornais locais e da região sul do estado, contribuiu para que o restante da população se posicionasse francamente desfavorável às reivindicações indígenas.

Ainda, podem ser encontrados diversos relatos sobre a ausência de contextos histórico e cultural nos conteúdos jornalísticos, fato que reduz a compreensão das razões que levaram os indígenas a realizarem as ocupações, como explicitado por Gallois (2004, p. 37):

Problemas de terra continuam no foco central do noticiário desalentador que a mídia divulga a respeito dos índios no Brasil. Infelizmente, o público continua mal informado por notícias que apenas denunciam tensões, sem as remeter a uma história continuada de conflitos, cuja trajetória é não só muito bem documentada, como fundada nas próprias contradições das políticas indigenistas brasileira.

Outro fator questionado sobre a atuação dos jornalistas está na pouca quantidade, ou total ausência, de relatos de indígenas envolvidos nos conflitos. Em geral, o que se observa são narrativas de fontes oficiais (polícia, prefeitos, políticos, etc.) e órgãos sindicalistas em prol dos agropecuários. Quando se tem as falas de indígenas, estas são, em geral, de pessoas que não possuem vínculo com as comunidades, ou seja, são fontes apenas por serem indígenas. Em seu estudo sobre a imagem do índio representada historicamente pelo jornal “O Progresso” de Dourados, Limberti (2012, p. 304) demonstra a construção da imagem indígena no Estado de Mato Grosso do Sul pelo jornal, de modo a expor o papel do mesmo no reforço da imagem estereotipada do índio:

A observação de textos sobre os índios (notícias do jornal “O Progresso”), após um salto temporal de cinco séculos, revela uma irremediável situação de reprodução da imagem primordial do índio, cunhada com as indelévels características atribuídas a ele em condições de total assimetria de poder e de valores. Diferentes discursos concorrem todos para a complexidade discursiva que encerra o “dizer” o índio, circunscrito no âmbito do estável

horizonte da visão ideológica e do engessado processo espelhado de construção da imagem do outro a partir da imagem que se tem de si mesmo.

O despreparo dos jornalistas, a falta de apuração dos fatos e a ausência de notícias positivas são fatores evidenciados pelos indígenas de *Yvy Katu* que foram entrevistados:

Eu acho assim, que a mídia, ela forma, as universidades que formam o indivíduo para trabalhar nessa área, elas não o preparam para atuar na questão indígena. Isso é uma grande questão. O profissional que fala não conhece, ela fala do índio sem conhecer o índio (Entrevistado 1).

[...] quando se fala de um índio na mídia ou na notícia, já diz todo mundo. Só que, daí, aquele que divulga a notícia, que pronuncia e que fala no rádio, ele também fala por alguma pessoa, pela informação que chega, que não são indígenas e que divulgam para ele para estar divulgando também esta informação. Por isso, muito equívoco hoje surge também, acontece na mídia, porque aquele que divulga essa informação para o radialista ou algumas imprensas para falar, não foi índio que divulgou, então foi adversário dos indígenas que manda essa mídia. Pode ser fazendeiro, pode ser alguma empresa que fazendeiro que joga [na mídia] “o índio está assim, assado”. Aí começa a divulgar. Mas, com certeza, assim é, quando se fala dos índios, atinge todo mundo, mas a realidade nossa é diferente. Por isso, a gente nunca traz a informação... a mídia nunca traz coisas, resposta certa para ouvinte. Sempre, o radialista, a imprensa também não está presenciando esse fato. Ele joga aquilo que ouviu (Entrevistado 3).

No meu ponto de vista, tudo que a mídia fala do indígena é ponto negativo. Tem muito indígena que trabalha, aí, como que a pessoa fala, tem pessoa que também [se] comporta mal lá. Então, tem a pessoa que sempre trabalha. Não existe a pessoa ruim. Que em Porto Lindo ali divide igual cidade, em bairro também. A notícia que a mídia traz atinge tudo (Entrevistado 4).

Como observado, a ausência de entendimento da sabedoria indígena é evidente nas perspectivas dos *Kaiowá* e *Guarani* de *Yvy Katu*. Diante destes apontamentos, este capítulo discute como tais fatores interagem na construção das representações sociais dos indígenas e como tais práticas podem prejudicar a emancipação e resolução dos problemas vividos pelas comunidades indígenas.

3.1 A formação do discurso nas mídias

Inicialmente, é necessário colocar em discussão o impacto das mídias na opinião do público: ela possui um poder manipulador capaz de alterar ou criar uma outra realidade?

Vale ressaltar que este estudo busca o distanciamento do conceito de indústria cultural apresentado pelos estudiosos da Escola de Frankfurt, em especial Adorno, Horkheimer e Benjamin. Estes autores demonstravam uma visão

“apocalíptica” da cultura de massa, em que a notícia era, em si, um produto comercializado e industrializado, ou seja, era usada como uma engrenagem a serviço do sistema (MEDINA, 1988, p. 28). Tal posicionamento traz uma visão negativa da cultura de massa, além de propor uma perspectiva de massa passiva, que aceita a comunicação sem apresentar quaisquer resistências ou questionamentos.

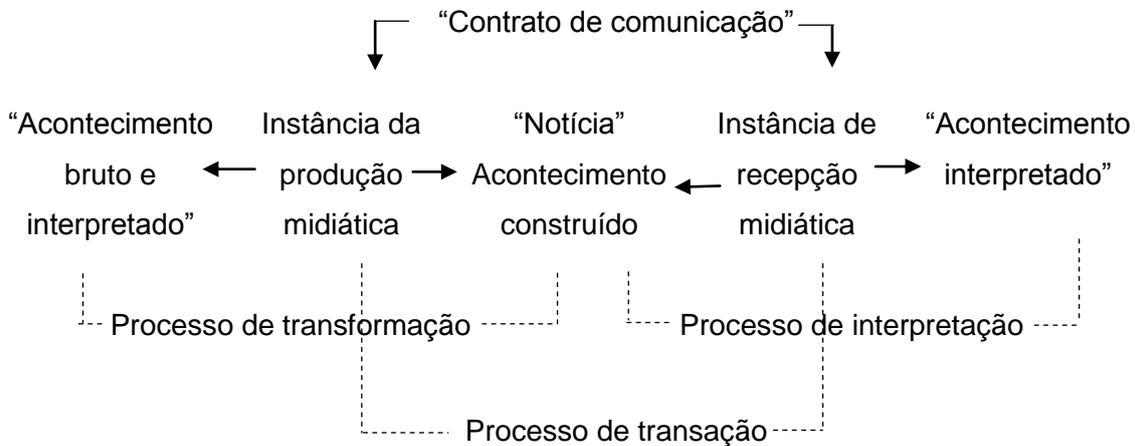
Assim, este estudo adota a perspectiva de Gomes (2003, p. 45), que afirma que as mídias têm um importante papel na modelização social por serem espaços onde os discursos têm seu ponto máximo de difusão e, por isso, são pontos estratégicos nos quais ocorre a apropriação. Segundo a autora, em um grupo social, o discurso “[...] é a determinação das características desse grupo, a exposição do modo de ver a realidade, atravessando, ao mesmo tempo que a compõe, a paisagem a ser olhada” (GOMES, 2003, p. 41). Por isso, o discurso representa uma maneira de narrar o mundo conforme uma hierarquia de valores em detrimento das relações de poderes aceitas por um conjunto de pessoas. Assim, ao permitirem a sua visibilidade, os jornais narram os fatos conforme um objeto discursivo já existente na sociedade.

Na perspectiva de Charaudeau (2006, p. 125), o poder da mídia não se trata de um discurso de poder, mas sim de uma “[...] influência indireta pela assimetria que existe entre uma instância de produção compósita e uma instância de recepção não diretamente acessível”. Esta relação entre receptor e enunciador ocorre em ressonância, e a sintonia provisória entre estes só é possível pelo viés de representações supostamente compartilhadas, representações essas que são circulantes entre os membros de uma determinada comunidade cultural.

Para melhor compreender como ocorre essa construção de sentido nos meios de comunicação, Charaudeau (2006, p. 116) propõe um modelo de “contrato de comunicação”, no qual o sentido realiza-se a partir de um duplo processo de “transformação” e “transação”. Na transformação, a mídia transpõe um “acontecimento bruto” já interpretado para um estado de “mundo midiático construído”, isto é, de notícia. Este processo é dependente do processo de transação, que consiste na construção da notícia em função de como ela imagina a instância receptora, a qual a reinterpreta à sua maneira. Este processo é inscrito num contrato que determina e orienta as condições de “encenação da informação”,

ou seja, em um simulacro da realidade (CHARAUDEU, 2006, p. 114). A Figura 5 representa como este contrato de comunicação ocorre.

Figura 5 – Representação do “contrato de comunicação” de Charaudeau



FONTE: Charaudeau (2006).

Assim, este contrato estabelece uma simulação da realidade a partir de classificações já formatadas pelas representações de um determinado grupo. Nesse sentido, é importante que o discurso seja compreendido com base no lugar e na posição do sujeito que o enuncia. “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder”, ou seja, o discurso não é aquilo que manifesta ou oculta o desejo, mas também é “[...] aquilo que é objeto do desejo [...], o discurso não é simplesmente aquilo que traduz lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10). Por intermédio do sujeito, pode-se compreender as intenções dos discursos com base no contexto histórico, social e político de sua formação. A formação discursiva é definida da seguinte maneira:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (FOUCAULT, 1987, p. 43).

As formações discursivas permitem, assim, melhor compreensão da relação de um determinado objeto do discurso com sua construção histórica, ou seja, com os fatos e assuntos discutidos e aceitos por uma determinada população, e que determinam e ditam o que pode ou não ser dito. Os discursos de assimilação e exclusão partem de uma perspectiva de superioridade cultural, onde o “nós” observa

e define o “outro” por meio de uma visão melhor e mais razoável do que o observado e não permite que seja colocada em pauta a possibilidade de negociação ou relativização de valores (LIMBERTI, 2012, p. 45). Surge, então, a oportunidade de construções simbólicas que produzem e sustentam estereótipos de uma determinada população com base em uma visão unilateral dominante.

“Estereótipos” definem-se como representações mentais que cada pessoa projeta sobre a realidade com fins cognitivos de padronização (LIPPMAN, 2008, p. 75). Nesta perspectiva, os estereótipos derivam de um ato humano natural, necessário para a vivência em sociedade. Entretanto, ao definir o termo desta maneira, traz-se uma falsa percepção de necessidade fisiológica da criação de estereótipos, o que acobertaria, então, a intenção dos perpetradores de representações sociais de características preconceituosas.

Vale salientar que toda generalização parte de um pressuposto concebido por uma determinada parte da sociedade, fato que abre espaço para que sua utilização ocorra de maneira a beneficiar uma determinada parcela da sociedade. “Como práticas significantes, os estereótipos não se limitam, portanto, a identificar categorias gerais de pessoas – contêm julgamento e pressupostos tácitos ou explícitos a respeito de seu comportamento, sua visão de mundo ou sua história” (FREIRE FILHO; HERSCHMANN; PAIVA, 2004, p. 47). Por isso, sua utilização nos meios de comunicação pode disseminar representações inadequadas de sujeitos, classes sociais ou comunidades.

A disseminação, pelos meios de comunicação de massa, de representações inadequadas de estrangeiros, classes sociais e outras comunidades é destacada como um sensível problema para o processo democrático, cujo desenvolvimento demanda a opinião esclarecida de cada cidadão a respeito de questões capitais da vida política e social. (FREIRE FILHO; HERSCHMANN; PAIVA, 2004, p.47).

Por isso, observa-se o fator limitante que os estereótipos proporcionam para a compreensão das diferentes etnias indígenas presentes no país. Definir toda a riqueza destes povos por meio de uma imagem não criada pelos próprios indígenas reduz a compreensão da pluralidade de culturas indígenas existentes e leva ao empobrecimento das discussões. “Um estereótipo pode ser transmitido de uma forma tão consistente e peremptoriamente em cada geração de pai a filho que parece ser quase um fato biológico” (LIPPMAN, 2008, p. 94). Assim, tentar entender a complexidade da causa indígena torna-se um exercício no qual o repensar das concepções pré-estabelecidas é um fator essencial.

No caso dos povos indígenas, tal concepção foi estabelecida desde o início da colonização do país, o que acarretou uma representação com base em uma visão dos colonizadores, que tinham o intuito de exploração das terras brasileiras e aproveitamento da mão de obra indígena para o trabalho.

[...] o índio não fala na história (nos textos que são tomados como documentos) do Brasil. Ele não fala, mas é falado pelos missionários, pelos cientistas, pelos políticos. [...] Eles falam do índio para que ele não signifique fora de certos sentidos necessários para a construção de uma identidade brasileira determinada em que o índio não conta. Trata-se da construção de sentidos que servem, sobretudo, à instituição das relações colonialistas entre os países europeus e o Novo Mundo. (ORLANDI, 1997, p. 59).

É por meio desta perspectiva que se criou a imagem de um índio preguiçoso, traiçoeiro e violento, estereótipo que ainda hoje persiste no senso comum da sociedade e, conseqüentemente, refletido nas notícias que os envolvem.

3.2 As epistemologias do norte na construção das representações dos povos indígenas

Compreender o modo como são criadas as representações sociais possibilita o entendimento sobre a origem da imagem preconceituosa criada sobre os povos indígenas. As representações de uma sociedade são edificadas em função de uma necessidade de regulação das trocas de um grupo social para que este seja reconhecido como tal. Esta construção é resultado de práticas sociais que atribuem valores a comportamentos, com o intuito de criar discursos de avaliação que permitam o julgamento das ações de seus membros (CHARAUDEAU, 2006, p. 116). Na perspectiva de Moscovici (2000, p. 34-37), as representações intervêm em nossa atividade cognitiva por convencionar os objetos, pessoas ou acontecimentos. Assim, as representações dão uma forma definida, as classificam em uma determinada categoria e criam um determinado paradigma que é compartilhado por um grupo social. Quando algo não se adequa aos modelos pré-existentes, os membros do grupo, em busca de reconhecê-lo dentro de seu mundo, forçam sua categorização para que este assuma uma determinada forma para que, assim, se torne compreensível.

É importante salientar que as representações não atuam de maneira impositiva, não transformam os seres em receptores passivos; mas sim atuam como um “alimento para o pensamento”, isto é, os indivíduos definem suas próprias

representações, dialogam com elas, e encontram nelas respaldo para suas conclusões (MOSCOVICI, 2000, p. 45).

Nesse âmbito, toma-se como exemplo a visão do indígena como um povo atrasado e, por isso, passível de perda de sua cultura, considerada inferior à civilização ocidental.

As versões mais elaboradas do “irremediável arcaísmo indígena” apoiam-se na noção de aculturação desenvolvida pela antropologia clássica, que tendia a ver as sociedades indígenas na perspectiva do “presente etnográfico”: sociedades de reprodução infinita, sem história, formas fixas resistentes às mudanças, marcadas por um equilíbrio permanente; sociedades igualitárias por oposição à nossa sociedade histórica, cheia de dinamismo e mudanças sociais alimentados pela desigualdade. (ARRUDA, 2001, p. 43).

Desse modo, o que se tomou como realidade foi a existência de um povo de cultura inferior devido à discrepância de valores com a sociedade ocidental, o que criou sua representação como povo atrasado e legitimou a implantação de uma política na qual seus direitos podiam ser desconsiderados.

Diante desses pressupostos, retorna-se ao questionamento sobre a razão de os indígenas possuírem sua representação de modo tão negativo. De acordo com Meneses e Santos (2009, p. 13), as epistemologias ocidentais dominantes foram construídas com base na necessidade de realizar uma dominação colonial frente aos colonizados. Assim, os saberes dos povos indígenas, suas características culturais e sua forma de interagir com o mundo foram postos de lado pelo pensamento dominante em prol da manutenção da dominância dos colonizadores.

Essa dominância das epistemologias dos países do norte transparece a ascensão de um fascismo social que reflete a pressão da lógica de apropriação/violência sobre a lógica da regulamentação/emancipação, ou seja, tal fato articula “um regime social de relações de poder extremamente desiguais que concedem à parte mais forte o poder de veto sobre a vida e o modo de vida da parte mais fraca” (MENESES; SANTOS, 2009, p. 37). Este fascismo, segundo Meneses e Santos (2009, p. 37), pode ser classificado em três vertentes: 1) fascismo do *apartheid* social, que segrega os excluídos por intermédio de uma cartografia urbana e separa as zonas selvagens de zonas civilizadas; 2) fascismo contratual, que diferencia os poderes entre as partes no contrato de direito civil; e 3) fascismo territorial, em que atores com forte capital patrimonial retiram ou neutralizam do Estado o controle do território onde atuam. Entre tais paradigmas de fascismo supracitados, observa-se que os grupos indígenas se encaixam em todas as

categorias, o que pode ser conclusivo para o entendimento de sua desvalorização na sociedade.

Por isso, o pensamento abissal faz com que os que estão do outro lado da linha (populares, leigos, plebeus, camponeses ou indígenas) tornem-se “incomensuráveis e incompreensíveis” devido a se encontrarem além do universo do verdadeiro ou falso, ditado pelos conhecimentos do “lado de cá da linha” (SANTOS, 2007, p. 73). Por não obedecerem aos critérios científicos de verdade, dos conhecimentos da filosofia e da teologia, tais epistemologias não são tratadas como conhecimentos reais.

Mas por qual razão as sociedades indígenas tornaram-se um incômodo na perspectiva da sociedade? Ao classificar algo ou alguém, “[...] sempre fazemos comparações com um protótipo, sempre nos perguntamos se o objeto comparado é normal, ou anormal, em relação a ele e tentamos responder: ‘É ele como deve ser ou não?’” (MOSCOVICI, 2000, p. 56). Deste modo, a falta de familiaridade com estes indivíduos promove um incômodo por fugir da regra, do padrão usual existente nas representações. É em decorrência deste incômodo que se cria a necessidade de transformar o não familiar em familiar, por meio de sua classificação em categorias já construídas pelo grupo, pelo processo de associação.

De acordo com Moscovici (2000), existem dois processos envolvidos na geração de representações sociais: ancoragem e objetivação. Na ancoragem, transforma-se algo estranho e perturbador, que nos intriga, em um item a ser encaixado em nosso sistema particular de categorias, por meio da comparação com um paradigma de uma categoria que se pensa ser apropriada. Se a classificação for aceita, qualquer opinião ou ideia relacionada à categoria é também relacionada ao objeto. Em outras palavras, a ancoragem nada mais é que a categorização de objetos por meio de paradigmas já existentes na mente do indivíduo. O segundo processo, a objetivação, ocorre ao transformar o abstrato em concreto, ou seja, ao coincidir a ideia de não familiaridade com a de realidade e, assim, transformar o desconhecido em ícone.

Contudo, ao transformar o incomum em comum, julga-se conforme aquilo que é conhecido, e como tal, a não compreensão do indígena deforma a sua representação e criam-se julgamentos que o inferiorizam. Por exemplo, a noção de trabalho e lazer na cultura indígena não possui valores intrinsecamente econômicos, ou seja, não existe a divisão temporal entre o período utilizado para produção e para

recreação (RAMOS, 1995, p. 25). Ao observar tal característica de uma perspectiva não indígena, cria-se uma falsa impressão de que índio é preguiçoso, simplesmente por não estar de acordo com a lógica do sujeito trabalhador da sociedade ocidental.

Diante disso, é importante salientar a necessidade de distanciamento dos profissionais de comunicação em relação às representações sociais estabelecidas sobre um grupo ou tema. O jornalista deve ser “o intérprete qualificado de uma realidade que deve ser contextualizada, reproduzida e compreendida nas suas relações de causalidade e condicionamentos históricos” (SODRÉ, 2009, p. 62). Isto demonstra a importância de um conhecimento mais abrangente dos fatos para que a sua cobertura jornalística apresente maior clareza sobre o ocorrido.

3.3 A voz indígena para a superação dos estereótipos

Talvez pela distância entre os jornalistas e as populações indígenas, pela ausência de conhecimento e informações sobre quem são seus líderes ou até pela negligência dos profissionais de comunicação, a escassa presença ou total ausência de fontes indígenas nas notícias é uma realidade que expõe uma falha nas coberturas jornalísticas que envolvem aquelas.

Este “silenciamento” dos povos indígenas não é um fenômeno recente. Ele ocorre desde o início da colonização do Brasil e teve como consequência a construção da identidade deste grupo realizada pela perspectiva do branco europeu colonizador. “O colonialismo [...] foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizados” (MENESES; SANTOS, 2009, p. 13). Assim, a identidade indígena foi descrita pelo relato do outro, isto é, do ponto de vista do colonizador, que, por intermédio de seus valores, os definiu como achavam que os índios deveriam ser. É por tal atitude que “tais povos e culturas passam a ser descritos apenas pelo que foram (ou pelo que se supõe que eles foram) há séculos, mas sabe-se nada (ou muito pouco) sobre o que eles são hoje em dia” (OLIVEIRA, 1998, p. 13).

A imagem do índio puro e de selvagem colonizado, criada no decorrer da colonização do país, ainda possui forte influência no imaginário coletivo. Pode-se observar o estereótipo de índio como um ser naturalmente preguiçoso, fato resultante de uma interpretação dos não índios sobre a resistência dos povos

indígenas a serem escravizados pelos colonizadores. Como a história foi escrita pelos colonizadores e por se encontrar enraizada na ideologia da classe dominante, compreende-se que tal visão obscureceu a compreensão da cultura indígena, além de justificar o tráfico de escravos africanos para a mão de obra do país (ADAS, 1998, p. 37).

Diante dessa realidade, o jornalismo pode ser encarado como um possível caminho para que ocorra um diálogo social, com seu trabalho a permitir que as múltiplas vozes da coletividade contemporânea dialoguem de maneira eficaz e, ao mesmo tempo, complexa. Para Medina (2003), a busca por uma maior sensibilidade às vivências do cotidiano permite ao jornalista trazer ao seu trabalho a superação da superficialidade das situações sociais e a contemplação de uma perspectiva mais plural e democrática. “Se a comunicação social se propõe à ação solidária, construir redes de significação contemporânea, terá de pesquisar, sensibilizar-se e praticar as dialogias” (MEDINA, 2003, p. 75).

Questionado sobre a possibilidade de a mídia auxiliar na compreensão dos indígenas, o Entrevistado 2 expôs a necessidade de vivência do jornalista para entender as causas dos atos:

Eu acho que isso vai depender muito da pessoa que está dentro, a pessoa que está dentro da reserva, que convive com isso, eu acho que seria um bom começo. Porque a maioria das mídias que não são... que a mídia passa... eles não, como vou dizer para você, assim, que eles não têm, não vivem aquilo, não participam disso (Entrevistado 2).

Assim, a busca por uma maior pluralidade de perspectivas torna-se uma prática essencial para a esfera jornalística, pois a construção da realidade por esta relação traz o máximo possível de universos de significados representados, o que reflete “[...] a interação entre o maior número possível de universos sociais que compõem a realidade socialmente construída, na qual se enquadra o jornalismo e da qual o jornalista é um actor importante” (MENDES, 2010, p. 20). Dessa maneira, o jornalismo atua como um mediador criativo da realidade, e sua relação com os protagonistas e o público traz aos relatos uma tessitura mais dialógica.

Só um mediador que estuda as culturas do local ao universal passando pelo regional e nacional, poderá atuar como agente de mediação social. Só o jornalista que se aperfeiçoa para poder criar, terá alguma possibilidade interveniente no processo de mediação social. Só o mediador que se obriga a um projeto de pesquisa cognoscitiva terá competência para modificar o *status quo* (hegemonia do emissor) e praticar o discurso polifônico e polissêmico. (MEDINA, 1996, p.20).

A polifonia de um discurso consiste na “multiplicidade de vozes equipolentes, as quais expressam diferentes pontos de vista acerca de um mesmo assunto” (BAKHTIN, 2008, p. 4). Esta mediação praticada no jornalismo possibilita ao público o acesso a diversas perspectivas em relação a um mesmo acontecimento, embate que abre oportunidade para o diálogo, além de expor a ausência da discussão nos conteúdos com predominância de discursos monolíticos.

Por diálogo/dialogia compreende-se “não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja” (BAKHTIN, 2012, p. 117). O termo é designado em três vertentes: “como uma descrição da linguagem que torna todos os enunciados, por definição, dialógicos; como termo para um tipo específico de enunciado, oposto a outros enunciados, monológicos; e como uma visão do mundo e da verdade” (BARROS, 2003, p. 2).

Nesse contexto, a dialogia traz a interação entre as múltiplas vozes sociais sobre um tema específico e, assim, permite o seu intercâmbio. Por isso, ao dar espaço apenas às fontes oficiais e ignorar os testemunhos das pessoas que se encontram às margens dos acontecimentos, o comunicador inibe esta forma de interação. Como consequência, reduz-se, então, a compreensão dos fatos e das várias esferas sociais envolvidas. Nesse contexto, a ausência da voz do indígena oculta os saberes dos envolvidos ao criar uma hierarquia de valores para as fontes consultadas.

É na alteridade do diálogo autêntico que “cada um dos participantes tem de fato em mente o outro ou os outros na sua presença e no seu modo de ser e a eles se volta com a intenção de estabelecer entre eles e si próprio uma reciprocidade viva” (BUBER, 1982, p. 54). Esta perspectiva pode, então, trazer ao jornalista uma ação comunicativa de maneira a se voltar ao outro sem, no entanto, abdicar de suas próprias especificidades, fato que se dá ao “tornarmos o outro presente, na sua existência específica, de forma que as situações comuns a ele e a nós mesmos sejam por nós experienciadas também do seu lado, do lado do outro” (BUBER, 1982, p. 58). A alteridade torna-se, assim, condição para a identidade, pois “todo enunciado (discurso, conferência, etc.) é concebido em função de um ouvinte, ou seja, de sua compreensão e de sua resposta, bem como de sua percepção avaliativa (concordância ou discordância)” (BAKHTIN, 1997, p. 292). Assim, dirigir-se

ao outro pressupõe, então, uma orientação com bases ideológicas sobre o destinatário da mensagem.

Diante disso, o jornalista, como mediador social, atua como protagonista desta relação dialógica, na qual o processo de apuração dos fatos possa trazer às matérias elementos que contribuam para relatos plurais, que abordem verdades, e não mais apenas uma verdade única. Por esta razão, o trabalho de campo na profissão torna-se essencial para seus relatos, pois, por meio das vivências com os protagonistas dos fatos, pode-se, então, buscar novas perspectivas e, conseqüentemente, novas fontes, que suscitem discussões mais abrangentes sobre os fatos narrados.

Por meio da vivência e do diálogo, o profissional pode transparecer um relato que contemple o outro em sua totalidade. “O diálogo e a interação inter e transdisciplinar só emergem pela simpatia dos afetos, olho no olho, na proximidade humana” (MEDINA, 2008, p. 99). Dessa forma, a relação do jornalista com os protagonistas da notícia pode ocorrer em uma perspectiva "Eu-Tu", proposta por Buber (1979, p. 8), em que a pessoa deixa se impactar e se atravessar pela presença viva do outro, isto é, o diálogo ocorre em um clima no qual o outro não é visto como um objeto, mas sim como sujeito.

Esta relação sujeito-sujeito, e não mais sujeito-objeto, caracteriza-se na busca pela superação do distanciamento entre o jornalista e suas fontes noticiosas. Isto traz a oportunidade de aprofundamento da realidade que se pretende descrever e afasta a “objetivação” do indivíduo. De acordo com Sodré (2009, p. 68), o acontecimento deve ser compreendido para “além do registro simbólico, no registro afetivo do mundo”. O autor afirma que “não se põe em jogo apenas a lógica argumentativa das causas, mas principalmente o sensível de uma situação, com sua irradiação junto aos sujeitos e a revelação intuitiva do real que daí pode advir” (SODRÉ, 2009, p. 68). Por isso:

Esse narrador que pratica a arte de tecer o presente, se não se entregar afetosamente à compreensão das visões de mundo, cedo frustrará o projeto de autoria. Se não se acrescentar à excelência sociológica a arte de tecer os desejos coletivos e as sabedorias intuitivas, a rede de sentidos não atingirá o tom maior da generosidade. Partilhar a visão de mundo do outro, dela extrair a utopia humana e ampliar a competência técnica e científica na narrativa solidária não é uma miragem, é uma possibilidade. (MEDINA, 2003, p. 80).

É nessa perspectiva que pode ser pensada uma comunicação que ultrapasse o pensamento abissal proposto por Santos (2007), que critica o pensamento

monocultural da ciência moderna e propõe sua emancipação por meio de uma “ecologia de saberes”. O termo se baseia na ideia do conhecimento como interconhecimento, ou seja, na existência de reciprocidade e contemporaneidade entre os conhecimentos. Assim, “o pensamento pós-abissal tem por premissa a ideia da inesgotável diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico” (SANTOS, 2007, p. 85-86). Isso implica no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos, inclusive a ciência moderna, em constante interação sem comprometer suas autonomias. Por isso, a vivência dos fatos narrados traz ao profissional uma perspectiva mais ampla do ocorrido e permite o contato com outros saberes.

O Entrevistado 3 demonstra a importância da voz do indígena nas notícias para que, assim, a comunicação possa ajudar na compreensão dos fatos:

Olha, a gente pode contar sim [com a mídia], mas não é toda empresa que é parceira do índio. Nem todo radialista é parceiro do índio. É muito pouco a presença dessa imprensa, do radialista, na aldeia. Agora, se nós colocar um de nós para divulgar, para falar da nossa realidade, com certeza, a imprensa, o radialista vai entender, vai se interessar, também, por essa questão, para estar vendo que cada vez que eles divulgam, estão se divulgando uma coisa muito bem equivocada (Entrevistado 3).

Por isso, as experiências singulares de cada envolvido no fato colaboram para o afloramento da sensibilidade do jornalista,

[...] uma sensibilidade diferenciada que se manifesta através do gesto, do olhar, da atitude corporal. Um repórter que se debruça sobre o entrevistado para sentir quem é o outro, como se estivesse contemplando, especulando uma obra de arte da natureza, com respeito, curiosidade (ainda que a fonte de informação represente uma ideologia totalmente contrária à do repórter), por certo esses fluidos positivos de uma percepção aberta chegarão, por complexos sinais, à percepção do entrevistado. (MEDINA, 1988, p. 30).

Portanto, é a partir do sentir do outro que se pode expor um fato em uma perspectiva que contemple toda a complexidade do ser humano.

Por isso, pensar uma nova forma de ir além destes paradigmas torna-se imprescindível para a compreensão da contemporaneidade. De acordo com Medina (1996, p. 13), a comunicação pode ser encarada por uma “mediação triológica”, em que o jornalista atua com o mundo das ideias, o imaginário coletivo e os comportamentos culturais. Nesse contexto, o jornalista, como um mediador social, proporciona a dialogia entre as múltiplas perspectivas da realidade, fato que possibilita a ultrapassagem dos reducionismos existentes.

Por intermédio de uma sensibilidade social, o jornalista pode realizar uma emancipação das subjetividades sem deixar de lado a objetividade dos fatos. "Isto significa que subjetividade não somente é uma característica intrínseca a este processo, como também uma condição *sine qua non* para a busca da realidade" (SPONHOLZ, 2009, p. 92). Tal posicionamento demonstra a crise dos paradigmas na prática jornalística diária, que institui como ideal os relatos objetivos para a busca da imparcialidade.

Diante desses pressupostos, pode-se dizer que qualquer descrição, inclusive as objetivas, são feitas sobre um determinado ponto de vista, e logo, também possui valor subjetivo. Por isso, as subjetividades dos protagonistas devem ser ouvidas e discutidas para, assim, auxiliarem na compreensão das inúmeras verdades que circundam os fatos.

3.4 Contextualização no ciberjornalismo

A compreensão dos fatos da sociedade está intrinsecamente ligada ao papel desempenhado pelos meios de comunicação de massa. Por isso, o jornalismo, enquanto mecanismo essencial na formação da opinião pública, tem a possibilidade de auxiliar na emancipação dos processos democráticos devido a seus produtos trazerem para a sociedade a possibilidade de discussões frente aos fatos que ocorrem.

O campo da comunicação social não se constitui apenas num lugar de "acolhimento" das compreensões e os processos de interação social, em torno das quais se estabelecem e se articulam as compreensões e os processos de interação social. Pelo contrário, este campo se destaca como agente que, dispondo de regras e poderes específicos, dá conta de operar a própria construção dos sistemas de representações. (FAUSTO NETO, 1999, p. 13).

Diante de seu papel como mediador social, a contextualização na qual se inserem os acontecimentos diários traz tanto para a apuração quanto para o resultado final uma diversidade de perspectivas. "Em sentido restrito, a contextualização é uma operação da construção noticiosa que tem em vista dar ao receptor da mensagem o contexto em que o acontecimento se verificou" (ZAMITH, 2011, p. 58). Ao atuar na produção da informação, o comunicador deve tomar como premissa a existência de outras possibilidades interpretativas, ou seja, este tem, por obrigação, explorá-la em sua complexa realidade. "O ato de contextualizar está muito próximo dos atos de confrontar, contraditar e credibilizar, todos eles

recomendados pelo bom jornalismo" (ZAMITH, 2011, p. 60), ou seja, fazê-lo nada mais é que trazer à prática jornalística os valores essenciais para a tessitura de uma informação de qualidade.

O processo de contextualização nas notícias pode ocorrer de duas formas: diacrônica e sincrônica. A primeira decorre da recorrência do jornalista aos acontecimentos anteriores que possuem relação ao fato, e a segunda engloba a explicação do ambiente em que está inserida a notícia (social, geográfico, etc.) (CANAVILHAS; BACCIN, 2015, p. 16). No caso das notícias envolvendo conflitos de terra entre povos indígenas e agricultores, tanto a contextualização diacrônica, que explicitaria as razões das ocupações, quanto a sincrônica, que evidenciaria as diferentes relações culturais e sociais com a terra, possibilitariam que as informações relatadas fornecessem maior embasamento para o leitor.

No entanto, para contextualizar, as notícias necessitam de maior espaço físico e temporal, limitação encontrada nos meios de comunicação tradicionais. Nesse contexto, o ciberjornalismo possibilitou a realização da contextualização das notícias de maneira mais eficiente, já que as características de tempo e espaço do meio não são limitadas como nas mídias tradicionais.

A questão da contextualização assume particular importância na medida em que a natureza hipertextual da internet lhe permite o enriquecimento das notícias, contrariando assim um dos problemas do jornalismo actual: a compatibilização da velocidade da informação, com o espaço disponível e com a riqueza das informações disponibilizadas. (CANAVILHAS, 2004, p. 7).

Ao permitir maior número de conteúdo livre dos padrões espaço/tempo, o ciberjornalista tem a possibilidade de criar narrativas em que diversas plataformas interagem. Pavlik (2005, p. 48) apresenta cinco aspectos do ciberjornalismo que permitem que a contextualização seja realizada de maneira mais profunda: 1) ampliação das modalidades de comunicação (áudio, vídeo, texto, animação, etc.); 2) hipermídia (possibilita trazer à notícia maior contexto histórico, político e cultural); 3) maior participação do leitor; 4) maior dinamização do conteúdo (conteúdos mais fluidos) e; 5) personalização da informação (ampliação e filtragem das informações a critério do leitor).

Entretanto, mesmo com tais possibilidades, observa-se que ainda ocorre uma deficiência na contextualização no ciberjornalismo. Mas se há a possibilidade de trazer às notícias uma melhor cobertura sobre os acontecimentos, por qual razão ainda existem notícias em cibermeios com pouca ou nenhuma contextualização?

Para Castilho (2005, p. 248), a contextualização da informação tornou-se um grande dilema para os profissionais de comunicação, já que identificar as causas, consequências, interesses e atores exige maior tempo e qualificação do profissional, fator que vai contra as tendências de corte e enxugamento de redações pelas empresas. Para o ciberjornalismo, esta prática encontra dificuldades, principalmente, devido ao caráter imediatista do meio, o que pode evitar que apurações mais profundas sejam realizadas.

Na perspectiva de Abramo (2016), existe, na maioria das mídias brasileiras, uma característica de trazer às informações abordadas uma contextualização com intuito de influenciar a opinião pública. Nesse sentido, o autor define quatro padrões nos quais a contextualização acaba por se tornar um aliado para criar uma outra realidade para as notícias: ocultação, fragmentação, inversão e indução.

O padrão de ocultação preconiza que tanto a ausência quanto a presença de fatos noticiosos na narrativa discorrem sobre o objetivo de apresentar uma realidade simulada pelos interesses de classes dominantes da sociedade (ABRAMO, 2016, p. 40). O autor ainda afirma que não existem fatos jornalísticos e não jornalísticos, e caracterizá-los como tal demonstra a criação de uma artificialidade nas notícias.

A fragmentação dos fatos é o segundo padrão descrito por Abramo, na qual os fatos são apresentados não em sua totalidade, mas sim em pedaços considerados mais importantes. Para o autor, esta seleção é realizada por meio de critérios adotados pelo órgão de comunicação e não seguem necessariamente as características dos fatos decompostos (ABRAMO, 2016, p. 42). Diante dessa fragmentação, tem-se como resultado um produto descontextualizado, ou seja, sua real significação acaba por ser modificada.

O terceiro padrão descrito é o da inversão, que reordena, substitui a realidade fragmentada para, assim, transparecer uma outra realidade (ABRAMO, 2016, p. 43). Nesse sentido, o autor apresenta diversas formas de manipulação por inversão, como: a) apresentação do secundário como principal e vice-versa; b) inversão da forma pelo conteúdo, em que o fato passa a ser mais importante que o conteúdo ou a imagem é editada e selecionada para reduzir a emotividade do fato; c) inversão da versão pelo fato, em que a utilização de frases, fontes oficiais, opiniões, etc., substitui ou distorce a realidade.

A indução envolve o processo de planejamento, produção e edição do material com fins de induzir o leitor “a ver o mundo como ele não é, mas sim como

querem que ele o veja” (ABRAMO, 2016, p. 49). Nesse sentido, a indução é manifestada por meio do reordenamento ou da recontextualização daquilo que é noticiado, ou seja, por meio de todos os outros padrões já descritos, cria-se uma realidade social única e homogênea, que exclui o diferente e o enquadra em uma perspectiva hegemônica. Assim, seja por falta de tempo, apuração do jornalista ou por tentativas de influenciar a opinião pública, o que se observa é que, sem a contextualização, os acontecimentos acabam por ser narrados de maneira deficiente, fato que prejudica a compreensão da realidade abordada pelas notícias.

Diante de tudo que foi abordado, observa-se que, ao trazer às notícias elementos históricos para a contextualização dos fatos, buscar novas perspectivas aos relatos por intermédio de uma ecologia de fontes noticiosas (que vão além das oficiais), pela experiência de vivência do jornalista e pela superação e emancipação dos estereótipos dos povos indígenas, pode-se trazer ao jornalismo um espaço onde a dialogia entre os diferentes assumam uma perspectiva mais democrática, fato que traz à sociedade a possibilidade de consumir uma informação de uma maneira mais completa e não reducionista.

CAPÍTULO 4 – A RETOMADA DE YVY KATU PELOS KAIOWÁ E GUARANI NA COBERTURA DOS CIBERMEIOS DE MATO GROSSO DO SUL

Neste capítulo, as notícias dos dois cibermeios selecionados serão analisadas conforme as categorias propostas na metodologia. Inicialmente, será abordado o perfil histórico de cada sítio *web* para, em seguida, serem apresentados os resultados das pesquisas.

4.1 Campo Grande News

Surgido em 1999, o Campo Grande News foi o segundo cibermeio noticioso do estado de Mato Grosso do Sul e o primeiro portal de notícias nativo da *web*. Sua criação foi resultado de uma parceria entre Miro Ceolim, proprietário do provedor de internet Zaz e gestor regional do portal Terra, e do jornalista Lucimar Couto. De início, o *site* Campo Grande News era agregado ao portal Terra por uma seção chamada "notícias regionais", o que trouxe maior visibilidade ao portal (TELLAROLI, 2007, p. 107).

Ao contrário da perspectiva do sócio, Couto não acreditava no potencial do portal e se surpreendeu ao ver que, no primeiro mês, o cibermeio alcançou o número de 20 mil visitas. Sobre os lucros, Couto (apud TELLAROLI, 2007, p. 108) afirma que o projeto não atraía verbas, pois na época as agências de publicidade ainda não tinham interesse em propagandas na plataforma *web*. No entanto, segundo Tellaroli (2007, p. 109), tal fato não é mais realidade, pois a renda adquirida com os espaços publicitários mantém a empresa.

O Campo Grande News tem como foco a produção de notícias locais, e não nacionais. Este posicionamento surgiu desde o início de sua atuação e, segundo Couto (apud TELLAROLI, 2007, p. 109), esta estratégia tinha como propósito evitar a competição com os grandes cibermeios nacionais. Em razão disso, as notícias nacionais somente aparecem em pauta quando impactam a população local. E caso isto ocorra, segundo Tellaroli (2007, p. 109), o sítio *web* busca uma abordagem que se aproxime da realidade local.

O cibermeio iniciou suas atividades com o trabalho do jornalista e sócio Lucimar Couto, que fazia a apuração, escrevia e publicava os conteúdos. Hoje, de

acordo com o expediente do portal²⁶, a empresa possui 41 profissionais, dos quais 22 são jornalistas. A empresa localiza-se na Rua da Paz, número 960, bairro Jardim dos Estados, na cidade de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul.

4.1.1 Recorte do objeto de pesquisa

No período da análise, foram encontradas 38 notícias que abordaram as retomadas de terra em Japorã e suas consequências. Entre as notícias, seis não possuem ligação direta com o conflito, mas falam do problema das ocupações indígenas de maneira geral. Como foram publicadas no período em que ocorriam as ocupações em Japorã, também foram consideradas como parte da narrativa sobre o fato. O Campo Grande News apresentou o fato em quatro episódios principais:

- Ocupação total do território indígena *Yvy Katu*;
- Protestos de produtores rurais da região e do estado, com fins de reivindicar os seus direitos de propriedade do local. O cibermeio abordou dois protestos: a) o “Confisco Não”, organizado nas redes sociais por produtores de Japorã, em que os mesmos acamparam na ponte da rodovia que dá acesso a Iguatemi; e b) o “Leilão da Resistência”, evento no qual figuras políticas, entidades ruralistas e produtores leiloaram gado e outros produtos no intuito de levantar fundos para financiar ações que inibissem as retomadas de terra por indígenas em Mato Grosso do Sul;
- Ordem de despejo dos indígenas *Kaiowá* e Guarani nas terras ocupadas, pela Justiça Federal de Naviraí;
- Divulgação pela *Aty Guasu* de uma carta na qual os indígenas afirmam resistir até a morte contra o processo de desocupação e suspensão da ordem de despejo pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

A relação de notícias publicadas pelo Campo Grande News pode ser vista no Quadro 4.

Quadro 4 – Notícias veiculadas no Campo Grande News sobre a retomada em *Yvy Katu*, entre 14/10/2013 e 1º/2/2014

Data	Horário	Editoria	Título das notícias
14/10/2013	18h55	Interior	Indígenas ampliam invasão e mantêm trabalhador refém em Japorã
22/10/2013	12h55	Interior	MPF pede demarcação e bloqueio de R\$ 3,2 milhões para

²⁶ Disponível em: < <http://www.campograndenews.com.br/expediente>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

			indenizar dono de área
25/10/2013	21h31	Interior	Índios invadem mais duas propriedades de Mato Grosso do Sul
26/10/2013	9h57	Interior	Índios invadem mais 12 fazendas e criam novo foco de tensão no Estado
27/10/2013	11h16	Interior	Índios invadem mais 2 fazendas em Japorã e ateiam fogo em uma delas
27/10/2013	16h33	Interior	Índios invadem mais uma fazenda; já são 14 e PF vai ao local para negociar
28/10/2013	11h	Interior	Produtores querem Polícia Federal para retirar gado de fazendas invadidas
28/10/2013	23h26	Rural	Mato Grosso do Sul está uma terra sem lei, diz Famasul
29/10/2013	12h54	Interior	Vizinhos de fazendas invadidas se sentem ameaçados e denunciam roubo de gado
30/10/2013	18h33	Rural	Contra invasões, produtores acampam em ponte que liga Japorã a Iguatemi
31/10/2013	14h11	Interior	Prefeito de Japorã exige ações da União para evitar conflitos indígenas
31/10/2013	20h32	Cidades	Com PF em descrédito, produtores rurais esperam que indígenas respeitem lei
31/10/2013	12h46	Interior	Produtores rurais prometem grande manifestação amanhã na ponte da MS-386
31/10/2013	23h44	Interior	Manifestação deve reunir 800 produtores rurais em Iguatemi nesta sexta
1º/11/2013	14h21	Interior	Bancada ruralista de MS está reunida com produtores de Iguatemi contra invasões
2/11/2013	10h29	Interior	Justiça determina que índios saiam de fazenda invadida em Japorã
7/11/2013	20h09	Rural	Produtores vão fazer leilão para contratar seguranças contra invasões
7/11/2013	20h46	Rural	Produtores pedem a manifestação da Justiça contra invasões indígenas
7/11/2013	12h04	Interior	Entidades querem acompanhar reintegração de posse em Japorã
19/11/2013	10h50	Rural	Produtores rurais protestam contra invasões indígenas no Estado
20/11/2013	7h43	Interior	Justiça manda índios desocuparem Fazenda São Jorge, em Japorã
25/11/2013	16h59	Cidades	Com 79 fazendas invadidas, Igreja cobra demarcação de áreas indígenas
26/11/2013	12h50	Política	Paulo Pedra diz que índios e produtores são igualmente brasileiros
4/12/2013	20h12	Capital	"Quem faz milícia são os índios", disparam produtores rurais
7/12/2013	16h13	Cidades	Para Kátia Abreu, invasões são terroristas e demonstram preconceito com produtor
13/12/2013	17h36	Cidades	Índios mobilizam 900 "soldados" e só deixam fazendas mortas
14/12/2013	9h47	Cidades	Após 4 ordens de despejo, índios anunciam "morte coletiva" em Japorã
16/12/2013	10h10	Interior	Para produtor, "morte coletiva" é truque de índio para pressionar juiz
17/12/2013	14h56	Interior	Após anúncio de "morte coletiva", TRF suspende reintegração em Japorã
17/12/2013	17h18	Cidades	Conflitos indígenas inibem desenvolvimento e afastam indústrias, diz Famasul
18/12/2013	9h33	Interior	Apesar de "morte coletiva", produtores esperam saída de índios de 3 fazendas
20/12/2013	15h26	Lado B	Artistas como Wagner Moura e Camila Pitanga saem em defesa dos índios de MS

23/12/2013	15h59	Interior	Justiça manda índios retornarem a 10% de fazenda invadida em Japorã
24/12/2013	9h	Interior	Bloqueados R\$ 20 milhões para indenizar proprietários de área indígena
25/12/2013	12h04	Interior	MPF consegue bloquear R\$ 20 mi para indenizar fazendeiros
27/12/2013	9h38	Cidades	Para Fábio Trad, ação do MPF comprova solução pacífica para conflito no campo
23/1/2014	11h24	Interior	Índios Guarani-Kaiowá invadem mais uma fazenda em Japorã
1º/02/2014	9h33	Rural	Fazendas continuam invadidas e produtor rural reclama de calmaria em Japorã

FONTE: Elaborado pelo autor (2017).

4.1.2 Análise estrutural

A análise estrutural do Campo Grande News foi realizada conforme as três etapas do modelo sistêmico de narrativas do jornalismo digital, proposto por Bertocchi (2013), e, também, foi verificada a presença das características do ciberjornalismo, conforme descrito na metodologia.

4.1.2.1 Antenarração dos dados e metadados

O Campo Grande News não permitiu a visita à sua redação para conhecer o sistema de gerenciamento de conteúdo do cibermeio. Em resposta por *e-mail*, o gerente administrativo da empresa, Samuel Echeverria, informou que “por se tratar de um sistema próprio e por questões de segurança, não autorizamos a visita para conhecer o nosso sistema”. Foram, então, encaminhados os seguintes questionamentos sobre o sistema:

“- Como funciona a escolha das matérias do ‘Saiba Mais’? Automatizadas? Quais critérios o sistema busca?

- Vocês possuem alguma rotina para categorizar os conteúdos, para melhor responder os sistemas automatizados do *site*? Que tipo de categorização de conteúdo fazem (*tagging*, palavras-chave, editoria)?

- O sistema permite inserir materiais multimídia e/ou interativos, como infográficos interativos, mapas, entre outros?

- Existe uma preocupação em reaproveitar os conteúdos relacionados às matérias (por exemplo, sugerir outras notícias já veiculadas sobre o mesmo assunto)?”

Samuel Echeverria informou que a empresa não passa informações sobre o sistema. Sendo assim, esta parte da pesquisa ficou comprometida devido ao impedimento realizado pelo cibermeio.

4.1.2.2 Formatos no ecrã

A análise que se segue foi feita com base na comparação entre a navegação do cibermeio em dois formatos distintos de tela: *desktop* e *mobile* (celular). A avaliação do sítio *web* na tela *desktop* foi realizada no navegador *Google Chrome*, da empresa Google, versão 56.0.2924.87, em *notebook* da marca Dell, modelo XPS L502x, com o sistema operacional *Windows 10*. A ponderação da navegação *mobile* foi feita em celular da marca *Apple*, modelo *Iphone 5s* 16gb, no aplicativo do navegador Safari, da empresa da marca do celular. A navegabilidade pelo aplicativo próprio do cibermeio foi averiguada no mesmo celular.

A navegação pelo formato *desktop* demonstrou uma interface simples, com boa usabilidade e sem recursos de personalização de conteúdo. O *layout* divide o conteúdo em seções, de modo que o início da página expõe os destaques em dois formatos: um em um *scroll* horizontal, com fotos e títulos; e, ao lado, uma lista com cinco destaques, apresentados pelo chapéu e título da matéria. Dos destaques do *scroll* e da lista, um sempre é relacionado a um informe publicitário, na seção “Lado B”.

Figura 6 – Página inicial do Campo Grande News na versão *desktop*

The screenshot shows the desktop version of the Campo Grande News website. At the top, there are several banners and navigation menus. The main content area is divided into sections for news, advertisements, and social media links. The news section features a large image of a man speaking to a crowd, with a caption below it. To the right of this image are several smaller news items, each with a title and a brief description. There are also several advertisements, including one for 'AGUAS GUARIROBA CAMPO GRANDE BEM TRATADA', one for 'Continental', one for 'PALA PNEUS' with contact information 'Rua Ceará, 1432' and '67 3253-1020', and one for a red car labeled 'SHOW DEOPERTAS'.

FONTE: *Print screen* da tela do Campo Grande News, acessado em 17 fev. 2017.

A navegação do cibermeio pelo celular demonstrou uma interface *mobile* e não responsiva. O sítio *web* apresenta uma estrutura reduzida da versão *desktop*. Assim, os destaques são apresentados em um formato de *scroll* horizontal, com exposição da foto e do título das matérias, separado por seções (destaques, Lado B, notícias recentes, etc.). No fim da página, encontra-se a opção de visualização na “versão tradicional”, ou seja, no modelo *desktop* do cibermeio.

Figura 7 – Página inicial do Campo Grande News na versão *mobile*

FONTE: *Print screen* da versão *mobile* do Campo Grande News, acessado em 17 fev. 2017.

O aplicativo do Campo Grande News não traz recurso diferente da versão *mobile*; é, basicamente, a mesma versão, porém, com botões de compartilhamento de conteúdo para os outros aplicativos do celular, botão de atualização, de retorno à página inicial e de avançar e voltar, conforme a navegação do usuário.

Figura 8 – Página inicial do Campo Grande News acessada pelo aplicativo para IOs



FONTE: *Print screen* do aplicativo do Campo Grande News, acessado em 17 fev. 2017.

Tanto na versão *desktop* como na versão *mobile* (sítio *web* móvel e aplicativo), as interfaces do Campo Grande News demonstraram pouco aproveitamento da experiência narrativa que as mídias digitais permitem ofertar ao usuário, como o uso de mapas, infográficos interativos ou reportagens multimídia. Nesse sentido, a experiência narrativa não trouxe o conteúdo digital em uma perspectiva aberta e em fluxo com o sistema, mas sim um produto fechado e com características de um impresso. Nesse sentido, esvaziaram-se as possibilidades de uma interação narrativa complexa e interligada com as características ubíqua, multimidiática e interacional que o ciberespaço possibilita.

Por estar atrelada ao *design* da versão *desktop*, a plataforma *mobile* não explora as possibilidades do formato. Embora permita o compartilhamento com as redes sociais, a versão *mobile* demonstrou limitações em recursos básicos, como o sistema de busca, que é inexistente nessa plataforma. Além disso, o modelo de sítio

web em uma plataforma *touch* não demonstrou diferenças se comparado com o modelo da tela *desktop*.

Em relação ao aplicativo, pode-se dizer que ele apenas oferece acesso ao sítio *web mobile* do Campo Grande News. Por isso, observa-se uma ausência de utilização de recursos que poderiam trazer uma experiência mais profunda para o usuário, como o uso da customização do conteúdo (como conteúdos por geolocalização ou por escolha de editorias), ubiquidade (aviso de atualizações ou ferramentas para envio de conteúdo pelos internautas) ou notificações por *push*²⁷. Em relação à navegabilidade, o aplicativo não demonstrou um *layout* que se preocupasse com as possibilidades dos movimentos horizontais para a rolagem entre temas da publicação, como encontrado em diversos outros aplicativos de cibermeios jornalísticos²⁸. Também não é possível ler as notícias com o dispositivo móvel na posição horizontal.

4.1.2.3 Características do ciberjornalismo

Nesta etapa, observou-se o uso das características do ciberjornalismo descritas no primeiro capítulo. Antes de iniciar, é importante discutir a estrutura do cibermeio para melhor compreender a sua arquitetura. Para isso, será apresentada, a seguir, a pesquisa de Fortuna (2014), que verificou as características do ciberjornalismo no Campo Grande News, com algumas atualizações dos dados:

- Interatividade: o portal oferece canais de comunicação com o leitor, como o “Fale Conosco”, espaço para comentários (necessita cadastro no cibermeio), *e-mails*, telefones, enquete, possibilidade de reportar erros nas notícias e o canal “Repórter News” (agora intitulado “Direto das Ruas”), que permite ao usuário o envio de informações (texto, fotos e vídeos) para a redação (FORTUNA, 2014, p. 89). Atualmente, o cibermeio também possibilita o envio de conteúdo pelo aplicativo *WhatsApp*.
- Memória: é acessado pelo sistema de busca do *site* por meio de palavras-chave, período cronológico ou editorias/seções (FORTUNA, 2014, p. 95). As

²⁷ São notificações que aparecem automaticamente na tela do dispositivo móvel, sem um estímulo do usuário.

²⁸ Pode ser encontrado nos aplicativos para IOs, por exemplo, da Folha de São Paulo, *The Guardian* e *NY Times*.

seções “Veja Mais”, “Saiba mais sobre” e “Últimas Notícias” também expõem alguns conteúdos contidos na base de dados do portal.

- **Multimedialidade:** apresenta recursos multimídias como fotografias, galeria de imagens, vídeos e galeria de vídeos, além de gráficos e mapas estáticos (FORTUNA, 2014, p. 98). Recentemente, foi inserido o canal “TV News”, que oferece produções jornalísticas audiovisuais.
- **Hipertextualidade:** presença na lista de matérias relacionadas (“Veja Mais” e “Saiba mais sobre”), “Últimas Notícias”, menu superior, informes publicitários, expedientes, etc. Não possui *tags* e sua política hipertextual é restrita aos conteúdos internos.
- **Personalização/Customização de conteúdo:** não há recursos para aumentar ou modificar a fonte nem a sua cor. Também não possui ferramentas para personificar a notícia ou a editoria.

As características supracitadas servirão, neste estudo, para melhor compreender como o Campo Grande News explora as possibilidades do ciberjornalismo em sua interface para, assim, ter maior conhecimento sobre o ambiente em que as notícias foram inseridas.

É importante evidenciar que os resultados a seguir foram obtidos por meio da análise do conteúdo das notícias e não na estrutura do cibermeio supracitada.

a) Multimedialidade

A análise toma como referência o conceito de Salaverría (2014) para determinar se um conteúdo é ou não multimídia, que designa a presença de no mínimo dois tipos de linguagem (texto, foto, gráficos, vídeos, animação digital ou áudio) em uma mensagem. No período de análise, foram encontrados três tipos de linguagem: texto, imagem e vídeo. A Tabela 1 apresenta os resultados.

Tabela 1 – Recursos multimídias nas notícias do Campo Grande News sobre a retomada em Yvy Katu, entre 14/10/2013 e 1º/2/2014

Tipo de linguagem multimídia	Nº de aparições	Porcentagem (%)
Somente texto	17	44,7
Texto e uma foto	17	44,7
Texto e duas ou mais fotos	3	8
Texto, foto e vídeo	1	2,6

FONTE: Elaborada pelo autor (2017).

Como observado, o cibermeio utilizou-se de uma linguagem multimídia em 55,3% das notícias sobre o caso. Chama atenção a quantidade de notícias nas quais foi utilizado apenas texto (44,7%). Ainda, evidencia-se a pouca utilização de recursos que vão além das mídias impressas, pois 52,7% utilizaram textos e fotos e, entre estes, apenas três (8%) apresentaram mais de uma foto em seu conteúdo. Além disso, o recurso vídeo foi encontrado em apenas uma das matérias e este não decorre de produção própria, mas sim de replicação de conteúdo do projeto “Vídeo nas Aldeias”²⁹. Portanto, o Campo Grande News demonstrou pouco conteúdo multimídia nas notícias sobre o caso de Japorã.

b) Interatividade

O processo de interação do usuário com as notícias do Campo Grande News pode ser realizado pelo espaço de comentários ao final de cada página. A Tabela 2, a seguir, traz a relação do número de comentários encontrados nas notícias.

Tabela 2 – Comentários nas notícias do Campo Grande News sobre a retomada em *Yvy Katu*, entre 14/10/2013 e 1º/2/2014

Número de comentários por notícia	Quantidade	Porcentagem (%)
Sem comentários	10	25
Entre 1 e 10	25	62,5
Entre 11 e 20	3	7,5
Acima de 21	2	5

FONTE: Elaborada pelo autor (2017).

O maior número de comentários ocorreu na matéria “Após 4 ordens de despejo, índios anunciam ‘morte coletiva’ em Japorã”³⁰, que registrou, até o dia 10/11/2016, 95 comentários. Entre as notícias analisadas, não foram encontrados conteúdos enviados pelos leitores, como foto, vídeo, textos, etc.

c) Hipertextualidade

As notícias divulgadas sobre o conflito não apresentaram a utilização de hipertextos em sua estrutura em uma perspectiva que ampliasse o conteúdo.

²⁹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Lfiufl6lCMw&feature=youtu.be>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

³⁰ Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/cidades/grupo-alemao-investe-rs-300-milhoes-e-pode-criar-polo-moveleiro-em-ms>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

O cibermeio possui um sistema de inserção de *hiperlinks* automatizado em palavras-chave do texto. As palavras são, geralmente, relacionadas a pessoas públicas, em sua maioria políticos (governadores, prefeitos, senadores etc.), e termos abrangentes, como “saúde”, “educação” e “eleições”. Assim, o próprio sistema de gerenciamento de conteúdo cria hipertextos em palavras e os conecta à outra parte do portal que traz sua definição. No entanto, este sistema não possui efetividade relevante, pois fornece, em sua maioria, conteúdos que não contribuem para a contextualização das matérias ou, ainda, traz definições inadequadas do termo marcado. Como exemplo, o *hiperlink* da palavra “vereadores”, encontrada na matéria “Paulo Pedra diz que índios e produtores são igualmente brasileiros”³¹, remete à definição de “Eleições 2016”³².

O *sítio web* oferece três espaços na estrutura das notícias que trazem *hiperlinks* de outros conteúdos já produzidos pelo mesmo: “Saiba mais sobre”, “Veja mais” e “Últimas notícias”. As duas primeiras trazem conteúdos relacionados à matéria, mas seus resultados são insuficientes para uma maior contextualização do conteúdo, em sua maioria, relacionados somente à editoria na qual a notícia está inserida. Como a pesquisa não teve acesso ao sistema de publicação, não se sabe como ocorrem essas escolhas, se automaticamente ou pelo jornalista. “Últimas notícias” apresenta a relação de matérias em ordem cronológica, isto é, de acordo com a data e horário em que foram inseridas.

Portanto, embora se utilizem recursos hipertextuais, pode-se afirmar que os mesmos não trouxeram conteúdos que ampliassem ou otimizassem a contextualização do fato.

d) Memória

Sobre a utilização da memória na construção das notícias, foram encontradas fotos já usadas em outras matérias e conteúdo de outras publicações do *sítio web* nas seções “Saiba mais sobre” e “Veja Mais”.

Das 38 notícias, cinco apresentaram reutilização de fotos. Em relação ao aproveitamento das matérias já publicadas, as seções “Saiba mais sobre” e “Veja

³¹ Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/politica/paulo-pedra-diz-que-indios-e-produtores-sao-igualmente-brasileiros>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

³² Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/eleicoes-2016>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

Mais” não apresentaram matérias relacionadas à notícia acessada. Em vez da utilização do banco de dados para remeter às notícias anteriores, o Campo Grande News utilizou resumos, ao final de algumas notícias, para contextualizar o ocorrido.

e) Instantaneidade

A instantaneidade pôde ser averiguada em resumos presentes no final das notícias analisadas. A prática contextualizou as matérias por atualizar os dados ocorridos, como o aumento das fazendas ocupadas, contextualização das decisões judiciais sobre os casos e as consequências da carta que indicava a permanência dos indígenas na área retomada.

f) Customização de conteúdo

Não foram encontrados elementos significativos da característica de customização de conteúdo, pois, embora o cibermeio permita a navegação por editoriais, o sítio *web* não possibilita modificação de fonte ou cor, conforme citado anteriormente no trabalho de Fortuna (2014).

4.1.2.4 Considerações sobre os resultados da análise estrutural

Em relação à navegação em múltiplas telas, observou-se o não aproveitamento dos recursos das mídias móveis, o que acarretou um *design* voltado apenas para a redução do uso de dados e para a adaptação do formato para a leitura em telas menores.

O ciberjornalismo aplicado pelo Campo Grande News demonstrou pouca exploração de recursos digitais para a apresentação do conteúdo sobre a retomada do território indígena *Yvy Katu*, em Japorã. Houve pouco aproveitamento das características do ciberjornalismo, o que demonstra uma visão de segunda geração de conteúdo ciberjornalístico, conforme a descrição de Mielniczuk (2003) e Schwingel (2008; 2012).

Além disso, o cibermeio demonstrou pouca utilização de recursos simples das mídias digitais, como os conteúdos multimídia ou uso de *hiperlinks*. Por isso, o cibermeio apresentou pouco aproveitamento de conteúdos de sua base de dados.

Portanto, as notícias do Campo Grande News sobre o fato demonstraram uma narrativa fechada, não atrelada a uma perspectiva aberta e de fluxo, que limitou a experiência do usuário com o conteúdo.

4.1.3 Análise do conteúdo

4.1.3.1 Análise dos títulos das notícias

Os títulos das matérias foram analisados em busca de melhor compreensão da semântica criada em torno das notícias. A análise teve como intuito expor o sentido criado na articulação entre os sujeitos enunciados e as ações (verbos) interligadas a esse. Foram demonstradas as seguintes ligações:

Quadro 5 – Relação dos sujeitos e suas ações nos títulos das notícias do Campo Grande News sobre a retomada em *Yvy Katu*, entre 14/10/2013 e 1º/2/2014

Sujeito	Ação
Indígena	Ampliam invasão; mantêm trabalhador refém; invadem mais duas propriedades; invadem mais 12 fazendas; criam novo foco de tensão; invadem mais 2 fazendas; invadem mais uma fazenda; mobilizam 900 “soldados” e só deixam fazendas mortas; ateiaram fogo em uma delas; invadem mais duas fazendas; anunciam “morte coletiva”; inibem desenvolvimento; afastam indústrias; invadem mais uma fazenda.
Produtor, proprietário rural e entidade de classe ruralista (Famasul)	Querem Polícia Federal para retirar gado; se sentem ameaçados; denunciam roubo de gado; acampam em ponte contra invasões; esperam que indígenas respeitem lei; prometem grandes manifestações; reunida [...] contra invasões; vão fazer leilão para contratar seguranças contra invasão; pedem manifestações da justiça; protestam contra invasões; esperam saída de índios de 3 fazendas; reclamam de calmaria.
Justiça (termo utilizado genericamente nos títulos)	Determina que índios saiam de fazenda invadida; manda índios desocuparem Fazenda São Jorge; manda índios retornarem a 10% de fazenda invadida.
Ministério Público Federal (MPF)	Pede demarcação e bloqueio para indenizar donos de área; consegue bloquear 20 mi para indenizar fazendeiros.
Tribunal Regional Federal (TRF)	Suspende reintegração após anúncio de “morte coletiva”.
Entidades (que defendem os direitos indígenas)	Querem acompanhar reintegração de posse.
Igreja	Cobra demarcação de áreas indígenas.
Políticos (senadores, prefeitos, deputados)	Exige ações da União para evitar conflitos indígenas. (Prefeito de Japorã); Afirma que invasões são terroristas e demonstram preconceito com produtor (Senadora Kátia Abreu); (diz que) ação do MPF comprova solução pacífica para

	conflito no campo (deputado federal Fábio Trad); diz que índios e produtores são igualmente brasileiros (vereador Paulo Pedra).
--	---

FONTE: Elaborado pelo autor (2017).

Os títulos apresentam os indígenas em atos violentos que prejudicam o desenvolvimento econômico do estado, como “ampliam invasão”, “mantêm trabalhador refém”, “invadem mais duas propriedades”, “criam novo foco de tensão”, entre outros. O termo mais utilizado foi “invasão”, palavra que possui, em seu sentido, o julgamento do sujeito errante do fato, pois se origina de um ato violento que infringe a lei da propriedade privada e que denota um valor negativo perante a opinião pública. Assim, ao utilizar-se do termo invasão, o jornal compara os indígenas a qualquer sujeito invasor, fato que equipara suas atitudes a atos de vandalismo e rebeldia. Esta interpretação não possibilita a visão da ação como um ato político de reivindicação ao direito à terra, à melhor qualidade de vida ou como demonstração de indignação perante a morosidade das demarcações de terra.

Outra perspectiva encontrada foi a construção semântica de uma preparação dos índios para uma guerra, como pode ser vista no título da matéria “Índios mobilizam 900 ‘soldados’ e só deixam fazendas mortas”. No título, o termo “soldado” traz esse sentido de guerra, de formação de milícia. Esta evidência coloca em questão o porquê de o “Leilão da Resistência”, ato que instituiu arrecadação de verbas para contratar grupos de segurança contra as ocupações de terra indígena, também não ter sido tratado como uma formação de milícia ou de reunião de “soldados”, já que ambos possuem o mesmo propósito: proteger os direitos pela terra.

Ambas as abordagens supracitadas retiram dos indígenas a sua lógica de direito à terra. Para Cavalcante (2013, p. 304), este fator está ligado à imagem do indígena como inferior à raça não índia:

O direito à terra lhes é contestado ora porque são primitivos e porque não irão explorá-la economicamente nos padrões ocidentais, ora porque já são civilizados (usam roupas ocidentais, têm telefones celulares, etc.) e, portanto, não mais índios, estariam assim excluídos dos direitos garantidos pela Constituição de 1988.

Nessa lógica, não existe respaldo para as suas reivindicações, pois seu conhecimento torna-se inexistente e inferior à cultura dos não índios.

O termo “morte coletiva” foi utilizado para designar o ato de contrariar as ordens judiciais de despejo e demonstrar a permanência dos indígenas em suas terras. Nas três vezes em que o termo aparece, ele foi registrado entre aspas, o que

abre margens para algumas interpretações: a) a morte coletiva é um termo utilizado pelos indígenas e não criado pelo jornal; b) a morte coletiva é uma declaração de suicídio coletivo; c) ou a morte coletiva é uma estratégia para tentar coagir a população em favor dos indígenas. Devido a esta característica, o termo pode causar ruídos na comunicação e, assim, pode ser interpretado tanto como descaso do jornal frente ao anúncio, como se o ato fosse apenas falácias dos indígenas para conseguir apoio social, ou como realmente uma declaração de suicídio, o que também não é verdade, já que a carta apresenta uma declaração de resistência no território.

É importante lembrar que os suicídios dos *Kaiowá* e Guarani foram foco de discussão em decorrência do seu elevado número de casos. Além disso, a morte coletiva remete ao caso de 2012 da comunidade *Kaiowá* e Guarani *Pyelito Kue*, situada na cidade de Iguatemi, em que, após a ordem de despejo, a comunidade publicou uma carta que citava a morte coletiva (e não suicídio coletivo), que gerou repercussão nas mídias nacionais e internacionais. Sendo assim, toda a semântica sobre o tema de suicídio indígena traz pré-conceitos que interferem na interpretação da notícia.

Em relação à abordagem sobre os proprietários e produtores rurais, o cibermeio demonstra em seus títulos a indignação da classe e a cobrança para que as autoridades tomem providências para a desapropriação dos locais. Por isso, os títulos apresentaram as ocupações de maneira negativa, como atos selvagens, ilegais e desumanos. Assim, o cibermeio utilizou-se, principalmente, de termos para desmerecer as ocupações por meio de acusações sobre as atitudes dos indígenas, como denúncias de roubos de gado, de intimidação, de desrespeito às autoridades. Além disso, empregou as declarações de deputados, senadores e dos representantes da Famasul para demonstrar as ocupações como um ato terrorista, sem sentido e como principal causa para o afastamento de empresas do estado.

Sobre os sujeitos Justiça³³, Ministério Público Federal e Tribunal Regional Federal, os títulos trouxeram as decisões de despejo, bloqueio para indenizar os fazendeiros e a revogação do pedido de desocupação, respectivamente.

4.1.3.2 Análise da descrição dos indígenas pelo Campo Grande News

³³ Termo utilizado de maneira genérica nos títulos.

Esta categoria teve como intuito averiguar termos e sentenças nas notícias que demonstram os povos indígenas em uma perspectiva negativa e estereotipada. Buscaram-se, então, elementos linguísticos que trouxessem juízo de valor ao representar as atitudes dos povos indígenas *Kaiowá* e Guarani nas notícias analisadas.

Pesquisou-se quais as fontes utilizadas na construção das notícias. A Tabela 3 apresenta o resultado.

Tabela 3 – Fontes apuradas para descrever os fatos nas notícias do Campo Grande News sobre a retomada em *Yvy Katu*, entre 14/10/2013 e 1º/2/2014

Tipo de fonte	Número de aparições	Porcentagem (%)
Proprietário ou produtor rural	15	31,2
Representantes de proprietário ou produtor rural (Famasul, sindicato rural, Acrisul, advogados)	16	33,3
Autoridades (prefeito, senadores, bispos, vereadores, deputado federal)	7	14,6
Indígenas	2	4,2
Representantes de indígenas (advogado, entidades)	1	2,1
Decisões judiciais (do Ministério Público Federal, Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Conselho Nacional de Justiça)	5	10,4
Outros (carta da <i>Aty Guasu</i> e vídeo do projeto “Vídeo nas Aldeias”)	2	4,2

FONTE: Elaborada pelo autor (2017).

Como pode ser visto, o cibermeio utilizou duas fontes ligadas aos indígenas para descrever os acontecimentos, o que proporcionou uma parcialidade nas notícias. Durante o período das ocupações, entre os dias 14 e 27 de outubro, todas as notícias foram elaboradas por meio de relatos de produtores rurais, autoridades e decisões judiciais. A voz do indígena só foi ouvida após a publicação da carta da *Aty Guasu*, sobre a resistência até a morte devido à decisão jurídica de desocupação das terras ocupadas.

O que ficou evidente foi que as atitudes violentas dos indígenas foram descritas por produtores rurais, entidades de classe que representam os ruralistas e proprietários de terras ocupadas. Ainda, os dados não foram confirmados por outras fontes, ou seja, o conteúdo das matérias não trouxe perspectivas de pessoas ou dados de documentos que confirmassem as versões dos ruralistas, o que demonstrou uma parcialidade ou descaso do cibermeio para analisar o caso. Sendo assim, a ausência dos indígenas impediu a polifonia do discurso proposta por

Bakhtin (2008), o que evita a dialogia entre os saberes e obstrui a emancipação da imagem estereotipada do indígena sul-mato-grossense.

Sobre a caracterização do indígena, a análise buscou evidenciar as atitudes dos indígenas na retomada. A maioria das notícias utilizou-se de fontes ligadas aos ruralistas para descrever o fato. O Quadro 6 apresenta os principais termos encontrados.

Quadro 6 – Termos relacionados ao indígena nas notícias do Campo Grande News sobre a retomada
Em *Yvy Katu*, entre 14/10/2013 e 1º/2/2014

Trechos sobre as atitudes dos indígenas
Invadiram propriedades; Ameaçam matar o gado; Utilização de foices, facões, arcos e flechas; Expulsaram os proprietários; Atearam fogo; Destruíram móveis e objetos; Bateram em duas crianças; Colocaram fogo na casa; Agressões verbais; Agindo de forma muito violenta; Armados com arco, flecha e foice; Causando destruição e gerando medo; Mataram gado; Quebram cercas e fazem ameaças; Entram gritando como animais; Costume de jogar pedras nos veículos; Constantes ameaças, furtos e intimidação; Dão tiro, carneiam e levam meus animais; Agindo com técnicas de guerrilha, armados, com facões e flechas; Tinham matado 21 animais e sumiram com outros 24.

FONTE: Elaborado pelo autor (2017).

Percebeu-se a utilização de relatos dos ruralistas na intenção de desqualificar as retomadas. Para isso, utilizou-se de uma visão do índio como selvagem e violento. Não foram encontrados relatos de indígenas sobre a atitude dos proprietários rurais durante as ocupações, apenas uma citação de resistência feita pelo indígena Roberto Guarani³⁴. Sendo assim, novamente, a não presença do indígena nos relatos sobre seus atos demonstra uma visão unilateral, que

³⁴ As falas do indígena Roberto Guarani utilizadas na matéria foram: “A ordem é resistir até a morte”; “A juíza determinou o uso de força policial e oito agentes da Polícia Federal foram até a área”; “não ter nada a ver com a fundação e que vieram até a área cumprir decisão judicial”; “O problema é que eles apontaram armas a parentes nossos e nos ameaçaram”; “Estamos um em cima do outro em 1,6 mil hectares e, a cada ano, nascem mais 200. Se tivéssemos dinheiro iríamos construir prédios”; “Não temos armas, a nossa defesa é coragem, a crença, o arco e a flecha”. CAMPO GRANDE NEWS, **Índios mobilizam 900 “soldados” e só deixam fazendas mortas. 2013**. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/cidades/indios-mobilizam-900-soldados-e-so-deixam-fazendas-mortas>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

transforma o saber indígena em um pensamento abissal, como descrito por Santos (2007).

4.1.3.3 Contextualização

Outro fator avaliado foi a presença de contextualização histórica e/ou cultural no corpo das notícias analisadas. O resultado encontra-se na Tabela 4.

Tabela 4 – Presença de contextualização histórica e cultural nas notícias do Campo Grande News sobre a retomada em *Yvy Katu*, entre 14/10/2013 e 1º/2/2014

Tipo de contextualização	Número de aparições	Porcentagem (%)
Histórica	7	18,4
Cultural	0	0

FONTE: Elaborada pelo autor (2017).

O resultado expõe a ausência dos contextos histórico e cultural que o ato da retomada engloba. Deste modo, as notícias falham na apuração dos fatos e limitam a sua compreensão, o que abre brechas para julgamentos com base no senso comum. Assim, a ausência do processo histórico contribui para o reforço do preconceito sobre os povos indígenas por não trazer à discussão os desrespeitos vivenciados por estas sociedades no decorrer da colonização do estado, como exposto no Capítulo 2.

Tal ato pode ser compreendido pelo padrão da ocultação descrito por Abramo (2016), que consiste em contextualizar um acontecimento pela apresentação de uma realidade incompleta, que impede o entendimento real dos fatos e induz o leitor a observar o fato de maneira unilateral.

4.1.3.4 A narrativa do Campo Grande News sobre o caso

Nesta categoria, analisou-se a narrativa do Campo Grande News no entendimento obtido de todas as 38 notícias relacionadas ao fato. Para isso, foi feito um resumo com base nas notícias analisadas, o que possibilitou a realização de inferências sobre a abordagem de toda a cobertura feita pelo cibermeio.

a) Resumo da cobertura jornalística do Campo Grande News

Na madrugada do dia 14 de outubro de 2013, índios da etnia *Kaiowá* e Guarani, residentes na reserva indígena de Porto Lindo, na cidade de Japorã, sul do estado de Mato Grosso do Sul, ampliaram a ocupação da Fazenda São Jorge, vizinha da reserva, de 168 para 370 hectares. De acordo com os produtores rurais das áreas ocupadas, os indígenas mantiveram o trabalhador rural Irineu Fernandes como refém e ameaçaram matar o gado da fazenda. O ato feriu o acordo firmado com o Conselho Nacional de Justiça, que previa a cessão das ocupações até que a demarcação de terras ocorresse.

No dia 25 do mesmo mês, mais duas propriedades foram ocupadas e, no dia 26, o número aumentou para 12. No dia 27, outras duas fazendas foram ocupadas, o que totalizou uma área que englobava 14 propriedades rurais. De acordo com os proprietários, os indígenas entraram na fazenda “fortemente armados” com arcos, flechas e facões, além de quebrarem objetos, matarem animais das propriedades e agredirem um adolescente de 15 anos. Entretanto, não foram apresentadas provas, documentos ou fontes oficiais sobre o ocorrido, apenas relatos dos proprietários.

Com receio, os proprietários deixaram os locais e solicitaram à polícia federal uma intervenção para remover o gado da região. Para eles, os indígenas possivelmente irão matar os animais ou vendê-los, o que acarretaria prejuízo. Com o auxílio da polícia federal, alguns animais foram recuperados.

Indignados com a situação e com o descaso do governo federal, produtores rurais e entidades de classe que os representam fizeram protestos para que o governo tome atitude frente às constantes ocupações realizadas. Para isso, organizaram, via rede social (*Facebook*), o ato “Confisco Não”, ocorrido entre os dias 30 de outubro e 3 de novembro, que resultou no acampamento dos fazendeiros na ponte da MS-386, que liga a cidade de Iguatemi a Japorã. Nesta ocasião, também estiveram presentes os deputados estaduais da bancada ruralista, Lídio Lopes (PEN), Márcio Monteiro (PMDB) e Zé Teixeira (DEM), representante da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul). Além desse protesto, os produtores rurais também organizaram um leilão intitulado “Leilão da Resistência”, evento para o qual proprietários rurais doaram gado para arrecadar dinheiro em busca de investimentos em ações que ampliassem a segurança dos locais e inibissem as ocupações. Dentre os participantes, destaca-se a então senadora Kátia Abreu (PMDB), que condenou publicamente as ocupações indígenas ocorridas no estado de Mato Grosso do Sul.

Este segundo protesto foi motivo de discussão na sociedade devido ao ato ter se caracterizado como uma formação de milícia contra os indígenas. Por isso, o assunto foi amplamente discutido na câmara dos vereadores e dos deputados estaduais. Mesmo com as críticas de entidades, o leilão ocorreu.

Em 12 de dezembro de 2013, quatro ordens da Justiça Federal de Naviraí exigiram que os indígenas desocupassem as propriedades. Este ato fez com que os povos indígenas apresentassem uma carta de “morte coletiva”, na qual os indígenas afirmavam que só sairiam dessas terras mortos, e que se a Justiça liberasse tal intervenção, demonstraria coação para a morte de todos os Guarani daquela região. Para os ruralistas, os indígenas utilizam desse discurso de morte coletiva com intuito de chamar a atenção da população para permanecerem no local. Com a repercussão da carta, o presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª região suspendeu, em 17 de dezembro de 2013, a liminar de reintegração de posse. Outro fato que auxiliou para apaziguar os conflitos foi a conquista pelo Ministério Público Federal do bloqueio de R\$ 20 milhões da União para o pagamento das indenizações aos donos das fazendas ocupadas.

Em 20 de janeiro de 2014, mais uma propriedade foi ocupada, mas nessa ocasião não ocorreram protestos, pois o proprietário já estava conformado com a comprovação da terra indígena pelo Governo Federal e, por isso, apenas aguardava a indenização do Estado.

b) Inferências sobre a cobertura do Campo Grande News

Ao observar a narrativa do Campo Grande News, o que fica evidente é seu foco nas reações dos proprietários de terra sobre as ocupações indígenas. Não foram encontrados trechos onde a realidade dos indígenas era posta em evidência ou partes com diálogos feitos com os indígenas. Por isso, a narrativa apresenta o fato em uma perspectiva unilateral, com os posicionamentos apenas dos ruralistas. Isto é claro ao analisar a ausência do indígena em quase todas as matérias.

A principal evidência da narrativa encontra-se na representação do indígena como violento. Diversos trechos demonstram atitudes de vandalismo e ameaças durante as ocupações. Em alguns casos, os proprietários rurais expõem suposições de destruições de propriedades ou matanças de animais da fazenda. No entanto, todos os discursos encontrados não apresentaram provas sobre os fatos.

Além disso, não foram encontradas partes do relato em que os dizeres são dos *Kaiowá* e Guarani de Japorã. Assim, não se sabe o que os indígenas pensavam sobre os protestos dos fazendeiros, sobre o Leilão da Resistência, muito menos sobre as acusações de violência relatadas pelos produtores rurais. Somado a isso, não se encontram trechos, documentos, fotos ou relatos de pessoas que não fossem ligadas aos ruralistas sobre tais atitudes, o que demonstra uma lacuna na apuração dos fatos que coloca em dúvida a sua veracidade.

Portanto, pode-se dizer que não houve na cobertura um posicionamento imparcial ou aberto ao diálogo entre os envolvidos. Todos os fatos foram narrados com base em relatos de produtores rurais e o indígena foi mantido longe da discussão. Assim, a narrativa do cibermeio não trouxe a oportunidade de um diálogo mais pluralista e que auxiliasse na compreensão dos acontecimentos em outras perspectivas.

4.2 O Progresso

Fundado em 21 de abril de 1951, o jornal O Progresso foi criado na cidade de Dourados no período da criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) pelo governo federal (ALÉM, 2011, p. 41-42). O diretor e fundador do jornal, Weimar Gonçalves Torres, nomeou o periódico com o mesmo nome do extinto jornal da cidade de Ponta Porã, de propriedade de José dos Passos Rangel Torres, o pai de Weimar Torres. O nome do jornal, de acordo com Além (2011, p. 42), remete a um discurso realizado pelo jornal para apresentar o “futuro radiante” que a cidade viveria após a criação da CAND. “Havia a tentativa de materializar um imaginário no qual Dourados era vislumbrada como uma espécie de Nova Canaã, o El Dorado, capaz de dar dias melhores a todos que nela se encontrassem e para ela viessem” (ALÉM, 2011, p. 42).

De acordo com Schwengber (2005, p. 49), os interesses do fundador do jornal baseavam-se em interesses políticos, e não financeiros ou jornalísticos, pois este era militante do Partido Social Democrático (PSD).

Em decorrência dessa relação com a política, o jornal possuiu, historicamente, uma linha editorial baseada nos interesses político e social de seus fundadores. De acordo com Além (2011, p. 45-46),

O jornal foi colocado em funcionamento com auxílio financeiro da Prefeitura Municipal de Dourados no valor de 8 mil cruzeiros, votado e aprovado pela Câmara de Vereadores local [...]. Desde a fundação de O Progresso, já se estabeleceu uma ligação entre o jornal e a classe política douradense, garantindo os interesses políticos de ambas as partes.

O cibermeio foi fundado em 1997 e, de início, replicava o conteúdo do impresso de maneira integral. A partir de 2012, o sítio *web* foi reformulado e, assim, passou também a apresentar conteúdo exclusivo para a versão *web* (FRANÇA, 2014, p. 38-39). O grupo também possui o portal “Dourados Agora”, fundado em 2001, cuja proprietária, Blanche Maria Torres, é a filha de Weimar Torres, fundador, e de Adiles do Amaral, atual dona do jornal.

A redação do jornal, que abrange as editorias do impresso e do cibermeio, localiza-se em Dourados, na Av. Presidente Vargas, 447, Cep. 79804-030. De acordo com o expediente do sítio *web*, a atual diretora presidente é Adiles do Amaral, a diretora superintendente é Blanche Torres e seu editor chefe, Vander Verão.

4.2.1 Recorte do objeto de pesquisa

Foram encontradas 27 notícias relacionadas com a ocupação de *Yvy Katu*, em Japorã. As notícias abordaram os seguintes acontecimentos:

- Ocupação de todo o território indígena *Yvy Katu*, pelos *Kaiowá* e Guarani da aldeia Porto Lindo, e suas consequências;
- Protestos da classe ruralista, como a ocupação do prédio da Funai, discussão na Assembleia Legislativa e no Senado Federal sobre o ocorrido e o “Leilão da Resistência”;
- Processos judiciais de desocupação das fazendas ocupadas.

A relação das notícias veiculadas no período em análise pode ser observada no Quadro 7.

Quadro 7 – Notícias veiculadas no O Progresso sobre a retomada de *Yvy Katu*, entre 14/10/2013 e 1º/2/2014

Data	Horário	Editoria	Título da notícia
23/10/2013	7h28	Caderno A	MPF requer ocupação de terra e indenização
28/10/2013	6h44	Caderno A	Índios ocupam mais 12 fazendas em MS
30/10/2013	7h11	Caderno A	Indígenas vão resistir à desocupação de terras em MS

31/10/2013	16h10	Rural	Ruralistas culpam governo e cobram solução a conflitos
31/10/2013	16h37	Caderno A	Justiça determina tropa da PF 24h em área de conflito
6/11/2013	7h44	Caderno A	Justiça determina avaliação de terras em conflito no MS
8/11/2013	16h06	Caderno A	Senadores cobram da Funai solução para conflitos entre agricultores e índios
13/11/2013	7h45	Caderno A	Comissão da Verdade apura crimes contra índios de MS
20/11/2013	8h12	Caderno A	Produtores rurais ocupam Funai em protesto contra invasões
20/11/2013	8h53	Caderno A	Justiça manda indígenas desocuparem terras em MS
21/11/2013	8h38	Caderno A	Entidades vão ao MPF denunciar suposto leilão para formar milícias
22/11/2013	9h08	Caderno A	Conflito no campo norteia debates na Assembleia em MS
26/11/2013	8h20	Caderno A	Guarani vão resistir contra reintegração
27/11/2013	8h43	Caderno A	Aced e Faems apoiam ação em favor do produtor
29/11/2013	8h02	Caderno A	Documento sugere fim da guerra entre fazendeiros e indígenas
29/11/2013	8h04	Caderno A	Deputados falam sobre conflitos antes do 'Dia D'
5/12/2013	7h32	Caderno A	Justiça Federal suspende leilão de produtores rurais
6/12/2013	8h24	Caderno A	Produtores rurais mantêm movimento da resistência no sábado
6/12/2013	18h07	Caderno A > Polícia	Produtores e índios se preparam para conflito
9/12/2013	7h32	Caderno A	Leilão da Resistência arrecada mais de R\$ 1 milhão na Capital
9/12/2013	8h53	Caderno A	Ato a favor dos indígenas protesta contra leilão
12/12/2013	9h53	Caderno A	MS espera solução do governo sobre indígenas
16/12/2013	8h31	Caderno A > Polícia	Guarani prometem

			resistir à reintegração com morte coletiva
18/12/2013	9h18	Caderno A	Justiça suspende reintegração de posse de terras em MS
23/12/2013	9h18	Caderno A	Justiça manda PF retirar indígenas de terras em MS
27/12/2013	8h06	Caderno A	MPF consegue bloqueio de R\$ 20 milhões para indenizar proprietários
30/12/2013	8h42	Caderno A	Justiça manda reintegrar oito fazendas em MS

FONTE: Elaborado pelo autor (2017).

4.2.2 Análise estrutural

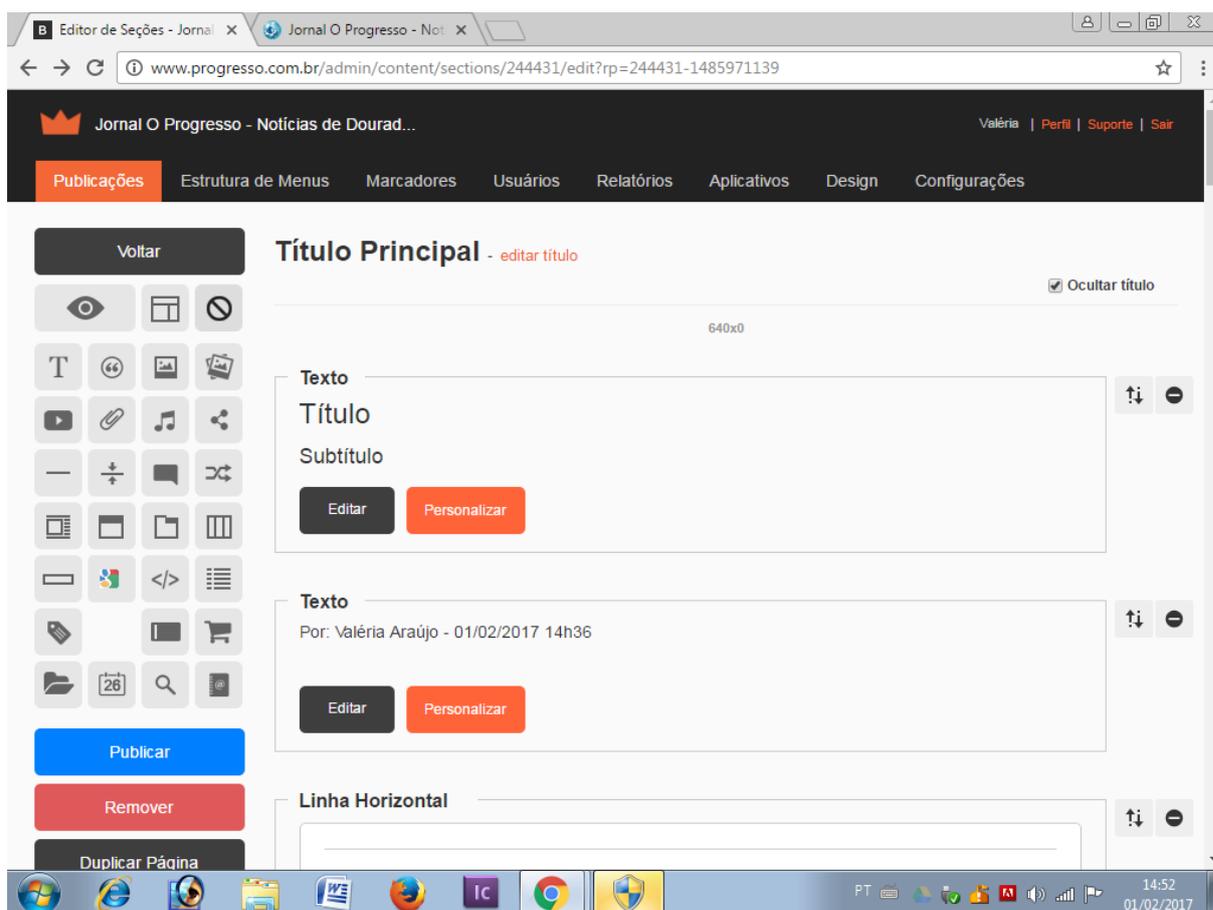
4.2.2.1 Antenarrativa dos dados

O Sistema de Gerenciamento de Conteúdo do cibermeio foi criado pela empresa Bimboo³⁵, fundada em 1999, com escritório em Dourados e Campo Grande. O acesso ao sistema foi realizado mediante visita à sede do jornal, em Dourados, onde a jornalista Valéria Araujo apresentou as ferramentas e forneceu a captura das imagens da tela.

O sistema possui módulos por meio dos quais o jornalista pode inserir diversos elementos contidos em um menu lateral. Todos os elementos são optativos e dinâmicos, o que permite a ordenação dos elementos da notícia conforme a necessidade.

³⁵ Disponível em: <<http://www.bimboo.me>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

Figura 9 – Página do sistema de gerenciamento de conteúdo do jornal O Progresso



FONTE: *Print screen* da versão *desktop*, fornecida pela jornalista do O Progresso, Valéria Araújo, em 1º de fevereiro de 2017.

Como pôde ser observado, o menu na lateral esquerda apresenta diversas opções de inserção, como título, caixa de texto, inserção de arquivos, imagens, inserção de *hiperlinks*, etc. Existe, também, a possibilidade de inserção de conteúdos em html e de outros recursos do sistema entorno, como o *YouTube*, *Facebook*, *Twitter*, entre outros.

4.2.2.2 Antenarrativa dos metadados

O sistema não possui gerenciamento de conteúdo baseado em tagueamento. A classificação do conteúdo é realizada com inserção de palavras-chaves e conforme a sua editoria. Esta classificação interfere nas notícias apresentadas na seção “Veja também”, que oferece ao leitor outras matérias da mesma editoria, em ordem cronológica de publicação.

O sistema do cibermeio possui um módulo para inserir páginas relacionadas às notícias, que são apresentadas na seção “Saiba mais”. Essa seção é opcional e sua seleção é realizada de maneira manual pelo jornalista.

Diante desses fatores, observa-se que o processo de tagueamento do jornal O Progresso não é realizado em uma perspectiva de criação que contribua para a *web* semântica.

4.2.2.3 Formatos no ecrã

Por não possuir aplicativo para dispositivos móveis, a análise foi realizada com base na navegação nas telas *desktop* e *mobile*, nos navegadores e equipamentos citados na análise anterior.

Figura 10 – Página inicial da versão *desktop* do O Progresso, com o menu lateral aberto



FONTE: *Print screen* da versão *desktop* do O Progresso, acessado em 30 mar. 2017.

A interface do cibermeio apresenta-se simples, com boa usabilidade e sem oferta de customização de conteúdo. O menu vertical encontra-se no canto esquerdo superior e é acessado ao clicar no ícone. A divisão do jornal é realizada conforme as editorias do impresso, por isso, as seções principais são denominadas como “Caderno A”, “Caderno B”, etc. As subseções possuem identificações mais claras sobre o tema tratado.

Cada seção possui uma cor que se repete no chapéu das matérias. As cores são as mesmas utilizadas na identificação dos cadernos do jornal impresso. Em todas as seções, apresentam-se três destaques em um sistema de *scroll* horizontal.

O topo do cibermeio traz três elementos: espaço para fazer a assinatura do jornal (com preço em destaque), a identificação do jornal e, ao lado, o nome e cargo de seus respectivos fundadores. Atualmente, apresenta, também, um selo de “60 anos” do jornal. Chama a atenção o número de anúncios publicitários para assinatura do jornal e classificados: na página inicial, existem, além do topo, três anúncios para assinatura e quatro para vender espaço nos classificados.

Figura 11 – Topo da página inicial do O Progresso

Impresso + Digital
4x de R\$ 60,00
Assine

O PROGRESSO
★★★★★
Dourados-MS, Quinta-feira, 30 de Março de 2017

Fundador:
Weimar Torres
Diretora:
Adiles do Amaral Torres

60 ano

MENU Classificados | Versão Digital | Anuncie Digite e pressione enter... Q

PUBLICIDADE

Impresso + Versão Digital
por apenas: 4x de R\$ 60,00 Assine Já!

MÁFIA DOS CONSIGNADOS

Sidlei Alves deve se apresentar hoje para começar cumprir pena em regime semiaberto

Ontem, o juiz da 3ª Vara Criminal, Cesar de Souza Lima, expediu o mandado de prisão contra ele e determinou que o...

PUBLICIDADE

Anuncie no melhor Jornal

Concorra a uma TV de 42 polegadas.

Ligue: 3416-2600 e fale com a Angela.

EU SOU O PROGRESSO

FONTE: *Print screen* da versão *desktop* do O Progresso, acessado em 30 mar. 2017.

Assim como o Campo Grande News, o jornal O Progresso utiliza uma plataforma *mobile* para a navegação pelo celular ou *tablet*. O *layout* segue o mesmo padrão da versão *desktop*, com navegabilidade vertical de notícias. A navegação horizontal não foi explorada. Ao contrário do Campo Grande News, a plataforma possui um sistema de busca de notícias.

Figura 12 – Versão *mobile* da página do O Progresso



Fonte: *Print screen* da versão *mobile* do O Progresso, acessado em 30 mar. 2017.

Assim, as experiências de navegação nos diferentes formatos de tela refletiram o posicionamento existente desde a criação do cibermeio: o espaço é uma versão digital do impresso. Por isso, ele apresenta-se como uma “metáfora” desse formato, fato que se reflete nos títulos e divisões das seções, no *layout* (as cores das seções também seguem o padrão do impresso) e nos textos das notícias, que, em sua maioria, são replicações dos publicados no jornal. Não foram encontrados infográficos interativos, mapas interativos ou reportagens multimídia. Diante desses fatores, observa-se que não foram utilizadas possibilidades narrativas das mídias digitais, o que ocasiona narrativas fechadas e que não exploram as possibilidades do ciberjornalismo.

4.2.2.4 Características do ciberjornalismo

a) Multimídia

Das 27 notícias publicadas, 26 possuíam texto e fotos e uma utilizou-se apenas de texto. Embora seja designada como multimídia, de acordo com a classificação de Salaverría (2014), o cibermeio não apresentou uso de linguagens além das encontradas no impresso, o que demonstra estar atrelado ao modelo convencional de produção jornalística.

b) Interatividade

Embora possua espaço para comentários, nenhuma participação foi encontrada nas matérias analisadas.

c) Hipertextualidade

O cibermeio não faz uso de hipertextos no corpo do texto para sugerir outros conteúdos às notícias. O SGC oferece a opção de inserção de sugestões de notícias relacionadas por meio da seção “Saiba mais”, que deve ser inserida manualmente pelo jornalista. Nas matérias analisadas, não foi encontrado o uso do recurso.

d) Memória

Com a ausência de hipertextos e do uso do “Saiba mais”, a memória só foi encontrada na seção “Veja mais”.

e) Instantaneidade

Assim como no Campo Grande News, a instantaneidade foi encontrada apenas em resumos elaborados no último parágrafo de algumas notícias.

f) Customização de conteúdo

O sítio *web* não traz opções de customização do conteúdo, como escolha do tamanho de fonte, ordem de leitura, etc.

4.2.2.5 Considerações sobre os resultados da análise estrutural

Por estar atrelado à versão impressa, o cibermeio do O Progresso demonstrou uma rotina jornalística baseada no modelo de sua versão impressa. O fato pode ser observado em diversos elementos:

- Divisões de seções baseados na versão impressa (Caderno A, Caderno B, etc.);
- Cores das seções identificadas conforme a versão impressa;
- Uso restrito a textos e fotos nas notícias analisadas;
- Ausência das principais características do ciberjornalismo, como hipertextualidade, memória, instantaneidade e customização de conteúdo.

Nesse sentido, pode-se dizer que o ciberjornalismo do O Progresso também se encontra atrelado ao modelo de 2ª geração, como o do Campo Grande News.

4.2.3 Análise de Conteúdo

4.2.3.1 Análise dos títulos das notícias

A observação dos títulos das notícias veiculadas no O Progresso demonstrou ações de cinco grupos (indígenas, ruralistas, justiça, Ministério Público Federal, políticos) e um grupo genérico (outros). O Quadro 8 apresenta a relação dos sujeitos e suas ações baseadas nas notícias publicadas.

Quadro 8 – Relação dos sujeitos e suas ações nos títulos das notícias do O Progresso sobre a retomada de *Yvy Katu*, entre 14/10/2013 e 1º/2/2014

Sujeito	Ação
Indígenas	Ocupam mais 12 fazendas; Vão resistir à desocupação de terra; Vão resistir contra reintegração; Se preparam para conflito; Prometem resistir à reintegração com morte coletiva;
Ruralistas	Culpam governo e cobram solução a conflitos; Ocupam Funai em protesto contra invasões; Aced e Faems apoiam ação em favor do produtor; Mantêm movimento da resistência; Se preparam para conflito; Leilão da Resistência arrecada mais de R\$ 1 milhão na Capital;
Justiça (Federal)	Determina avaliação de terras; Determina tropa da PF 24h em área de conflito; Determina avaliação de terras em conflito no MS; Manda indígenas desocuparem terras; Suspende leilão de produtores rurais; Suspende reintegração de posse de terras em MS;

	Manda PF retirar indígenas de terras em MS; Manda reintegrar oito fazendas em MS;
Ministério Público Federal (MPF)	Requer ocupação de terras e indenização; Consegue bloqueio de R\$ 20 milhões para indenizar proprietários;
Políticos	Senadores cobram da Funai solução; Comissão da verdade apura crimes; Conflito no campo norteia debates na Assembleia em MS; Deputados falam sobre conflitos antes do 'Dia D';
Outros	Entidades vão ao MPF denunciar suposto leilão para formar milícias; Ato a favor dos indígenas protesta contra leilão; Documento sugere fim da guerra entre fazendeiros e indígenas; MS espera solução do governo sobre indígenas.

FONTE: Elaborado pelo autor (2017).

Os títulos sobre os indígenas demonstram ações de resistência frente aos pedidos de desocupação das terras. O termo mais utilizado foi o verbo “resistir”, fato que expõe a contrariedade do indígena sobre os pedidos de reintegração de posse das fazendas.

Em relação aos títulos que trazem os fazendeiros como sujeito, a análise demonstrou a preocupação da classe em apontar os culpados pelas ocupações. Tal proposição demonstra uma perspectiva do indígena como incapaz de responder pelos seus atos. Sendo assim, suas acusações são direcionadas aos órgãos que deveriam manter os índios sob controle. Os títulos também demonstram a necessidade de tornar público o apoio de entidades de classe em favor dos ruralistas.

A Justiça Federal foi mencionada em seis títulos, que, em sua maioria, envolviam os pedidos de reintegração de posse em favor dos proprietários rurais. O MPF apresentou ações para tentar amenizar os conflitos e os políticos foram citados para cobrar soluções da Funai (senadores) e para apurar crimes contra os índios (comissão da verdade).

4.2.3.2 Análise da descrição dos indígenas pelo O Progresso

A análise a seguir busca compreender as fontes utilizadas para a descrição dos fatos, as citações das falas que envolvem indígenas e a relação de posicionamentos a favor e contra as causas indígenas. A categoria visa observar como tais elementos influenciam no conteúdo das notícias veiculadas no cibermeio do O Progresso.

Tabela 5 – Fontes apuradas para a descrição dos fatos nas notícias do O Progresso sobre a retomada de *Yvy Katu*, entre 14/10/2013 e 1º/2/2014

Tipo de fonte	Número de aparições	Porcentagem (%)
Proprietário ou produtor rural	7	8,3
Representantes de proprietário ou produtor rural (Famasul, Federação Agrícola e Pecuário de MS, Acrisul, advogados, Presidente de sindicato rural, sítio <i>web</i> Agrodebate)	21	24,7
Autoridades (senadores, deputados estaduais e federais)	20	23,5
Indígenas	8	9,4
Representantes da causa indígena (advogados, movimentos sociais e sindicais, Cimi, Funai e Carta <i>Aty Guasu</i>)	12	14,1
Decisões judiciais (do Ministério Público Federal e do Tribunal Regional Federal)	15	17,6
Outros (Comissão Nacional da Verdade e Secretário de Segurança Pública)	2	2,4

FONTE: Elaborada pelo autor (2017).

Embora os números transpareçam uma maior participação de fontes indígenas nas notícias sobre o fato, é importante destacar que, entre as oito aparições, cinco são da mesma declaração feita na matéria “Indígenas vão resistir à desocupação de terras em MS”³⁶. As outras três citações foram feitas em uma segunda matéria, intitulada “Guarani vão resistir contra reintegração”³⁷, que foi replicada, sem identificação da autoria, da assessoria do Cimi³⁸. Ou seja, o contato com a comunidade indígena de *Yvy Katu*, durante as ocupações em 2013, ocorreu apenas uma vez.

Sobre as fontes de representantes indígenas, foram utilizadas falas da Presidente da Funai, Maria Augusta Assirati; do professor de história indígena Neimar Machado de Sousa, declarações de manifestos dos movimentos sindicais sociais e dos advogados Luiz Henrique Elóy, indígena da etnia Terena, e do advogado da comunidade de *Yvy Katu*, Anderson Santos. Apesar de trazer perspectivas a favor da causa indígena, a atitude representa o indígena pela fala do outro, o que o demonstra como incapaz de se expressar. Sendo assim, o espaço

³⁶ Disponível em: <<http://www.progresso.com.br/caderno-a/indigenas-vaio-resistir-a-desocupacao-de-terras-em-ms>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

³⁷ Disponível em: <<http://www.progresso.com.br/caderno-a/guarani-vaio-resistir-contrareintegracao>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

³⁸ Disponível em: <http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=7271&action=read>. Acesso em: 20 fev. 2017.

para ouvir o indígena não foi oferecido, o que auxiliou para a ausência de sua voz nos discursos sobre o fato. Dessa maneira, as relações coloniais existentes entre os países europeus e o “Novo Mundo” ainda se fazem presentes, o que resulta em uma representação do indígena pela observação do outro, e não de si próprio.

Em relação às declarações dos proprietários e/ou produtores rurais citados nas notícias, observa-se a predominância de um discurso no qual o indígena é visto como selvagem e incapaz, e, como tal, necessita ser controlado pelos órgãos competentes. Por isso, suas falas trazem acusações sobre a ineficiência da Funai e a culpam por não “manter o controle” dos índios ou por “incentivar as ocupações” devido às demarcações de terra. As citações podem ser observadas no Quadro 9.

Quadro 9 – Declarações de ruralistas nas notícias do O Progresso sobre a retomada de *Yvy Katu*, entre 14/10/2013 e 1º/2/2014

Personagem	Citações	Título da notícia
Presidente do Sindicato Rural de Iguatemi, Hilário Parise.	“Eles querem que o Governo indenize e entregue as propriedades para eles (os índios). Mas nós tínhamos um acordo, do Governo com a Funai, assinado há cerca de seis meses, dizendo que não poderiam invadir e eles descumpriram isso”, reclamou.	Índios ocupam mais 12 fazendas em MS
Presidente do Sindicato Rural de Iguatemi, Hilário Parise.	Ele também comenta que muitos proprietários tiveram que sair das fazendas, por conta das invasões. “Muitos fazendeiros saíram da fazenda, somente três fazendeiros continuam nas suas propriedades”.	Índios ocupam mais 12 fazendas em MS
Luiz Carlos Tormena, Proprietário rural	“Eles chegaram empunhando flechas e disseram que tínhamos 20 minutos para sair, peguei o carro e vim embora. Mas eu ainda consegui autorização para voltar e cuidar do gado”, explica.	Índios ocupam mais 12 fazendas em MS
Fazendeiros	Enquanto isso, fazendeiros se dizem preocupados. Eles entraram na Justiça com um pedido de reintegração de posse das áreas, mas enquanto o caso está sendo analisado, a Justiça determinou que a Polícia Federal fique na região para evitar conflitos. Os fazendeiros só conseguem	Indígenas vão resistir à desocupação de terras em MS

	entrar nas propriedades que estão ocupadas pelos indígenas com escolta da Polícia Federal. Os trabalhadores rurais alimentam os animais que ficaram nas propriedades.	
Proprietário de fazenda retomada	“Eles chegaram empunhando flechas e disseram que tínhamos 20 minutos para sair, peguei o carro e vim embora. Mas eu ainda consegui autorização para voltar e cuidar do gado”.	Índios ocupam mais 12 fazendas em MS
Funcionários da fazenda	[...] se dizem surpresos com a estrutura da invasão que para eles demonstra ser planejada. Um trabalhador da fazenda teria sido mantido refém pelo grupo que estaria dentro e na estrada de acesso a fazenda.	Justiça determina tropa da PF 24h em área de conflito
Produtores rurais	Alguns produtores, mais exaltados, chegaram a elevar a voz para dizer que os funcionários estavam se sentindo, naquele momento, como eles se sentem quando suas propriedades são invadidas por indígenas. “Nossa ocupação é pacífica, vamos ficar até o horário estabelecido, mas podemos voltar se as invasões continuarem”.	Produtores rurais ocupam Funai em protesto contra invasões
Produtor rural Luiseu Bortoloci, de Laguna Carapã.	[...] enfatizou que a finalidade da ocupação e da apresentação das faixas foram realizadas (sic) para mostrar à sociedade o sofrimento pelo que (sic) passam as famílias no campo com as ondas de invasões, que seriam incentivadas pela Funai. “Não estamos aqui para tumultuar, nosso movimento é pacífico, sem violência e a presença dos policiais garantem (sic) maior segurança para nós mesmos, que não estamos mais suportando as invasões sem propósitos e, assim que a Funai suspender as demarcações, vamos parar com as manifestações”.	Produtores rurais ocupam Funai em protesto contra invasões
Gino Ferreira, ex-vereador em Dourados e produtor	[...] afirmou que a ocupação teve como objetivo	Produtores rurais ocupam Funai em protesto contra

rural.	sensibilizar as autoridades para restabelecer a ordem no Estado e enfatizou que é hora de acabar com as invasões de propriedades privadas, de usar as comunidades indígenas para desestabilizar “este segmento tão importante para a sociedade brasileira”.	invasões
João Aurélio Damião, de Caarapó - MS	[...] afirmou que a Funai quer implantar uma área indígena contínua, entre Caarapó e a região de Iguatemi, até a divisa com o Paraná e a fronteira com o Paraguai. “Eles querem fazer um corredor indígena e, com os anúncios das demarcações, os índios vão invadindo as áreas dentro dessas limitações”.	Produtores rurais ocupam Funai em protesto contra invasões

FONTE: Elaborado pelo autor (2017).

As citações também chamam a atenção pela tentativa de desmerecimento das retomadas dos indígenas, demonstradas como um ato violento. Sobre as falas de representantes da classe ruralista, observa-se um discurso baseado na suposição de que os indígenas pretendem ocupar todas as terras produtivas do estado. Além disso, suas justificativas discorrem sobre uma perspectiva de classe superior na sociedade, na qual o seu papel é essencial para o fornecimento de alimento para a população. Isto pode ser observado na citação da fala do presidente do sindicato rural de Iguatemi, Hilário Parise: “Está tudo desvalorizado. Não há compra e venda de propriedades, as pessoas não investem em agricultura, e até as empresas não querem investir na cidade”³⁹. O presidente da Associação Comercial e Empresarial de Dourados, Antonio Nogueira, também demonstra esta perspectiva:

Quero fazer um chamamento para que nosso empresariado participe dessa mobilização, todos nós queremos que se resolva o problema dos povos indígenas, no entanto não concordamos com a desarticulação de uma classe extremamente produtora.

Entregar a terra aos índios, destruindo anos de trabalho e investimento feitos pelo produtor é realmente um absurdo, temos experiências que não deram certo e terras que eram produtivas hoje não produzem mais nada, é preciso repensar e encontrar meios que não penalizem os produtores rurais [...].⁴⁰

³⁹ Disponível em: <<http://www.progresso.com.br/caderno-a/indios-ocupam-mais-12-fazendas-em-ms>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

⁴⁰ Disponível em: <<http://www.progresso.com.br/caderno-a/aced-e-faems-apoiam-acao-em-favor-do-produtor>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

O presidente da Federação das Associações Empresariais de Mato Grosso do Sul, Antonio Freire, expõe uma visão negativa sobre as consequências das demarcações:

Não somos contra os índios, somos a favor da justiça e do cumprimento da Lei, não adianta dar terra sem oferecer condições de produção, o maior exemplo nacional, em Roraima, na Raposa Terra do Sol, retiraram os produtores de suas terras, hoje eles são vendedores ambulantes e os índios mendigos, por isso apoiamos a mobilização [...] ⁴¹

Diante desses relatos, pode-se verificar uma constante construção negativa da imagem do índio com base em consequências das demarcações para a sociedade não índia sul-mato-grossense. Na perspectiva de Cavalcante (2013, p. 357):

A imprensa sul-mato-grossense, assim como a nacional, em sua maioria, segue uma linha editorial contrária às demandas territoriais indígenas. As notícias difundidas em Mato Grosso do Sul desenvolvem as ideias de que toda a região sul do estado será demarcada como terra indígena e que toda a população não indígena teria que se retirar. Os supostos impactos econômicos que o estado sofreria com estas demarcações também são muito enfatizados. A visão é apocalíptica e serviu para colocar quase toda a população não indígena contra os trabalhos da Funai.

Dessa maneira, a mídia mantém um discurso no qual inferioriza os direitos indígenas sobre seu território tradicional e amplia o preconceito existente.

Ao separar as posições favoráveis e contrárias das fontes utilizadas nas notícias, observa-se um relevante uso de fontes contrárias aos atos indígenas.

Tabela 6 – Posicionamentos das fontes nas notícias do O Progresso sobre a retomada de *Yvy Katu*, entre 14/10/2013 e 1º/2/2014

Posicionamento	Número de fontes
Favorável	23
Contrário	40

FONTE: Elaborado pelo autor (2017).

NOTA: Foram desconsideradas as fontes relacionadas a decisões judiciais, à Comissão Nacional da Verdade e ao Secretário de Segurança Pública por não demonstrarem posicionamentos, mas sim decisões ou ações investigativas.

Diante dessas análises, observa-se que o jornal O Progresso não possibilitou uma abordagem que trouxesse o indígena como uma fonte importante para a compreensão dos fatos. Além disso, a cobertura demonstrou uma constante utilização de autoridades e fontes oficiais, a maioria das quais possuía relação com a causa ruralista, o que demonstra a existência do “pensamento abissal” (SANTOS,

⁴¹ Disponível em: <<http://www.progresso.com.br/caderno-a/aced-e-faems-apoiam-acao-em-favor-do-produtor>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

2007, p. 71) sobre a causa indígena, pois o cibermeio não considerou este saber como fonte válida.

4.2.3.3 Contextualização

Assim como no Campo Grande News, o cibermeio apresentou uma baixa quantidade de contextualização histórica sobre os conflitos de terra em Japorã. Não foi encontrada contextualização cultural para esclarecer a retomada como um ato em busca da reordenação da relação sociocultural do indígena com seu território tradicional. A Tabela 7 apresenta o resultado da análise.

Tabela 7– Presença de contextualização histórica e cultural nas notícias veiculadas no O Progresso sobre a retomada de *Yvy Katu*, entre 14/10/2013 e 1º/2/2014

Tipo de contextualização	Número de aparições	Porcentagem (%)
Histórica	7	25,9
Cultural	0	0

Fonte: Elaborada pelo autor (2017).

Diante desses resultados, pode-se dizer que o pouco uso de contextualização histórica não possibilitou ao leitor uma perspectiva mais ampla do fato. Além disso, ao não abordar a relação sociocultural dos indígenas com seu território tradicional, o cibermeio impede uma leitura dos fatos baseada no conhecimento indígena. Assim, tais fatores auxiliam no reforço dos estereótipos de índio preguiçoso, selvagem e que não obedece às leis, o que demonstra a supressão dos saberes do sul pelos conhecimentos das epistemologias do norte, como descrito por Meneses e Santos (2009).

4.2.3.4 A narrativa do O Progresso sobre o caso

A narrativa contada pelas 27 notícias publicadas no cibermeio do jornal O Progresso resultou no entendimento apresentado a seguir.

a) Resumo da cobertura jornalística do O Progresso

Em 23 de outubro de 2013, o Ministério Público Federal (MPF), por meio de ação civil pública, solicitou à Justiça a ocupação de todo o território da terra indígena

Yvy Katu, em Japorã. No documento, o MPF pediu o bloqueio imediato de R\$ 3.218.028,17 no orçamento da União para assegurar a indenização à Agropecuária Pedra Branca, proprietária da Fazenda Remanso Guaçu, que abrange a terra indígena.

No final de semana do dia 25 de outubro, indígenas da etnia *Kaiowá* e Guarani ocuparam 12 fazendas na região de Japorã, ato que quebrou o acordo do Conselho Nacional de Justiça entre indígenas e fazendeiros, em junho de 2013, que previa uma cessão das ocupações até o Governo Federal apresentar uma solução concreta para o caso. O ato, segundo os proprietários rurais, foi realizado de maneira “selvagem”, e os indígenas os expulsaram com o uso de flechas. O presidente do Sindicato Rural de Iguatemi, Hilário Parise, afirmou que os fazendeiros ficaram preocupados com os animais do local e que as ocupações traziam prejuízos ao estado.

No dia 27 de outubro, indígenas afirmaram que foram alvo de tiros de metralhadoras e fuzis, realizados por seguranças de uma empresa contratada pelos fazendeiros. Para resistir, os índios recrutaram quase três mil indígenas e justificaram a retomada devido à demora do Governo Federal para trazer soluções para o caso. Segundo eles, o governo ignora há 10 anos os apelos de miséria da comunidade. Ao contrário do que informaram os fazendeiros, os *Kaiowá* e Guarani disseram que o ato foi pacífico.

Em debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, os ruralistas apontaram a omissão do governo federal como a principal causa do agravamento das tensões entre índios e fazendeiros. No debate, os fazendeiros disseram que a ausência do governo fez com que os indígenas desrespeitem as leis.

As ocupações resultaram, por meio de decisão da justiça federal de Naviraí, no reforço do policiamento do local, de modo que a polícia federal teve que manter sua permanência na região. A justiça também intimou a Fundação Nacional do Índio (Funai) para apurar se as ocupações foram realizadas com a ajuda e/ou incentivo do órgão. As ocupações ocorreram de maneira gradativa e, de acordo com funcionários do local, houve um aparente planejamento do ato. Além disso, ele afirma que houve um crescimento acentuado do número de indígenas no local, que pulou de 30 para 320. A fonte também alegou que um funcionário foi mantido refém.

A retomada resultou no pedido de avaliação do valor real da Fazenda São Jorge, a pedido do advogado do proprietário, no intuito de resguardar o direito de ressarcimento pelo governo federal “de maneira justa”.

Em outra reunião na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, senadores cobraram da Funai urgência para solucionar os conflitos de terra e pediram ao governo federal um pagamento de indenizações que englobem tanto o valor das benfeitorias do local quanto o valor da terra nua. A presidente em exercício da Funai, Maria Augusta Assirati, informou que o órgão não é responsável por tal indenização, mas sim pela demarcação das terras.

No dia 19 de novembro de 2013, cerca de 200 ruralistas ocuparam o prédio da Funai, em Campo Grande - MS, em protesto contra as ocupações indígenas. Os proprietários de terra pedem ao órgão que cumpra o acordo firmado pelo Conselho Nacional de Justiça e que cessem as demarcações, pois estão criando “corredores indígenas” que incentivam os indígenas a “invadirem” as propriedades.

Em 20 de novembro de 2013, a Justiça Federal de Mato Grosso do Sul determinou que os indígenas desocupassem as áreas que compunham a Fazenda São Jorge e, assim, retornasse para a área de 10% da propriedade antes ocupada. O prazo dado foi de 10 dias. Segundo a Polícia Federal, a ocupação do local não pôde ser impedida devido à utilização de “técnicas de guerrilha na ocupação” pelos indígenas, que estavam “armados com flechas, facões e armas de fogo”. O judiciário considerou a atitude dos indígenas como criminosa. Mesmo com o pedido de despejo, os Guarani permaneceram acampados nas 14 propriedades ocupadas e, no dia 22 de novembro, informaram que iriam resistir à desocupação até a morte.

No intuito de arrecadar fundos para realizar ações contra as ocupações indígenas, entidades de classe ruralistas organizaram o evento intitulado “Leilão da Resistência”, onde seriam leiloados animais, *commodities*, máquinas e produtos doados pelos próprios agricultores. O ato visava financiar o pagamento de honorário de advogados, ações de mobilização dos produtores, divulgação do movimento e seguranças dos locais que foram ocupados ou corriam risco de ocupação. O evento foi encarado por movimentos sociais e sindicais de Mato Grosso do Sul como formação de milícia contra os indígenas e, por isso, protocolaram no MPF um pedido de suspensão do leilão. O assunto foi discutido na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, em 22 de novembro de 2013, e recebeu o apoio da Associação

Comercial e Empresarial de Dourados (Aced) e da Federação das Associações Empresariais de Mato Grosso do Sul (Faems).

O governador de Mato Grosso do Sul à época, André Puccinelli, entregou ao assessor especial do Ministério da Justiça, Marcelo Veiga, uma proposta para solucionar o problema dos conflitos. O documento foi criado em reunião com o então governador e assinado por representantes do governo estadual, da Assembleia Legislativa, da Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso do Sul (Aprosoja), da Federação de Agricultura e Pecuária (Famasul), da Associação dos Criadores (Acrissul) e da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (Assomasul). A proposta visava a “[...] aquisição de terras não indígenas por meio de desapropriação pela União, por interesse social ou aquisição de terras em conflito, ou judicializadas, por meio de aporte financeiro, por parte da União, para o Fepati (Fundo Estadual de Terras Indígenas)”⁴².

Em 4 de dezembro de 2013, o “Leilão da Resistência” foi suspenso pela juíza da 2ª Vara da Justiça Federal em Campo Grande, Janete Lima Miguel. No entanto, o evento foi autorizado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. O evento arrecadou mais de R\$ 1 milhão e reuniu senadores, deputados federais e estaduais, além das entidades ruralistas.

No mesmo dia, um ato em apoio aos direitos indígenas foi realizado em Campo Grande. Participaram do evento integrantes do Movimento Terra Vermelha, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), União Nacional dos Estudantes (Une) e Central Única dos Trabalhadores (CUT). Foram arrecadadas roupas, alimentos e brinquedos para serem doados às comunidades mais pobres de Japorã.

Até 30 de dezembro de 2013, foram emitidos 8 mandados de reintegração de posse pela Justiça Federal para que os indígenas desocupassem o local. No entanto, com o anúncio de permanência no local até à morte, as decisões foram suspensas para evitar que um conflito ocorresse.

Em 27 de dezembro de 2013, o MPF conseguiu bloquear R\$ 20 milhões para indenizar os proprietários do local, fato que reduziu a tensão entre índios e proprietários rurais.

⁴² Disponível em: <<http://www.progresso.com.br/caderno-a/documento-sugere-fim-da-guerra-entre-fazendeiros-e-indigenas>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

b) Inferências sobre a cobertura do O Progresso

Diante dessa narrativa, pode ser observada uma perspectiva do conflito baseada nos problemas que as ocupações causam para o agronegócio da região sul do estado de Mato Grosso do Sul. O foco em posições de fontes oficiais, como representantes de entidades ruralistas e políticos, impede que a perspectiva dos povos indígenas seja apresentada de maneira eficiente. Ainda, foi encontrada a utilização do discurso do setor rural como “essencial para a produção de alimentos do país”, fato que legitima a luta do produtor rural e demonstra o índio como “vilão” da sociedade.

Outro ponto negativo da abordagem encontra-se no tratamento dos povos indígenas como seres incapazes. Em diversas falas, os ruralistas culpam a Funai pelas ocupações e cobram dela uma atitude para “controlar” os indígenas. Desse modo, a representação que se faz do indígena é de indivíduos dependentes do Estado e, por isso, impossibilitados de assumir seus atos. O cibermeio demonstrou uma discussão com pouca abertura para ouvir a comunidade indígena de *Yvy Katu* ao apresentar as falas de fontes oficiais e de produtores e proprietários rurais e não trazer o lado dos indígenas sobre o caso. Assim, a abordagem do cibermeio fez com que o indígena passasse despercebido e, conseqüentemente, sua visão de mundo fosse inferiorizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste estudo teve como objetivo principal analisar como é realizada a abordagem dos cibermeios de Mato Grosso do Sul sobre os conflitos de terra que envolvem povos indígenas e produtores rurais. Na busca para compreender a forma como os jornalistas narram as relações entre índios e não índios, optou-se por estabelecer como guia a hipótese de que a visão negativa do indígena existente no imaginário coletivo da sociedade sul-mato-grossense desde a colonização do país e do estado ainda é refletida nos noticiários locais. Para isso, foi necessário observar dois fatores envolvidos na produção de uma notícia: o meio em que se é construída e emitida a mensagem e a perspectiva adotada para observar o fato. O ambiente em que a notícia é produzida e divulgada está intrinsecamente ligado às possibilidades existentes para a construção da narrativa e o conteúdo expõe qual o posicionamento adotado para relatar o fato. Assim, o entendimento das duas vertentes demonstrou-se necessário por ambas interferirem diretamente no resultado final da prática jornalística.

Para alcançar o objetivo traçado, foram definidos quatro objetivos específicos, dos quais os três primeiros serviram como pilares teóricos para que, assim, fosse possível realizar a análise. O primeiro objetivo visava apresentar o ciberjornalismo, expor suas possibilidades para a prática jornalística e demonstrar os fatores relacionados que interferem na rotina do profissional. O segundo e o terceiro objetivo serviram de aporte para demonstrar a supressão dos saberes indígenas presentes na sociedade sul-mato-grossense. Para isso, apresentou-se o contexto histórico que levou os *Kaiowá* e Guarani da terra indígena de *Yvy Katu* à realidade atual, no intuito de conhecer o fato exposto nas notícias; expuseram-se as perspectivas indígenas por meio de entrevistas com habitantes de *Yvy Katu*; além de discutir referenciais teóricos que abordam a relação entre o indígena e as mídias, a supressão dos saberes pelas perspectivas hegemônicas e suas consequências nas representações sociais destas populações.

Em relação ao ciberjornalismo, é importante enfatizar que o ciberespaço traz para as narrativas uma realidade de convergência midiática que modificou os padrões de produção e consumo de notícias. Desde a década de 90, vive-se uma evolução tecnológica na qual as perspectivas comunicacionais se modificaram em um período de tempo historicamente curto. Nesse cenário, os modelos de produção

mediática do impresso, com característica unidirecional e fechada, demonstram-se cada vez mais ineficazes para explorar esta realidade multidimiática, interativa e ubíqua das mídias digitais. O grande volume de dados disponíveis no ciberespaço, o alcance global da informação e a facilidade de acesso aos conteúdos permitiram que múltiplas vozes pudessem ser expostas em uma escala global.

Com a construção do conhecimento advindo de uma perspectiva de “inteligência coletiva”, como descrito por Lévy (2003), o jornalista torna-se um importante mediador entre a informação e o público. Diante disso, refletir sobre o ciberjornalismo é pensar no modo como tais narrativas são construídas na contemporaneidade e como estas auxiliam a população na compreensão de sua própria realidade. Por isso, o estudo buscou aprofundar-se nas discussões sobre as narrativas digitais, no intuito de ampliar a percepção sobre o tema. Nesse contexto, o modelo de narrativas sistêmicas descrito por Bertocchi (2013) apresentou-se como uma alternativa para observar todas as esferas que abrangem as mídias digitais. O modelo expôs a necessidade de o jornalista se envolver com todas as etapas do sistema de produção de notícia em cibermeios, de compreender as diferentes camadas semânticas e *web* semânticas do sistema e de pensar sobre como o conteúdo pode interagir com redes sociais, sistemas de busca, entre outros.

O modelo de narrativas sistêmicas de Bertocchi (2013) foi utilizado como parâmetro para avaliar as narrativas digitais dos sítios *web* estudados. A análise demonstrou a ausência das principais características da escrita digital, como a multimidialidade, memória e a hipertextualidade, e, evidenciou a falta de ferramentas e procedimentos para a classificação dos conteúdos, o que exclui as possibilidades de reaproveitamento de conteúdo e melhorias nos sistemas de busca. O modelo de narrativas digitais evidenciou nos dois cibermeios analisados, tanto o *site* nativo (Campo Grande News) quanto o portal migrado do impresso (O Progresso), pouco uso das possibilidades que o ciberjornalismo proporciona. Com base nisso, concluiu-se que as empresas comunicacionais ainda estão presas ao paradigma analógico de produção de notícias, isto é, com foco em um produto final, em oposição ao modelo aberto e sistêmico proposto por Bertocchi (2013).

Além disso, a análise evidenciou a falta de exploração dos conteúdos com base nos diferentes formatos midiáticos dos ecrãs. Em uma realidade ubíqua, em que a informação pode ser transmitida e acessada em quase todos os locais e em qualquer horário, descartar tal possibilidade demonstra uma perda de comunicação.

No Campo Grande News, mesmo com a plataforma *mobile* e com a oferta de um aplicativo para dispositivos móveis, os formatos apresentaram o mesmo conteúdo do formato *desktop*, sem explorar os recursos oferecidos pela plataforma. O mesmo ocorreu com a versão *mobile* do cibermeio O Progresso. Este cenário expõe a tentativa das empresas de comunicação local em se inserir nas novas formas de consumo de notícias, porém, sem compreensão das necessidades e possibilidades que o meio exige.

Embora alguns recursos ciberjornalísticos nas narrativas digitais necessitem de investimentos financeiros e conhecimento técnico para a sua utilização na produção jornalística, é importante salientar que a ausência de recursos simples nos dois cibermeios, como a hipertextualidade, uso da memória, interatividade e multimídia, demonstra um conteúdo digital ainda em desenvolvimento ou indiferente às vantagens que os recursos podem ofertar às narrativas da contemporaneidade. Por isso, pode-se dizer que tais fatos expõem uma prática ciberjornalística predominantemente analógica, mas inserida em um ambiente digital.

As reflexões sobre as mudanças ocorridas no ciberjornalismo estendem-se, também, para os conteúdos e, claro, sobre as representações sociais que estas edificam. Essas representações expõem as perspectivas hegemônicas de uma sociedade e, por serem expostas em um meio de comunicação de massa, devem ser analisadas para tentar evidenciar sua influência na opinião pública. Diante desse fato, o presente estudo buscou averiguar como as representações sociais dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul são realizadas pelos cibermeios regionais. A análise baseou-se em colocar em prova a hipótese de que estas representações ainda são feitas em uma perspectiva capitalista, etnocêntrica e colonial, elementos que constroem e mantêm a visão estereotipada e romantizada dos povos indígenas e impedem a sua superação.

Diante da importância do tema para a realidade local, devido a Mato Grosso do Sul ser, atualmente, o estado com a segunda maior população indígena do país, a análise procurou desenvolver as prerrogativas sobre o tema embasada pelas teorias de Boaventura de Sousa Santos sobre as Epistemologias do Sul (MENESES; SANTOS; 2009) e o pensamento pós-abissal (2007), que denunciam a supressão dos saberes dos povos do hemisfério sul pelos povos colonizadores do norte. Nesse sentido, tais perspectivas demonstraram como o conhecimento dominante, trazido

pelos europeus, na colonização do país, inferiorizou historicamente o modo de ser, fazer e viver dos povos indígenas por meio de sua supressão. Tal evidência foi verificada nas abordagens de ambos os cibermeios analisados, nos quais os indígenas foram representados de maneira selvagem, inferiores aos não índios e, principalmente, demonstrados como empecilhos para o desenvolvimento da economia local.

O conhecimento do processo histórico de colonização do estado de Mato Grosso do Sul permitiu ao trabalho evidenciar os fatos por meio de outra perspectiva. O descaso frente aos povos indígenas, iniciado no século passado, desestruturou as sociedades *Kaiowá* e Guarani do estado e resultou na perda do território e da autonomia dessas populações, como no caso do território indígena de *Yvy Katu*. Os fatos evidenciaram o epistemicídio sofrido pelas comunidades indígenas, que possibilitou o desrespeito histórico sobre seus direitos. Sendo assim, esses elementos tornam-se fundamentais para a compreensão dos acontecimentos de Japorã, pois sua ausência nas notícias impede o entendimento dos atos dos povos indígenas e abre precedentes para o seu julgamento com base nos discursos expostos pelos ruralistas. Além disso, a total ausência de contexto cultural, que demonstra a relação étnica, social e cultural dos *Kaiowá* e Guarani com seu território tradicional, exclui do diálogo a compreensão das sabedorias indígenas.

As prerrogativas de Medina (1996) sobre o papel do jornalista como mediador entre as diferentes esferas sociais demonstraram a necessidade de o comunicador realizar uma imersão nos acontecimentos para abordar o “diferente” e, assim, trazer às narrativas maior pluralidade de discursos. Esse posicionamento encontra-se em sintonia para que o jornalismo auxilie na polissemia dos discursos, como descrito por Bakhtin (2008), e, assim, permita uma ecologia de saberes, como proposto por Boaventura de Sousa Santos (2007). Diante dessa necessidade de trazer a voz dos povos indígenas para compreender todo o contexto que abrange o tema, o trabalho trouxe em seu corpo relatos de habitantes do território *Yvy Katu* para que a discussão sobre os *Kaiowá* e Guarani ocorresse de uma maneira mais plural. Nesse sentido, o contato com os povos indígenas trouxe maior clareza sobre a importância de se permitir escutar o outro para que o outro seja compreendido em sua plenitude.

Sobre a narrativa elaborada pelos cibermeios, a análise identificou no Campo Grande News um posicionamento voltado à caracterização do indígena como violento e selvagem. Nesse sentido, as perspectivas dos fazendeiros, utilizados

como fontes, transmitiram um discurso no qual os indígenas se comportaram como “incontroláveis”, ou seja, não civilizados e violentos. No O Progresso, também houve a perspectiva de índios “selvagens”, porém, o cibermeio focou-se em representá-los como incapazes e responsáveis pela desvalorização da economia do estado por não respeitar leis e “invadir” terras. O fato mais evidente das duas abordagens foi a ausência de fontes indígenas, o que resultou em uma narrativa baseada nos relatos de produtores rurais e assessorias de entidades ruralistas.

A análise das narrativas com base nas premissas de Abramo (2014) sobre as táticas de influência da opinião pública pela descontextualização possibilitou algumas inferências sobre o conteúdo abordado. Nessa perspectiva, foi notado, nos cibermeios estudados, um padrão de ocultação devido a ausências das vozes dos indígenas e de contextualização dos fatos sem o uso de bases histórica e cultural. Além disso, verificou-se o uso do padrão de inversão ao apresentar a versão dos ruralistas como o fato, o que resultou numa representação dos indígenas como seres perigosos e selvagens. A indução foi encontrada na construção de uma realidade na qual a produção agrícola é apresentada como essencial para o fornecimento de alimento para a população brasileira, mesmo nas fazendas que possuem a monocultura de exportação como principal produto. Esta prerrogativa criou uma predisposição para observar o indígena em uma perspectiva negativa e exclui da discussão as injustiças sofridas pelos *Kaiowá* e Guarani durante séculos.

Portanto, pode-se concluir que as narrativas criadas pelo Campo Grande News e O Progresso demonstraram uma representação indígena ainda presa às epistemologias dos colonizadores frente aos colonizados, atitude que demonstra um posicionamento que inferioriza o conhecimento dessas minorias e prejudica sua emancipação na sociedade. Além disso, os cibermeios demonstraram pouco uso do ciberjornalismo para que as narrativas fossem contadas em uma perspectiva mais completa e pluralista, o que refletiu na qualidade do conteúdo produzido sobre o fato.

Contudo, cabe, ao fim deste trabalho, ressaltar que esta pesquisa constitui apenas parte do campo de pesquisa sobre conflitos de terras indígenas. Por isso, é necessário reconhecer que os caminhos escolhidos pelo autor para escrever a pesquisa refletem a percepção do mesmo sobre a temática, de acordo com as questões pré-estabelecidas nos objetivos da pesquisa. Assim, o estudo torna-se uma contribuição parcial para a tentativa de compreender o objeto, expor outra

percepção sobre a temática e que poderá servir como referência para outros aprofundamentos teóricos.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2. ed. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2016.

ADAS, M. **Panorama geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafios socioespaciais**. São Paulo: Moderna, 1998.

AGUILERA URQUIZA, A. H.; NASCIMENTO, A. C. Povos indígenas e as questões da territorialidade. In: AGUILERA URQUIZA, A. H. (Org.). **Culturas e história dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2013. p. 53-71.

ALÉM, F. de C. **O Jornal O Progresso e a dinâmica política e eleitoral em Dourados (1954, 1958 e 1962)**. 2011. 157 f. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

ALSINA, M. R. **A construção da notícia**. Trad. Jacob A. Pierce. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ALVES, R. P. A. dos S. **O radiojornalismo nas redes digitais: um estudo do conteúdo informativo em emissoras presentes no ciberespaço**. 2004. 261 f. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

ARBEX JÚNIOR, J. Uma outra comunicação é possível (e necessária). In: MORAES, D. de (Org.). **Por uma outra comunicação**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 385-400.

ARRUDA, R. S. V. Imagens do índio: signos da intolerância. In: FISCHMANN, R.; GRUPIONI, L. D. B.; VIDAL, L. B. (Org.). **Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade**. São Paulo: Ed. USP, 2001. p. 43-61.

ARTISTAS e ativistas prestam solidariedade aos Guarani Kaiowá - 10 anos Movimento Humanos Direitos. Vídeo (*Streaming*). Duração: 1min31s. Usuário: Vídeo nas Aldeias. Publicado em: 18 dez. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Lfiufl6lCMw&feature=youtu.be>>. Acesso em: 5 nov. 2016.

ASSIS, F. de; MELO, J. M. de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação** (RBCC), São Paulo, v.39, n.1, p. 39-56, jan./abr. 2016.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 3. ed. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 13. ed. Trad. M. Lahud; Y. F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 2012.

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BARBOSA, S. Jornalismo convergente e continuum multimídia na quinta geração do jornalismo nas redes digitais. In: CANAVILHAS, J. M. M. (Org.). **Notícia e mobilidade: jornalismo na era dos dispositivos móveis**. Covilhã Covilhã: Livros LabCom, 2013. p 33-54.

_____. **Modelo JDBD e o ciberjornalismo de quarta geração**. 2011. Disponível em: <<http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/wp-content/uploads/2011/10/Modelo-JDBD-e-o-ciberjornalismo-de-quarta-gera.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa, PT: Edições 70, 2004.

BARDOEL, J.; DEUZE, M. Network Journalism: Converging Competences of Media Professionals and Professionalism. **Australian Journalism Review**, v. 23, n. 2, p. 91-103, 2001.

BARROS, D. L. P. de. Dialogismo, Polifonia e Enunciação. In: BARROS, D. L. P. de; FIORIN, J. L. (Org.). **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade**. 2. ed. São Paulo: Univ. de São Paulo, 2003. p. 1-9.

BENITES, T. **Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha**. 2014. 270 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BERTOCCHI, D. **Dos dados aos formatos: um modelo teórico para o design do sistema narrativo no jornalismo digital**. 2013. 245 f. Tese (Doutorado)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRADSHAW, P. Instantaneidade: efeito da rede, jornalistas *mobile*, consumidores ligados e o impacto no consumo, produção e distribuição. In: CANAVILHAS, J. M. M. (Org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros LabCom, 2014. p. 111-136.

BRAND, A. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowás e Guarani no MS. **Revista Tellus**, Campo Grande, MS, ano 4, nº 6, parte 1, p. 137-150, 2004. Núcleo de Estudos e Pesquisa das Populações Indígenas (NEPPI), UCDB.

_____. Os Kaiowá e Guarani no MS: uma história de violência e atropelo da legislação indigenista. In: HECK, E. D.; MACHADO, F. V. **As violências contra os povos indígenas em Mato Grosso do Sul e as resistências do Bem Viver por uma Terra Sem Males - Dados: 2003-2010**. [S.l.]: Conselho Indigenista Missionário Regional Mato Grosso do Sul (CIMI/MS), 2011. p. 40-43. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/pub/MS/Viol_MS_2003_2010.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

_____. Os Kaiowá/Guarani no Mato Grosso do Sul e o processo de confinamento – “a entrada de nossos contrários”. In: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO REGIONAL MATO GROSSO DO SUL; COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO; PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO (Org.). **Conflitos de direitos sobre as terras Guarani Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Palas Athenas, 2001. p. 93-131.

BRASIL. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 abr. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em: 16 jan. 2017.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 dez. 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm>. Acesso em: 16 jan. 2017.

BUBER, M. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

_____. **Eu e Tu**. 2. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

CAMPO GRANDE NEWS. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

CANAVILHAS, J. M. M. **Do jornalismo online ao webjornalismo**: formação para a mudança. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (BOCC), Portugal, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-jornalismo-online-webjornalismo.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.

_____. **A internet como memória**. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (BOCC), Portugal, 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-internet-como-memoria.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2016.

_____. Hipertextualidade: novas arquiteturas noticiosas. In: CANAVILHAS, J. M. M. (Org.). **Webjornalismo**: 7 características que marcam a diferença. Covilhã: Livros LabCom, 2014. p. 3-24.

_____; BACCIN, A. Contextualização em reportagens hipermídia: narrativa e imersão. **Brazilian Journalism Research** (*On-line*), v. 11, p. 10-27, 2015.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, D. de (Org.). **Por uma outra comunicação**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 255-288.

CASTILHO, C. Webjornalismo: o que é notícia no mundo *on-line*. In: RODRIGUES, E. **No próximo bloco...** O jornalismo brasileiro na TV e na internet. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005. p. 231-256.

CAVALCANTE, T. L. V. **Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul**. 2013. 470 f. Tese (Doutorado em História)–Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2013.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, M. **O que é Ideologia**. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 2008.

COLLMAN, R. S. **Território e sustentabilidade: os Guarani e Kaiowá de Yvy Katu**. 2007. 178 f. Dissertação (Mestrado)–Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2007.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Relatório: violência contra os povos indígenas no Brasil - dados de 2015**. [S.l.], [2016]. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/pub/relatorio2015/relatoriodados2015.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. **Relatório: violência contra os povos indígenas no Brasil - dados de 2014**. [S.l.], [2014]. Disponível em: <<http://cimi.org.br/pub/Arquivos/Relat.pdf>> Acesso em: 10 abr. 2016.

_____. **Yvy Katu: comunidade Guarani Nandeva sofre pressões diante de prazo definido por ruralistas**. Out. 2013. Disponível em: <<http://cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=news&action=read&id=7221>>. Acesso em: 20 maio 2016.

CORRÊA, J. G. S. A administração dos índios: as diretrizes para o funcionamento dos postos indígenas do SPI. In: LIMA, A. C. de S. **Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará – NuAP-UFRJ. 2002. p. 125-146.

COSTA, L. da. Gêneros Jornalísticos. In: ASSIS, F. de; MELO, J. M. de. (Org.). **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Metodista, 2010.

COUTINHO, I. O conceito de verdade e sua utilização no Jornalismo. **Revista Acadêmica do Grupo Comunicacional de São Bernardo**, ano 1, nº 1, jan./jun. 2004.

DARNTON, R. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ECO, U. **Leitura do texto literário – lector in fabula: a cooperação interpretativa nos textos literários**. Lisboa: Presença, 1979.

FASOLO, C. **Boletim Mundo: Em decisão unânime, Plenário do STF nega recurso que pretendia anular demarcação da TI Yvy Katu, em MS**. Out. 2014. Disponível em: <<http://cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=news&action=read&id=7767>>. Acesso em: 20 maio 2016.

FAUSTO NETO, A. **Comunicação e mídia impressa**. São Paulo, Hacker, 1999.

FEENEY, M. *et al.* Povo Guarani e Kaiowá: uma história de luta pela terra no Estado de Mato Grosso do Sul. In: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO REGIONAL MATO GROSSO DO SUL; COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO; PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO (Org.). **Conflitos de direitos sobre as terras Guarani Kaiowá no estado de Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Palas Athenas, 2001. p. 45-92.

FERREIRA, E. M. L. **A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Larangeira (1902-1952)**. 2007. 111 f. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007.

FORTUNA, F. F. **Perfil do ciberjornalismo em Mato Grosso do Sul – Mapeamento e avaliação dos portais noticiosos**. 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação)–Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2014.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FREIRE FILHO, J.; HERSCHMANN, M.; PAIVA, R. Rio de Janeiro: estereótipos e representações midiáticas. **Revista eletrônica e-compós**, ed. 1, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/1/2>>. Acesso em: 10 out. 2016.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (Funai). **Quais os critérios utilizados para a definição de indígena?** Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/todos-ouvidoria/23-perguntas-frequentes/97-pergunta-3>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

_____; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **O Brasil Indígena**. Fôlder. 2011. Disponível em: <http://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder_indigenas_web.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2016.

GADINI, S. L. A produção da cultura no jornalismo contemporâneo. Considerações sobre o discurso da informação na construção da identidade. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, XXII, 1999, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UGF; Intercom, 1999. v. único.

GALLOIS, D. T. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: FANY, R. (Org.). **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza**. 1. ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 37-41.

GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GOMES, M. R. **Poder no jornalismo: discorrer, disciplinar, controlar**. São Paulo: Hacker; Edusp, 2003.

GOMES, W. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teorias do jornalismo. Série jornalismo a Rigor. V. 1. Florianópolis: Insular, 2009. (Série jornalismo a Rigor, v. 1).

GRÜNBERG, F. P. **Reflexões sobre a situação dos guarani no Mato Grosso do Sul, Brasil**. [S.l.]: [S.n.], 2002. Disponível em: <<http://www.guarani.roguata.com/sites/default/files/text/file/uid110/gruenberg-reflexoes-2002.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**: características gerais dos indígenas. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ms&tema=censodemog2010_in dig_univer>. Acesso em: 17 abr. 2016.

_____. **Distribuição espacial da população indígena**. 2010. Disponível em: <http://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/verso_mapa_web.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2016.

LANDA, B. dos S. **Os Nandeva/Guarani e o uso do espaço na Terra Indígena Porto Lindo, município de Japorã/MS**. 2005. 391 f. Tese (Doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIMBERTI, R. de C. P. **A imagem do Índio**: discursos e representações. Dourados: Ed. UFGD, 2012.

LIPPMAN, W. **Opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, DF: UNB, 2002. (Série Antropologia, 322). Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle__1.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2016.

LOUREIRO, V. R. **A Amazônia do Século XXI**: Novas formas de Desenvolvimento. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

LUCIANO, G. dos S. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

LULL, J. **Medios, comunicación, cultura**: aproximación global. Argentina: Amorrortu, 1997.

MACIEL, N. A. **História dos Kaiowa da aldeia Panambizinho**: da década de 1920 aos dias atuais. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – *campus* de Dourados, Dourados, 2005.

MANOVICH, L. Novas mídias com tecnologia e ideia: dez definições. In: LEÃO, L. (Org.). **O chip e o caleidoscópio**: reflexões sobre as novas mídias. São Paulo: SENAC, 2005.

MARTIN-BARBERO, J. Diversidade em convergência. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, nº 2, p. 15-33, jul./dez. 2014.

MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na sociedade anômala. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto, 2010.

MEDINA, C. **Ciência e jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

_____. **Notícia**: um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial. 6. ed. São Paulo: Summus, 1988.

_____. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. 2. ed. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **Povo e personagem**. Canoas: Ulbra, 1996.

MELATTI, J. C. **Índios do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MENDES, M. C. L. **A pluralização das fontes de informação no ciberjornalismo Português**: contribuição para a definição de parâmetros específicos de qualidade. 2010. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação)–Universidade do Porto, Porto, 2010.

MENESES, M. P.; SANTOS, B. de S. (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almeida, 2009.

MESQUITA, F. A. **As fontes jornalísticas no Caso Dossê**: uma análise de enquadramento da cobertura das revistas Veja, Época, IstoÉ e CartaCapital. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação)–Fac. de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2008.

MIELNICZUK, L. Interatividade e hipertextualidade no jornalismo online: mapeamentos para uma discussão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXIII, Manaus, 2000. **Anais...** Manaus: 2000.

_____. **Jornalismo na Web**: uma contribuição para o estudo do formato da notícia na escrita hipertextual. 2003. 246 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Culturas Contemporâneas)–Fac. de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **MPF/MS: Títulos de propriedade incidentes sobre Terra Indígena Yvy Katu são nulos**. Mar. 2013. Disponível em: <<http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2013/03/mpf-ms-titulos-de-propriedade-incidentes-sobre-terra-indigena-yvy-katu-sao-nulos>>. Acesso em: 20 maio 2016.

MONTEIRO, M. E. B. **Levantamento histórico sobre os índios Guarani Kaiowá**. Rio de Janeiro: Museu do Índio/Funai, 2003.

MORAES, D. de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro: 2000.

MOTA, J. G. B.; PEREIRA, L. M. O movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul: atuação do estado, impasses e dilemas para demarcação de terras indígenas. **Boletim DATALUTA**, v. 58, p. 1-15, out. 2012.

MOTTA, L. G. Para uma antropologia da notícia. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação** (RBCC), São Paulo, vol. XXV, nº 2, jul./dez. 2002.

_____. A análise pragmática da narrativa jornalística. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXVIII, Rio de Janeiro, 2005.

Anais... Rio de Janeiro: UERJ, 2005. Disponível em:

<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R2419-1.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

MURA, F.; ALMEIDA, R. F. T. de. **Relatório antropológico de revisão de limites da T.I. Porto Lindo (Jakarey)**: Terra indígena Guarani-Ñandeva Yvy Katu. Campo Grande, MS: Neppi UCDB, 2002. Disponível em: <<ftp://neppi.ucdb.br/pub/cedoc/pdf/RubemAlmeida/Rel%20Yvy%20Katu%202002.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2016.

OLIVEIRA, J. P. de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, abr. 1998.

OLIVEIRA, M. A. **As espécies cultivadas e as espécies nativas da aldeia indígena Porto Lindo no município de Japorã/MS**. Mundo Novo/UEMS, 2003.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997. (Coleção Repertórios).

O PROGRESSO. Disponível em: <<http://www.progresso.com.br>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

PAGE, R.; THOMAS, B. **New narratives: stories and storytelling in the digital age**. University of Nebraska Press, 2011.

PALACIOS, M. Ruptura, continuidade e potencialização no jornalismo on-line: o lugar da memória. In: MACHADO, E.; PALACIOS, M. (Org.). **Modelos de jornalismo digital**. Salvador: Calandra, 2003. p.11-36. (Coleção Pixel, v. 1).

_____. Memória: Jornalismo, memória e história na era digital. In: CANAVILHAS, J. M. M. (Org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros LabCom, 2014. p. 89-110.

PARELLADA, A. (Org.). **Suicídio adolescente em povos indígenas**. 3 estudos. São Paulo: Arte Brasil, 2014.

PAVLIK, J. Ubiquidade: o 7º princípio do jornalismo na era digital. In: CANAVILHAS, J. M. M. (Org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros LabCom, 2014. p. 159-183.

_____. **El periodismo y los nuevos medios de comunicación**. Paidós: Barcelona, 2005.

PEREIRA, L. M. Demarcação de terras kaiowa e guarani em MS: ocupação tradicional, reordenamentos organizacionais e gestão territorial. **Revista Tellus**, Campo Grande, MS, v. 18, p. 115-137, 2010. Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI), UCDB.

_____. **Parentesco e organização social Kaiowá**. 2009. 251 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

PONTE, C. **Leituras das notícias: contributos para uma análise do discurso jornalístico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

RAMOS, A. R. **Sociedades indígenas**. São Paulo: Ática, 1995.

ROST, A. Interatividade: Definições, estudos e tendências. In: CANAVILHAS, J. M. M. (Org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros LabCom, 2014. p. 53-88.

SALAVERRÍA, R. Multimedialidade: informar para cinco sentidos. In: CANAVILHAS, J. M. M. (Org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros LabCom, 2014. p. 159-183.

SANTAELLA, L. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2004.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos**, n. 79, p. 71-94, nov. 2007.

_____. Porque é tão difícil construir uma teoria crítica? **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, n. 54, p. 197-215, jun. 1999.

SCHMITZ, A. A. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SCHWENGBER, Isabela de Fátima. **Representações do MST na imprensa do Mato Grosso do Sul (1995 a 2000)**. 2005. 160 f. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados. 2005.

SCHWINGEL, C. **Ciberjornalismo**. São Paulo: Paulinas, 2012.

_____. **Sistemas de produção de conteúdo no ciberjornalismo: a composição e a arquitetura da informação no desenvolvimento de produtos jornalísticos**. 2008. 313 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas)—Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2008.

SILVA, G. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, vol. II, nº 1, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/estudos/article/view/5931/5402>>. Acesso em: 10 de jan. 2016.

SILVA, M. O. da. A notícia como narrativa e discurso. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, vol. IV, nº 1, 2007.

SILVA JUNIOR, J. A. da. Déjà-vu onipresente: repetição previsibilidade e homogeneidade nas agências de notícia on-line brasileiras. In: MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos (Org.). **Modelos de jornalismo digital**. Salvador: Calandra, 2003. p. 137-158. (Coleção Pixel, v. 1).

SODRÉ, M. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 287 p, 2009.

_____. O globalismo como neobarbárie. In: MORAES, Dênis de (Org). **Por uma outra comunicação**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 21-40.

SOUSA, J. P. **As notícias e seus efeitos: as “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos *media* jornalísticos**. Lisboa: Mimeo, 1999. Universidade Fernando Pessoa.

SPONHOLZ, L. **Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções**. Florianópolis: Insular, 2009.

SPOSATI, R. **Acusados de “guerrilheiros” pela Justiça, indígenas Guarani afirmam que irão resistir contra nova reintegração de posse em Yvy Katu**. Nov. 2013b. Disponível em: <<http://cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=news&action=read&id=7271>>. Acesso em: 20 maio 2016.

_____. **“Demarcação agora é guerra”, declaram indígenas de Yvy Katu**. Dez. 2013d. Disponível em: <<http://cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=news&action=read&id=7324>>. Acesso em: 20 maio 2016.

_____. **Fazendeiros do MS farão leilão para financiar "resistência" contra indígenas.** Nov. 2013c. Disponível em: <<http://cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=news&action=read&id=7250>>. Acesso em: 20 maio 2016.

_____. **Yvy Katu: juiz concede reintegração; acampamento é atacado por pistoleiros.** Nov. 2013a. Disponível em: <<http://cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=news&action=read&id=7226>>. Acesso em: 20 maio 2016.

TELLAROLI, T. M. **Gestão da informação no jornalismo on-line:** estudo do portal Campo Grande News. 2007. 168 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação)–Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Bauru, 2007.

URQUIZA, M. G. **Identidades indígenas na mídia:** um estudo com professores indígenas sobre identidade/diferença e representação. 2013. 82f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2013.

VALA, J. Representações Sociais: para uma psicologia social do pensamento social. In: VALA, J.; MONTEIRO, M. B. (Org.). **Psicologia Social.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

VIEIRA, C. M. N. Sociodiversidade indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. In: AGUILERA URQUIZA, A. H. (Org.). **Culturas e história dos povos indígenas em Mato Grosso do Sul.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2013 p. 53-71.

VIEIRA, J. L. Guarani-Ñandeva do Mato Grosso do Sul retoma terra *Yvy Katu*. **Jornal Porantim**, p. 12-13, jan./fev. 2004.

WOLF, M. **Teorias da comunicação de massa.** 5. ed. Lisboa: Presença: 1999.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 07-72.

ZAMITH, F. A. D. **A contextualização no ciberjornalismo.** 2011. 293 f. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais)–Porto: Universidade do Porto, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro para a realização das entrevistas com os professores indígenas

1 – Você costuma utilizar algum meio de comunicação para se informar? Qual e com que frequência?

2 – Nestas mídias que acessa, você encontra notícias sobre os indígenas? Como são essas notícias?

3 – Como você vê o indígena representado na mídia? Aquele indígena se parece com você? Se parece com os indígenas com os quais vocês convivem? A quem você atribui a responsabilidade por tais representações nas mídias?

4– Vocês acham que os indígenas gostariam de ser como aquelas representações?

5 – Na sua opinião, alguém que conhece o índio apenas pelas representações que a mídia faz, pensa o quê dos indígenas? Como enxerga o indígena? Quem perde e quem ganha com tais representações?

6 – É possível contar com a mídia? Como você percebe isso? Acredita que os povos indígenas podem mudar essa realidade?

7– Gostaria de saber o que significa para você, indígena, alguns desses termos: TERRA, FAMÍLIA, SER ÍNDIO.

APÊNDICE B - Descrição das entrevistas com os *Kaiowá* e Guarani de *Yvy Katu*

Entrevista 1

Nome indígena: *Guaraniete Miri*

Você costuma usar algum meio de comunicação para se informar? Internet, rádio, jornal...?

- Costumo sim.

Qual?

- A gente utiliza televisão, se informa, e internet. *E-mail*, Facebook...

Você costuma entrar em *sites* de notícia ou entra em páginas do Facebook?

- O Progresso que circula mais nessa região, né? Em jornal...

Com que frequência?

- A gente hoje tem sido... tem entrado quase todo dia.

Nessas mídias que você acessa, você encontra notícias sobre os indígenas?

- Encontramos.

E como são essas notícias? O que abordam, falam? Que tema tratam?

- A maioria das notícias que saem sobre a questão indígena é coisa negativa. Por exemplo, só quando sai um assassinato, um suicídio, quando acontece as retomadas. Falam que o índio quer terra, mas não trabalha, quer terra mas que não é deles, então, são coisas negativas.

Você acha que esse indígena que é falado na mídia tem alguma coisa a ver com vocês?

- Quando é falado na mídia?

Sim, na mídia. Você acha que aquele índio te representa ou não?

- Eu acho assim, vou fazer as comparações, a sociedade indígena existe e a sociedade não indígena também existe. Se fosse para falar na sociedade existe índio que não trabalha, mas a minoria. Aqui fora também existe o não índio que não trabalha, que vive só... então são duas coisas... que são minoria também... E o que que acontece, a maioria das mídias, televisão, jornais, rádio, redes sociais que abordam, não divulgam as coisas boas que acontecem na comunidade indígena. Por exemplo, os universitários, a produção agrícola do índio, a comercialização, só se abordam as coisas negativas.

Você tem alguma idéia [sobre] a quem podemos atribuir a culpa dessa abordagem?

- Eu acho assim, que a mídia, ela forma, as universidades que formam o indivíduo para trabalhar nessa área, elas não o preparam para atuar na questão indígena. Isso é uma grande questão. O profissional que fala não conhece, ela fala do índio sem conhecer o índio.

Uma visão do que ele acha que é o índio.

- É, ele vai nessa ideia de achar que o índio é assim. E ele afirma na matéria.

Na sua opinião, se alguém que não conhece a realidade dos indígenas, se alguém de outro estado, por exemplo, ler essas matérias, como você acha que ele vai perceber o indígena?

- Eu acho assim que a sociedade vê muito, a mídia tem muito poder hoje, televisão, e essa mídia, muitas vezes, também é controlado pelos poderosos. E eles comandam para falar sobre tal assunto. E a sociedade sem ter essa informação também, ele acredita em tudo que a mídia fala. E a mídia acaba dominando o indivíduo e a sociedade nesse sentido, e acaba levando a sociedade a creditar que isso é verdadeiro.

Você acha que é possível contar com a mídia para mudar este posicionamento que você está falando ou não tem como mudar?

- Ah, tem.

E como você acha que poderia ser feita essa mudança?

- Eu acho que poderia estar aí, ao inverso. Se tem pessoas que fala, se tem profissionais que falam, rádio, jornais, todas essas redes de comunicação que falam somente coisas negativas do índio, mas se também tiver outros meios que falam sobre as coisas boas que o índio faz, faria diferença.

Existem alguns temas comuns tratados na mídia e eu separei três termos para saber o que significam estes termos para vocês. E o primeiro seria “terra”. Para você, o que seria “terra”?

- Eu acho que se, para mim falar sobre terra, poderia estar escrevendo na minha dissertação de mestrado e falaria mais ainda na tese de doutorado sobre a terra. Mas, resumindo, a terra significa, ter terra apenas, ela, a gente sobrevive dela e nela a gente consegue desenvolver, também, educação. É nesses espaços que a gente desenvolve a cultura, a nossa língua e o nosso modo de ser e viver.

Em relação ao termo “família”?

- Família, para nós, é assim, a nossa família é muito grande, daqui da região de Dourados para baixo, os Guarani e os *Kaiowá* somos a grande nação, e os Guarani não se encontram só aqui no estado. Os Guarani se encontram no estado de São Paulo, no Paraná, no Rio de Janeiro, Santa Catarina, uma boa parte no Paraguai, na Bolívia e na Argentina. Mas a gente aqui, especificamente do Mato Grosso do Sul, entre os Guarani e *Kaiowá*, somos essa grande família. Por exemplo, eu tenho vários parentes próximos que estão em outras aldeias, em outros municípios. Na aldeia *Tey Kue*, na aldeia de Paranhos, lá na aldeia de Coronel Sapucaia, são várias famílias que são espalhadas. E a gente tem essa conexão, de estar trabalhando para melhorar a situação da nossa família através da educação, através de produção de alimentos, nos está fortalecendo culturalmente. As universidades também fazem parte porque hoje é impossível o índio viver sem escola, sem universidade, porque a gente precisa aprender o outro e a outra sociedade e o que que a gente pode aproveitar do outro para a nossa família.

E para você, o que é ser “índio”? A gente fala muito sobre o índio, mas acaba não definindo muito o que seria ser índio. Para o indígena, o que é ser índio?

- Para mim, ser índio não significa ser inferior, somos apenas diferentes. Eu, particularmente, não considero o não indígena nem inferior nem superior. Nem eu

posso me considerar que sou superior ou inferior, somos apenas diferentes. Culturalmente, linguisticamente. Somos apenas diferentes, temos outra cosmovisão que diferencia. Isso é índio.

Você estava presente na última retomada, de 2013?

- Estava.

Eu queria saber um pouco sobre o que ocorreu, para tentar ver como foi falado na mídia e como foi visto pelas pessoas que estavam lá. E queria saber se você teve alguma percepção sobre a abordagem da mídia em relação a este fato em específico.

- Na verdade, assim, a retomada foi uma necessidade, pois quando em 1928 foram criadas as reservas, a gente, era poucas famílias, não tinha muitas famílias. Mas com o passar do tempo, de 1928 para cá, aumentou muito as famílias, cresceu, né? E hoje, na aldeia Porto Lindo, vivem aproximadamente 5 mil indígenas Guarani. E essa área que foi retomada não é por essa necessidade, mas ela já pertencia. Porque, historicamente, ela foi, era uma área onde os nossos antepassados viviam, mas que com a criação de reserva junto com SPI e com, principalmente, com a Cia. Matte Larangeira, que na época estava explorando a erva, fizeram os índios recuar... Fizeram uma reserva para que deixassem essa área para serem explorados. Então, hoje, é uma necessidade de a gente ter essa terra para a gente continuar vivendo, ser diferente. E eu acho assim, que não é culpa nossa, de estar voltando, nem a culpa dos não indígenas, dos “proprietários”, entre aspas, de entrarem em conflito, mas o culpado de tudo é o próprio governo federal. O governo federal que tem, dá para o índio e tem também que indenizar o fazendeiro que, realmente, também precisa, de uma forma ou de outra, ele adquiriu, de uma forma ou de outra, com seu recurso próprio e que o governo precisa resolver isso. Dos dois lados, tanto do índio como do proprietário. Eu acho que era um caminho que a gente poderia estar... eu diria assim, que nós não fomos... se nós não fôssemos ocupar de acordo com a nossa organização, a gente não ampliaria porque o governo também não iria chegar e “não, nós vamos ampliar a terra de vocês”, não falaria. Então, acho que o governo tem esse descaso dos dois lados, tanto do lado do “proprietário” quanto do lado dos índios.

Muito obrigado pela entrevista.

Entrevista 2

Nome indígena: *Ava Tupa Mbaraka*

Você costuma utilizar algum meio de comunicação para se informar? *Site*, jornal ou revista...

- O que a gente utiliza mais é a televisão e o rádio. Mas, eu, pessoalmente, só uso internet quando... porque a gente só tem acesso à internet na escola, dentro da reserva. E aqui, quando a gente vai para a cidade.

E qual a frequência de uso da internet... da internet você já falou... da tevê, rádio?

- A gente assiste no final de semana, duas ou três vezes por semana.

Nessas mídias [com] que você tem contato, você encontra alguma notícia sobre os indígenas?

- É, na verdade, passa, às vezes, mas não, assim, diário. Só quando acontecem algumas coisas em relação aos povos indígenas. Quando fala de estupro, fala muito. De assassinato, suicídio, então, são coisas que dão uma visão negativa aos povos indígenas.

Na sua opinião, esse índio que é representado, ele se parece com você?

- Repete a pergunta.

Assim, o índio [de] que eles falam, o jeito que eles falam na mídia. Esse índio, do jeito que eles falam, parece com você ou com alguém que você conhece ou você acha que eles o representam de uma maneira errada? Você acha que eles colocam o índio de uma maneira que não é para ser mostrado?

- Como a reserva foi um projeto do estado. A gente encontra sim, mas não é diariamente.

Você acha que a maioria são negativas?

- É.

Na sua opinião, alguém que não conhece os indígenas e começa a ler jornal, ver tevê e ver esse jeito que eles estão falando dos indígenas, como você acha que eles vão entender esse indígenas?

- Vai aceitar. Isso que está acontecendo atualmente. Tudo que a mídia fala parece que é verdade. Então, não é só de fora que acredita nisso, talvez da própria cidade, que as pessoas da cidade que não visita, que não convive com os índios, não conhece a realidade do povo que está vivendo na reserva.

Você acha que tem muito julgamento errado por causa disso?

- Muito.

Você acha que é possível a mídia poder ajudar os indígenas a resolver esse problema, ou não?

- Eu acho que isso vai depender muito da pessoa que está dentro, a pessoa que está dentro da reserva, que convive com isso, eu acho que seria um bom começo. Porque a maioria das mídias que não são... que a mídia passa... eles não, como vou dizer para você, assim, que eles não têm, não vivem aquilo, não participam disso. Então, a maioria deles são controlados por elite.

Por não conhecer, então, você acha que é um problema sério para que eles não consigam falar, realmente, o que está acontecendo?

- Isso, isso mesmo. Porque as pessoas, o que as mídias mostram, a gente tenta fazer o contrário. No caso, eu tenho uma oficina de audiovisual, então, eu estou tentando envolver o jovem para que eles mesmos possam contar, mostrar a sua própria história, o que acontece de bom na reserva e também na retomada.

Agora, gostaria de saber o que significa para você alguns termos. O primeiro que gostaria que você falasse é sobre o termo "terra".

- Terra seria, para nós indígenas, isso se você perguntar eu acho que todo mundo falaria que a terra para nós é nosso modo de viver. É nosso modo de sobrevivência. Sem terra, a gente não vive. E a gente não se considera o dono da terra, a gente não vê a terra como dinheiro. A gente vê a terra como um modo de a gente sobreviver sem prejudicar. Seria a parte, seria uma parte da nossa família, seria.

E para você, o que é "família"?

- Família para mim seria, se a gente falar de família é uma coisa ampla da gente explicar tudo, mas todo mundo, para mim, família é todo mundo. São os conceitos diferente, seria tratar as pessoas (como) superior e inferior que faria essa diferença. Se todo mundo fosse família, não existiriam conflitos. Agora, atualmente, tanto no passado.

Quando você diz todo mundo, você diz todos os seres humanos?

- É, seria, família, para mim, seria respeitar todo mundo.

E para você, o que seria ser “índio”?

- Ser índio, para mim, é viver e enfrentar desafios todo dia. Seria enfrentar preconceito, enfrentar mais que... Ser índio é ter orgulho de você, de valorizar seu conhecimento tradicional e buscar conhecimento. Então, para mim, ser índio é um desafio. Desafio que a gente sonha ainda mostrar a nossa realidade de ser índio.

Sobre o fato que ocorreu, a retomada em outubro de 2013, você estava presente?

- Sim.

E você pode contar, mais ou menos, como foi e se, por acaso, viu na mídia, teve alguma percepção de como a mídia abordou o caso na época?

- Eu não vi quando eles abordaram.

E como foi sua percepção de como acontece, pode contar um pouco?

- Sim, na verdade, a gente, em 2013 quando o pessoal começou a retomar... Na verdade, já passava 10 anos, então, a gente esperava que o Estado resolvesse isso. Mas, enfim, eles não resolveram, então a gente começou a agir. A gente começou a conversar com os líderes políticos tradicionais e líderes religiosos, e aí a gente começou a juntar e retomar de novo o que era nosso.

Bom, obrigado pela entrevista.

Entrevista 3

Nome indígena: *Kunumi Yvyra Ija*

Você costuma utilizar algum meio de comunicação? Internet, rádio, lê jornal?

- Então, eu, no final de semana, eu ouve rádio. Televisão já não assisto porque eu sou religioso. E a religião não permite ver televisão.

A sua religião é...?

- Pentecostal. E quando acesso a internet, eu acompanho alguma notícia, mas não todo o dia. Porque a nossa aldeia começou... o prefeito começou a colocar a internet. E aí quando a gente vai para a nossa escola, a gente acessa alguma coisa. Mas não todo dia, uma vez por semana.

Nessas mídias... no rádio que você ouve e tal, você encontra alguma notícia sobre os indígenas? Já ouviu alguém falando no rádio ou na internet sobre os indígenas?

- Tem radialista lá, que é perto de nosso município. Mas, assim, o índio entra na notícia só quando acontece alguma coisa mal dele. Sempre acontece assim. Ninguém se interessa na questão indígena para jogar na notícia ou na mídia quando houve alguma coisa positiva. Só coisa ruim mesmo. Então aí a gente acompanha as notícias quando houve suicídio na aldeia, quando houve roubo, alguma coisa assim, ele divulga certo. Só esse momento que divulga, lembra do indígena, na verdade.

Você acha que esses indígenas [de] que o jornal fala, representam, você acha que existem, são minoria, maioria?

- Olha, tem uma parte que não entendi. Quando você fala de representar.

Representar, quando o jornalista vai falar do índio, ele não vai falar do índio, vai falar como ele acha que é o índio. Tipo assim, eu acho que o indígena é assim, isso é uma representação, porque eu não posso falar como é porque eu não sou índio, a certeza do que estou falando é certo. Então, a mídia faz isso, ela fala do índio do jeito que ela acha. O jornalista vai falar do índio do jeito que ele conhece o índio. Eu queria entender isso, se você acha que aquilo que dizem realmente é ou você acha que não, que aquele não é um índio?

- Com certeza, que quando se fala de um índio na mídia ou na notícia, já diz todo mundo. Só que, daí, aquele que divulga a notícia, que pronuncia e que fala no rádio, ele também fala por alguma pessoa, pela informação que chega, que não são

indígenas e que divulgam para ele para estar divulgando também esta informação. Por isso, muito equívoco hoje surge também, acontece na mídia, porque aquele que divulga essa informação para o radialista ou algumas imprensas para falar, não foi índio que divulgou, então foi adversário dos indígenas que manda essa mídia. Pode ser fazendeiro, pode ser alguma empresa de fazendeiro que joga [na mídia] “o índio está assim, assado...”. Aí começa a divulgar. Mas, com certeza, assim é, quando se fala dos índios, atinge todo mundo, mas a realidade nossa é diferente. Por isso, a gente nunca traz a informação... a mídia nunca traz coisas, resposta certa para ouvinte. Sempre, o radialista, a imprensa também não está presenciando esse fato. Ele joga aquilo que ouviu.

Você acha que alguém de fora do meio indígena e que ouve essas notícias, como ele acha, como ele pensa que o índio seria?

- Eu acho que ele, aquele que joga na notícia ele tem a sua regra para respeitar. Então, toda vez se a imprensa, o radialista, o que comunica e divulga, não presencia o fato, ele vai seguir o mesmo ritmo de comunicação que ela está ouvindo. Porque ele não conhece a realidade. Então hoje é assim que faz o noticiário, joga uma notícia, joga para mídia, pegando a informação não pela pessoa que está convivendo ali junto.

Você acha que a mídia pode ajudar, você pode contar com a mídia para que as pessoas entendam mais os indígenas?

- Olha, a gente pode contar sim, mas não é toda empresa que é parceira do índio. Nem todo radialista é parceiro do índio. É muito pouco a presença dessa imprensa, do radialista, na aldeia. Agora, se nós colocar um de nós para divulgar, para falar da nossa realidade, com certeza, a imprensa, o radialista vai entender, vai se interessar, também, por essa questão, para estar vendo que cada vez que eles divulgam, estão se divulgando uma coisa muito bem equivocada.

Gostaria de saber o que significam alguns termos para você. O primeiro seria “terra”.

- Olha, terra para mim é, na verdade, assim, na história esta terra já tinha dono. Só que alguém, quando os europeus chegou já tinha alguém na terra, são índios. Então, os europeus chegaram e fizeram aquilo que eles pretendem fazer nos índios. Então, hoje a terra para nós, não é que a gente está querendo prejudicar fazendeiro.

Estamos, assim, buscando aquele espaço que a gente perdeu. Aquela terra que, na verdade, terra era nossa. Agora é parcial, é pouco, a gente recuperou. Então isso hoje os Guarani e *Kaiowá* cresceu hoje. Eu tenho minha filha, meu filho, né? E esse espaço que o governo deu para nós não é suficiente. É um espaço muito pequeno. Por isso houve essa retomada. Muitos brancos não entendem essa retomada, o porquê que os índios retomou as suas terras. E hoje os índios são conhecidos como invasores, como invasor de terra. Esse refrão, essas pronúncias são também muito errada. E a maioria dos historiadores conhecem quem são estes donos. Praticamente, está bem claro para a maioria dos políticos e historiador. Hoje muitos se perguntam: por que índio quer terra? Índio preguiçoso, não sei o quê, tal. Na verdade não é assim. Na verdade, a gente (quer) voltar para a nossa terra.

E o que significa “família”?

- A família é, no meu entender, essa palavra família poderia se considerar uma só. Porque Deus criou o mundo e jogou o ser humano... para Deus não existe diferença. Colocou branco, preto, todo tipo de raça. Esse é a família. Só que o homem da terra, pode ser que os europeus, alguns estudiosos, e começam a diferenciar: você é negro, você é branco, você é o índio, e tal, né? Para, na verdade, uma família só. O Brasil, o mundo, é como se fosse uma família só. Daí, o ser humano que faz essa diferença. Por que Guarani e Kaiowa? Não existia Guarani e *Kaiowá*, os índios (diziam) “eu sou Guarani”, mas, alguém da Funai (disse) “não, pode ser Guarani ou pode ser *Kaiowá*”. A família hoje, todos são considerados família. Só que, daí, aquele entendimento geral não houve. Por isso, houve essa diferença. Eu não sou diferente, nós não somos diferente. Nossa pele representa uma língua diferente, um cabelo diferente, uma cor diferente. Mas, é o mesmo.

E para você, o que é ser “índio”?

- Ser índio é difícil porque nós já somos índios. Nós não somos os indígenas que representa, que nós somos povo que... ser índio você, vai, colocar uma pessoa para ser índio. “Mas nós não somos índio”. E nós somos índio. Ser índio, “não, eu vou querer ser um índio”. Então, você não é índio. Agora, nós já somos índio.

Para terminar, gostaria de saber se você pode me contar como foi o ocorrido da retomada de 2013 e se você viu alguma coisa na mídia na época.

- A retomada de *Yvy Katu* ocorreu em 2003. Agora, depois houve aquela negociação com a Justiça, que os índios poderiam ocupar só 10%. Aí como a justiça não cumpriu com aquele acordo que fizemos, a comunidade, conseguimos retornar para ocupar o *Tekoha*, o nosso espaço. Porque a Justiça furou com nós o acordo. Aí nós fomos para agora onde ocupamos todo o espaço nosso.

Depois de 10 anos, certo?

- 10 anos.

E você viu alguma coisa na mídia, na época que aconteceu em 2013, a ocupação de todo o território?

- Só a gente recebeu mais uma vez mal notícia. “O índio voltou a retomar”, não sei o quê, expulsar, mandou fazendeiro ir embora, só esse tipo de informação. Não diz a mídia que os índios voltou à ocupação, (mas sim) “Mais uma vez índio voltou a invadir as terras”. Só esse tipo de informação que a gente vê na mídia, na internet, no rádio. Aí fica colocando aquele medo na cidade vizinha. Acho que o costume da mídia brasileira é assim.

Ok, muito obrigado pela entrevista.

Entrevista 4

Nome indígena: *Guyra Ava Tape*

Você costuma utilizar algum meio de comunicação para se informar? Assiste tevê, vê rádio, internet?

- Costumo assistir tevê e ouvir rádio.

Internet?

- Internet não porque, na minha região, tinha a escola, mas é difícil internet lá. Tem computador, mas sem antena de internet. Na cidade, de vez em quando é que acesso.

E com que frequência você vê tevê, ouve rádio?

- É, rádio e tevê assisto jornal, escutar notícia.

Todo dia?

- Não, todo dia não assisto porque trabalho. Só de vez em quando.

Você vê notícias sobre indígenas nessas mídias?

- Vejo.

E como é que são essas notícias?

- São notícias, quando vejo na televisão, só vejo notícia ruim, principalmente na rede Tevê Morena, que passa a notícia... Da nossa região não passa, mas aqui de Dourados passa, do estupro, assassinato, suicídio, essas coisas. Então, é tudo negativo que passa.

Você não vê nada positivo passando?

- Não.

E você acha que esse indígena [de] que falam, parece com você ou não?

- Não. No meu ponto de vista, tudo que a mídia fala do indígena é ponto negativo. Tem muito indígena que trabalha, aí, como que a pessoa fala, tem pessoa que também [se] comporta mal lá. Então, tem a pessoa que sempre trabalha. Não existe a pessoa ruim. Que em Porto Lindo ali divide igual cidade, em bairro também. A notícia que a mídia traz atinge tudo.

Na sua opinião, o que você acha que pessoas que veem essas notícias e não conhecem os indígenas vão pensar dos índios?

- Pensar dos índios (como) o preguiçoso, que não trabalha, fazendo “bandidagem” assim. Atinge todos os indígenas.

Você acha que pode contar com a mídia para tentar, para as pessoas entenderem os indígenas, ou não?

- Eu acho que pode sim porque, se algumas lideranças fossem na emissora, televisão, rádio, contar a história, falar, acho que pode ajudar muito.

Eu queria saber, para você, o que significa alguns termos. O primeiro seria “terra”.

- Para mim, a terra significa que nós somos indígenas, que acredita muito na terra que teve dono. Então, a terra, para mim, fala de tudo, para as plantações, criações, para gente sobreviver. Por isso, a terra para mim significa, mais importante, essa parte.

E “família”?

- Família pode se dividir em duas partes. Tem família da casa, que convive comigo, o parente, filho, neto, avós, essas coisas. E, em geral, família fala de todos, da comunidade, [em] que o indígena convive. Isso seria família para mim.

Família seria a sua comunidade ou todas as comunidades?

- Todas as comunidades.

Entendi. E para você, o que é ser “índio”?

- Para mim, ser índio... eu já sou índio... é fortalecer cultura e língua. Eu acho que é isso que é ser índio. Não perder a língua nem a cultura. Porque existe, aqui nessa região (Dourados) já perdeu muito a cultura. Até língua já está perdendo para cá. Então, a nossa região não, está fortalecendo.

Você acha que os jovens estão perdendo a cultura, a língua por lá?

- Lá na minha região não. Mas para cá, já está.

Sobre a retomada de todo o território de 2013, o que você pode me contar sobre como aconteceu na época?

- Era muito criança, mas já participei do movimento. Na época a liderança se reuniu e fizemos dança, planejava para ocupar a terra. Me lembro que naquela época a liderança se juntava... não é que era invasão, me lembro que minha vó falava que aqui do rio Iguatemi, na beira lá que os parentes moravam, na época que trabalhava na Matte Larangeira. E para explorar que o SPI, que minha vó contava, que abriu nesse pedaço, era Porto Lindo. Porto Lindo, que minha avó contava, não era Porto Lindo, era *Jakarey*. Então a gente ficava lá, aí a história em entrar em *Yvy Katu*, eu não me lembro muito não.

Como você não lembra muito do ocorrido, você também não lembra de algo que a mídia falou, né?

- Não.

Então é isso, obrigado.